

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM  
EDUCAÇÃO  
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO**

**“RESISTIR É PRECISO”: A MEMÓRIA DE PROFESSORES SOBRE A  
MILITÂNCIA E A REPRESSÃO POLÍTICA NO PARANÁ (1964-1984)**

**ANDREIA PERON**

**CASCAVEL, PR  
2014**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM  
EDUCAÇÃO  
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO**

**“RESISTIR É PRECISO”: A MEMÓRIA DE PROFESSORES SOBRE A  
MILITÂNCIA E A REPRESSÃO POLÍTICA NO PARANÁ (1964-1984)**

**ANDREIA PERON**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – PPGE, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, Linha de Pesquisa: História da Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Felipe Fiuza

**CASCADEL, PR  
2014**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

P453r

Peron, Andreia

“Resistir é preciso”: a memória de professores sobre a militância e a repressão política no Paraná (1964-1984). /Andreia Peron.— Cascavel, 2014.

174 p.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Felipe Fiuza

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação

1. Professores. 2. Ditadura militar. 3. Repressão. 4. DOPS. 5. Luta política. 6. Militância. 7. História da educação. I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II. Título.

CDD 21.ed. 370.9

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM  
EDUCAÇÃO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**“RESISTIR É PRECISO”: A MEMÓRIA DE PROFESSORES SOBRE A  
MILITÂNCIA E A REPRESSÃO POLÍTICA NO PARANÁ (1964-1984)**

Autor: Andreia Peron

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Felipe Fiuza

Este exemplar corresponde à Dissertação de Mestrado defendida por Andreia Peron, aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, para obtenção do título de Mestre em Educação.  
Data:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Alexandre Felipe Fiuza

Comissão julgadora:

\_\_\_\_\_  
Angelo Aparecido Priori (UEM)

\_\_\_\_\_  
Geni Rosa Duarte (UNIOESTE)

\_\_\_\_\_  
Paulino José Orso (UNIOESTE)

## DEDICATÓRIA

Ao meu pai, Dervil (*in memoriam*) e minha mãe Hilda, que sempre me incentivaram a lutar por meus objetivos e a não desistir nas dificuldades encontradas.

A você Marcos, por sua compreensão nos momentos em que estive distante e ausente.

À minha irmã Adriani, pelo incentivo e por acreditar que eu seria capaz de chegar ao final desse processo.

E, principalmente, as grandes razões de meu viver, minha filha amada, Ana Clara e a essa criança que mesmo não estando em meus braços já me faz feliz.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, fonte a qual busco proteção e paz para seguir trilhando os caminhos desta vida.

Ao professor Alexandre pela segurança e respeito com os quais me orientou durante esse processo. Expresso minha admiração e reconhecimento por sua dedicação, comprometimento e conhecimento a mim dispensados.

Aos professores da banca de qualificação, Paulino José Orso, Geni Rosa Duarte e Angelo Priori, pelas significativas contribuições realizadas neste estudo.

Aos professores do Programa de Mestrado, pelo comprometimento e dedicação.

À Secretária do Programa, Sandra Maria Gausmann Köerich, pelo tratamento sempre simpático e eficiente.

Aos funcionários do Departamento de Arquivo Público do Paraná pelo ótimo atendimento e auxílio quanto ao levantamento de dados para esta pesquisa.

Aos colegas do Programa, em especial, a amiga Cida, pela ajuda e torcida.

Agradeço à minha mãe Hilda e minha irmã Adriani, que me incentivaram, ajudaram e torceram para que eu conseguisse chegar até o final desse processo.

Aos meus sogros, Valdeci e Paulo, pelos cuidados dispensados à minha filha para que eu pudesse me aplicar aos estudos.

Aos meus irmãos, sobrinhos e cunhados que torceram por mim.

Ao meu marido Marcos, por entender a importância desse momento e, muitas vezes, encarar sozinho a tarefa de cuidar de nossa filha a fim de que eu pudesse me dedicar a este projeto.

À minha filha, Ana Clara, que nasceu duas semanas após o início das aulas do primeiro semestre desse curso, fazendo com que eu tivesse que aprender a ser mãe e estudante ao mesmo tempo, tarefa esta nada fácil, mas, extremamente gratificante! Desculpe-me pelas vezes que estive distante e ausente. Te amo, infinitamente!

Aos sujeitos que colaboraram para a realização desta pesquisa, meu reconhecimento pela importância que tiveram e, principalmente, pela humildade a qual repassam suas histórias de vida, que foram intensas e ímpares para a condução da história do país.

A todos, meu agradecimento.

## RESUMO

A proposta desta pesquisa refere-se à análise da participação política, da militância e da repressão sofrida por professores paranaenses no período correspondente ao pós-golpe civil-militar de 1964, que levou os militares a permanecerem por 21 anos no poder. O recorte espaço-temporal refere-se ao Estado do Paraná, no período de 1964-1984. Para alcançar o objetivo deste trabalho utilizou-se de diversas bibliografias, de dados coletados junto ao Departamento de Arquivo Público do Paraná (DEAP), no que tange a documentos produzidos pela Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS/PR), como também entrevistas realizadas com ex-militantes políticos que tinham a característica de serem, na época, professores. As memórias destes foram balizadas, neste trabalho, com o aporte teórico-metodológico que se apropriou da História do Tempo Presente e da História Oral, para que aquelas (memórias) contribuíssem para a contínua construção dessa parte da história brasileira referente ao período da ditadura militar.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar; Professores; Repressão; DOPS; Luta Política; Militância.

## ABSTRACT

The proposal of this research refers to the analysis of the political participation, the militancy and repression suffered by teachers of Paraná state, in the period corresponding to the civil-military post-coup in 1964, which led the military to remain for 21 years in power. The space-temporal clipping refers to the State of Paraná in the period of 1964-1984. To achieve the objective of this work it was used a diverse bibliography of data collected by the Department of public file of Parana state (DEAP) with respect to documents produced by the political and Social Order from Police of Paraná (DOPS/PR), as also interviews done with former politicians militants who had the characteristic of being teachers at that time. The memory of these teachers was marked in this work with the theoretical-methodological contribution that was appropriated from the history of present time and oral history so that (memory) contribute to the ongoing construction of this part of Brazilian history.

**Key-words:** military dictatorship, teachers, repression, DOPS, political struggle, Militancy



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estudantes em manifestação em frente à Biblioteca Pública do Paraná – 1968

Figura 2: Comício relâmpago na Rua das Flores – Campanha da Anistia – 1979

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABI: Associação Brasileira de Imprensa
- AI-1: Ato Institucional Nº 1
- AI-2: Ato Institucional Nº 2
- AI-5: Ato Institucional Nº 5
- ALISC: Associação dos Licenciados de Santa Catarina
- ALN: Ação Libertadora Nacional
- AP: Ação Popular
- APP: Associação dos Professores do Paraná
- ARENA: Aliança Renovadora Nacional
- ASI: Assessoria de Segurança à Informação
- BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BNH: Banco Nacional de Habitação
- BNM: Brasil Nunca Mais
- CENIMAR: Centro de Informações da Marinha
- CEPLAR: Campanha de Educação Popular
- CETEPAR: Centro de Seleção, Treinamento de Aperfeiçoamento de Pessoal
- CGT : Comando Geral dos Trabalhadores
- CIE: Centro de Informações do Exército
- CIES: Conselho Interamericano Econômico e Social
- CISA: Centro de Informações da Aeronáutica
- CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CPC: Centro Popular de Cultura
- DEAP: Departamento de Arquivo Público do Paraná
- DESPS: Delegacia Especial de Segurança Política e Social
- DFSP: Departamento Federal de Segurança Pública

DOE: Diário Oficial do Estado

DOI-CODI: Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS: Delegacia de Ordem Política e Social

DOPS/PR: Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná

DPS: Divisão de Polícia Política e Social

DSI: Divisão de Segurança e Informações

DSeP: Delegacia de Segurança Política

DSS: Delegacia de Segurança Social

ESG: Escola Superior de Guerra

EUA: Estados Unidos da América

IBAD: Instituto Brasileiro de Ação Democrática

INPS: Instituto Nacional de Previdência Social

IPES: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPM: Inquérito Policial Militar

JAC: Juventude Agrária Católica

JOC: Juventude Operária Católica

JUC: Juventude Universitária Católica

MASTER: Movimento dos Agricultores Sem-Terra

MCP: Movimento de Cultura Popular

MEB: Movimento de Educação de Base

MEC: Ministério da Educação e Cultura

MEC-USAID: Ministério da Educação e Cultura - *United States Agency for International Development* (Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional)

MCP: Movimento de Cultura Popular

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

MECA: Mobilização Estadual Contra o Analfabetismo

MR-8: Movimento Revolucionário 8 de Outubro

OAB: Ordem dos Advogados do Brasil

OEA: Organização dos Estados Americanos

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PC do B: Partido Comunista do Brasil

PCBR: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PIB: Produto Interno Bruto

PNA: Plano Nacional de Alfabetização

POLOP: Organização Revolucionária Marxista-Política Operária

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

PUA: Pacto de Unidade e Ação

Sfici: Serviço Federal de Informações e Contra-Inteligência

SFM: Seção de Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições

SNI: Serviço Nacional de Informações

SUDENE: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UnB: Universidade de Brasília

UNE: União Nacional de Estudantes

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USP: Universidade de São Paulo

VAR-Palmares: Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>25</b>
<b>AS DIMENSÕES POLÍTICA, ECONÔMICA, SOCIAL E CULTURAL DO PERÍODO PRÉ E PÓS-1964.....</b>	<b>25</b>
1.1 Aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais do pré-golpe .....	26
1.2 A tomada do poder: o golpe civil-militar e as consequências dos governos militares .....	38
1.2.1 O endurecimento do sistema autoritário .....	44
1.2.2 O período de distensão: iniciando a abertura política .....	52
1.3 Ecos da ditadura militar no Paraná .....	57
<b>CAPÍTULO II .....</b>	<b>66</b>
<b>A RESISTÊNCIA COMO FORMA DE LUTA E A REPRESSÃO AOS OPOSITORES .....</b>	<b>66</b>
2.1 “Resistir é preciso”: a luta contra o Estado autoritário .....	66
2.2 O aparato repressivo contra os opositores políticos .....	74
2.3 A trajetória da DOPS no Paraná .....	85
2.3.1 O acervo da polícia política .....	96
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>101</b>
<b>AS MEMÓRIAS DE PROFESSORES SOBRE A MILITÂNCIA E A REPRESSÃO POLÍTICA NO PARANÁ.....</b>	<b>101</b>
3.1 O caminho metodológico.....	101
3.1.1 O levantamento dos dados e sujeitos .....	106
3.2 A trajetória da militância: conhecendo os sujeitos da pesquisa .....	111
3.3 A organização dos professores e as ações do Estado autoritário .....	115
3.4 As consequências do sistema repressivo junto aos professores.....	121
3.4.1 As memórias de professores e a defesa dos ideais .....	143
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>153</b>
<b>FONTES E REFERÊNCIAS .....</b>	<b>159</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>172</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto do desassossego surgido após a leitura do artigo de Afonso Celso Scocuglia, intitulado *A educação popular nos inquéritos policiais militares pós-1964*<sup>1</sup>, que fora utilizado na disciplina: Cultura Política, Autoritarismo e Educação, no ano de 2011, e que fora disponibilizado a esta pesquisadora por uma aluna, então, matriculada. A condução truculenta dos militares frente aos educadores que desenvolviam suas atividades na Campanha de Educação Popular (CEPLAR), no Estado da Paraíba, gerou a inquietação em analisar os documentos produzidos pelo Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado, como também, identificar alguns dos educadores e trabalhar com suas memórias, pois, segundo Scocuglia (2007), o referido IPM envolveu 52 pessoas que tinham ligação com aquela Campanha.

O projeto apresentado no momento da seleção do Programa de Mestrado possuía tal objeto de estudo, porém, após orientações e discussões junto ao professor orientador desta pesquisa, concluiu-se que o objeto pretendido não poderia ser viabilizado nesse momento, em razão do tempo necessário para o levantamento e coleta de dados, bem como para a análise dos documentos.

Por meio de leituras e discussões e, sem abandonar o período em foco, referente a 1964-1984, verificou-se que analisar a militância de professores no Estado do Paraná, oferecia campo de viabilidade e possibilidade de desenvolvimento, haja vista que não se observou produções em volume significativo sobre essa temática.

Assim, este trabalho abrange a temática da “militância de professores e a repressão política no Paraná” e objetivou responder as seguintes perguntas: Como se deu a organização política e a militância dos professores paranaenses no período da ditadura militar? Houve articulação dos professores com movimentos sociais existentes? Quais causas os professores defendiam no período da ditadura militar? Quais consequências os docentes sofreram no período estudado (1964-1984)? Como era o *modus operandi* da repressão política contra a atuação desses militantes? Como

---

<sup>1</sup> EccoS - Revista Científica, São Paulo, v.9, n.1, p. 17-38, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www4.uninove.br/ojs/index.php/eccos/article/viewFile/485/467>.

o Estado lidou com essas ações de oposição? Os professores paranaenses, em suas atuações no magistério conseguiram desenvolver uma militância no período ditatorial?

Desse modo, optamos em trabalhar com as memórias dos professores que sofreram com a repressão no período determinado nesta pesquisa, como também com os documentos oficiais (escritos), produzidos pela DOPS/PR, encontrados no Departamento de Arquivo Público (DEAP), localizado na cidade de Curitiba/PR.

Com a busca de fontes secundárias e contatos com entidades como o Grupo Tortura Nunca Mais/PR, chegou-se ao nome de quatro professores que, posteriormente, aceitaram participar desta pesquisa. Foram denominados com as letras: “A”, “B”, “C” e “D”. Em alguns momentos aparecerá “RM”, que se refere à esposa de um dos entrevistados que concedeu-nos autorização para utilizar algumas de suas colocações, as quais foram realizadas durante o processo de entrevista que seu esposo nos concedeu e que ela acompanhou. Justifica-se que ela, mesmo atuando no magistério, no período delimitado para esta pesquisa não atendeu ao critério definido sobre desenvolver militância política, por isso, serão utilizadas apenas algumas contribuições realizadas pela mesma por considerar sua importância a este estudo.

“Resistir é preciso!”: a memória de professores sobre a militância e a repressão política no Paraná (1964-1984), trás a primeira parte do título escrito entre aspas porque toma emprestado o título do projeto *Resistir é Preciso*, realizado pelo Grupo Tortura Nunca Mais do Paraná, que leva por meio de *palestras musicais e oficinas de direitos humanos a memória do pós-64*<sup>2</sup>.

Compreendemos como relevante emprestarmos a expressão de autoria do Grupo Tortura Nunca Mais/PR, principalmente pelo teor que possui a sua semântica, que nos leva a perceber que trabalhar a temática referente à ditadura militar nos remete a refletir o que fora dito em virtude da entrevista realizada com o professor “C”, que considerou que o resgate e a análise do Estado ditatorial no Brasil (pós-64) se fazem a partir de “uma forma de militância” para continuar resistindo para que aquele não

---

<sup>2</sup> O Projeto *Resistir é Preciso* tem como coordenador: Narciso Pires; Design: Kelle Matos e Janaína Pires de Oliveira; Arranjos musicais e vocais: Narciso Pires, Valquíria Prochmann e Carlos Lobo; Produção cultural: Regina Riba e Fernanda Samara Apio; Palestrante: Narciso Pires (fonte: Projeto Resistir é Preciso).

protagonize o cenário brasileiro novamente, com os atos de arbitrariedade que foram impingidos nos 21 anos de governo dos militares.

No que tange à terminologia utilizada para se referir ao período correspondente a 1964-1984, compreende-se que o emprego da mesma vem gerando discussões e ainda não apresenta um consenso sobre seu uso. Comumente fora conhecida como “ditadura militar”, contudo o termo “ditadura civil-militar” também foi sendo utilizado, por considerar-se que uma parcela de civis apoiou o golpe de estado imposto em 1964. Segundo Melo (2012, p. 39):

[...] O termo ‘civil-militar’ foi apresentado pela historiografia como forma mais precisa para adjetivar o golpe de 1964 e do regime que lhe seguiu. Ao contrário de uma mera ação das Forças Armadas, tal adjetivo visa lembrar que também parte dos civis apoiou o golpe e participou da condução do processo político entre abril de 1964 até 1985, quando a maior parte da historiografia localiza o fim daquela ditadura. [...].

Porém, o mesmo autor, fazendo alusão a uma exposição que Carlos Fico realizou para a Comissão da Verdade, na cidade do Rio de Janeiro em 13 de agosto de 2012, expõe sobre questões referentes ao golpe e a ditadura impostos em 31 de março de 1964:

[...] o historiador Carlos Fico, logo no início de sua exposição, foi enfático ao afirmar que ‘o golpe não foi militar, mas civil-militar’ [...]. Ao mesmo tempo, quanto ao caráter do regime que ali se instalou, Fico pronunciou-se em favor da ideia que aquela foi apenas uma *ditadura militar*, não sendo pertinente o adjetivo ‘civil’ (MELO, 2012, p.41).

Ainda sobre esta questão<sup>3</sup>, Schmitt e Fiuza (2008) ponderam que:

Atualmente as investigações sobre a ditadura militar brasileira (1964-1984) apontam para a necessidade de uma reformulação da caracterização e da natureza deste período de exceção, por exemplo, mediante a incorporação do termo ‘civil-militar’. Por esta perspectiva, o golpe e a manutenção da ditadura, além de contar com a intervenção dos EUA, se caracterizou pela conjugação de interesses civis e militares. Entendemos que tal preocupação procede desde que não se maximize

---

<sup>3</sup> Ressalta-se que a discussão sobre a definição do termo “civil-militar” ou “militar”, no que se refere ao golpe e ao regime imposto pós-64, ainda não possui consenso. Ver NAPOLITANO (2014).



este apoio civil e atenuou o decisivo protagonismo dos militares nestes vinte anos de ditadura no Brasil.

Considera-se que o golpe que culminou na tomada do poder pelos militares em 31 de março de 1964 foi apoiado por uma parcela de civis que vislumbravam a manutenção dos seus interesses e apoiavam a ação militar. Portanto, neste trabalho será utilizado o termo golpe “civil-militar” para o ato da tomada do poder pelos militares golpistas e, regime ou ditadura militar ou, o que mais será evidenciado, regime ditatorial, por considerar-se que a condução dos militares após a tomada do poder apresentou o desrespeito à liberdade e o cerceamento dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos.

Ainda sobre o período do pré-golpe de 1964, considera-se que o Brasil passava por um período de efervescência política, com várias campanhas de educação popular de cunho conscientizador e organização de movimentos sociais em todo o país, com relativa liberdade de manifestação.

Nesse mesmo contexto, em âmbito político, mudanças inesperadas foram sentidas no país como, por exemplo, a renúncia de Jânio Quadros (1961), após sete meses de governo e que repercutiu em inúmeros contratempos para que o então vice-presidente João Goulart pudesse tomar posse.

O mundo vivia sob o temor da Guerra Fria, sendo que esta constituía o entendimento de oposição entre as duas “superpotências”: Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)<sup>4</sup>, sendo que representavam interesses antagônicos, ou seja, o primeiro capitalista, enquanto o segundo, socialista<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Conforme aponta Rodrigues (2006), o resultado das mudanças provocadas pela Revolução Russa de 1917 foi, em 1922, a constituição da URSS, “sua existência começou a ser um dos elementos estruturantes decisivos do quadro político e social estabelecido por quase todo o século. O mundo assistiu, a partir de 1917, ao aparecimento de um novo tipo de formação social, distinto do capitalismo ocidental, com o poder de derrotar militarmente todas as potências centrais associadas na sequência da Primeira Guerra Mundial e após a Segunda Grande Guerra rivalizar com a potência capitalista hegemônica da segunda metade do século passado, os Estados Unidos [...]” (p. 13). Explica o autor que em 1991 houve o “desaparecimento” da URSS.

<sup>5</sup> Coloca-se que os EUA para manter a hegemonia de seus interesses utilizou-se de várias estratégias, como por exemplo, a criação em 1946, no Panamá, da *Escola das Américas (School of the Americas)*. Segundo Palmar (2012): “Se a SOA concentrasse seu treinamento na proteção das fronteiras nacionais de agressão estrangeira ou no resguardo dos interesses dos cidadãos de invasões por inimigos externos, seria considerada uma instituição exemplar, digna dos dólares dos impostos americanos e do prestígio

Nesse quadro geopolítico, a disputa e a manutenção do poder era ponto central que direcionava muitas ações nacionais e internacionais.

Com o advento da guerra fria, elementos da teoria da guerra total e do confronto inevitável das duas superpotências incorporaram-se à ideologia da segurança nacional na América Latina, a forma específica por ela assumida na região enfatizava a 'segurança interna' em face da ameaça de 'ação indireta' do comunismo. Desse modo, enquanto os teóricos americanos da segurança nacional privilegiavam o conceito de guerra total e a estratégia nuclear, e os franceses, já envolvidos na Guerra da Argélia, concentravam suas atenções na guerra limitada como resposta à ameaça comunista, os latino-americanos, preocupados com o crescimento de movimentos sociais da classe trabalhadora, enfatizavam a ameaça da subversão interna e da guerra revolucionária. Além disso, a ideologia latino-americana de segurança nacional, especialmente em sua variante brasileira, volta-se especificamente para a ligação entre desenvolvimento econômico e segurança interna e externa (ALVES, 1984, p. 33).

No Brasil, a organização dos trabalhadores que se manifestavam contra as situações sofridas, principalmente, no que tangia aos reflexos negativos da instabilidade econômica que influenciava negativamente no custo de vida, gerava apreensão à classe dominante.

A rápida organização da classe trabalhadora e do campesinato assustou as classes mais altas, que nunca antes haviam sido forçadas a mínimas concessões em questões como salários, condições de trabalho ou mesmo de organização sindical (ALVES, 1984, p. 22).

Como fora visto, no Brasil, na década de 1960, os movimentos sociais tornaram-se mais expressivos, tanto em relação ao número de trabalhadores que aderiam, bem como a forma de organização dos mesmos. Campanhas de educação de adultos com

---

dos EUA. Mas a SOA tem objetivos bem distintos. Seu currículo inclui cursos de guerra psicológica, contra-insurreição, técnicas de interrogatório e táticas de infantaria e comandos. Dispondo das mais sofisticadas e modernas técnicas dos melhores instrutores do exército dos EUA, esses cursos ensinam oficiais e soldados de países do terceiro mundo como subverter a verdade, silenciar sindicalistas, clero militantes e jornalistas e mover guerra contra seu próprio povo. Prepara-os para subjugar as vozes dissidentes e fazer com que aqueles que protestam desistam. Os instrui em técnicas de marginalização dos pobres, dos famintos e dos despossuídos. Diz a eles como sufocar a liberdade e aterrorizar seus próprios cidadãos". Segundo o *site* <http://www.documentosrevelados.com.br/nome-dos-torturadores-e-dos-militares-que-aprenderam-a-torturar-na-escola-das-americas/escola-das-americas-estudantes-e-instrutores-do-brasil-periodo-de-1954-1996/>, desde 1946 foram encaminhados instrutores militares do Brasil para receber treinamento naquela Escola.

cunho conscientizador eram realizadas em diversas partes do país. Somado a isso, ocorreram acontecimentos internos em âmbito político que envolviam principalmente o presidente João Goulart e, externos, citando-se o exemplo da Revolução Cubana (1959), que deixavam tensos os ânimos da elite internacional, como também, de uma parcela da sociedade civil e dos militares brasileiros. Motta (2004), considera que,

O golpe de 1964 foi, em essência, um movimento reativo insuflado pelo medo e a insegurança que invadiram parcelas significativas da sociedade brasileira, principalmente nas camadas média e alta: insegurança em relação ao futuro econômico, pois a inflação começava a extrapolar os limites do tolerável; apreensão ocasionada por ondas sucessivas de greves, que paralisavam serviços públicos e sugeriam a sensação de anarquia; temor da revolução social, pois movimentos sociais radicais pipocavam país afora, alcançando até o campo e os trabalhadores rurais, que até então tinham sido mantidos afastados da política; sobretudo o medo de que o Presidente da República estivesse apoiando os movimentos revolucionários e, em particular os comunistas (p. 179-180).

Assim, apreende-se que o desencadeamento ocorrido em 1964 não fora realizado unicamente pelos militares golpistas brasileiros. A *insegurança* gerada na elite brasileira e, principalmente nos EUA, quanto aos acontecimentos, fizeram com que o golpe de estado também fosse apoiado por estes.

Ainda hoje, vários fatos referentes ao regime ditatorial ainda são mantidos em sigilo<sup>6</sup>. Isso é demonstrado pelos trabalhos acerca do período realizado pela Comissão Nacional da Verdade<sup>7</sup>, instituída no Brasil em 2012. Dessa forma, o testemunho dos envolvidos nesse processo histórico possui significado importante na apreensão e desvelamento dessa história ainda em construção. Como também assevera Piori (2001), quanto aos documentos/arquivos que o Estado ditatorial produziu, deveriam ser “abertos e colocados à disposição da sociedade, pois assim, entidades de direitos

---

<sup>6</sup> Segundo videopalestra intitulada: “Comissão da Verdade”, realizada por Carlos Fico, publicada em 09 de abril de 2011, o mesmo explica que no Brasil existem níveis de documentos sigilosos, sendo eles: ultra-secreto, secreto, confidencial e reservado. Estes dois últimos já estão disponíveis para pesquisas e consultas, porém, os ultrassecretos e secretos ainda estão sendo mantidos em sigilo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g8-T3UhSK38>. Acesso em 24 de abril de 2014.

<sup>7</sup> Criada pela Lei 12.528/2011.

humanos e pesquisadores poderiam jogar luzes nesse passado obscuro da nossa história recente”<sup>8</sup>.

Assim sendo, para materialização desta pesquisa, cujo mote refere-se às memórias sobre a militância e a repressão política de professores no Paraná (1964-1984), optou-se por trabalhar com fontes primárias advindas de dois eixos: os escritos oficiais e as memórias de professores que militaram naquele momento. O primeiro, do próprio Estado, por meio dos documentos oficiais da polícia política, ou seja, dos arquivos disponíveis da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) – do Estado do Paraná, que envolvem professores; utilizou-se também, de informações constantes nos volumes I, II, III e IV do Inquérito Policial Militar N°709 (IPM N°709), intitulado “O Comunismo no Brasil”<sup>9</sup>; discursos dos Presidentes Castelo Branco e Ernesto Geisel<sup>10</sup>, e, o segundo, de entrevistas com professores que militaram e sofreram a repressão no período ditatorial.

O IPM N°709<sup>11</sup> foi utilizado para referendar as considerações que os militares fizeram a respeito da implantação do comunismo no Brasil<sup>12</sup>. Esse documento é dividido em quatro volumes:

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/004/04angelo.htm> . Acesso em: 01 de maio de 2014.

<sup>9</sup> “No dia 27 de abril de 1964, o governo Castelo Branco baixou decreto-lei instituindo os IPMs (que já eram previstos no Ato Institucional). Comissões especiais de inquérito foram criadas em todos os níveis de governo, em todos os ministérios, órgãos governamentais, empresas estatais, universidades federais e outras organizações vinculadas ao governo federal. Os inquéritos policial-militares deveriam investigar as atividades de funcionários civis e militares de níveis municipal, estadual e federal, para identificar os que estavam comprometidos em atividades ‘subversivas’. Os IPMs constituíam o mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e a eliminação do ‘inimigo interno’, como primeiro passo. Uma vez concluído um inquérito, o alegado envolvimento factual da pessoa ou das pessoas acusadas era examinado pelo chefe do departamento a que estavam vinculadas. A decisão final pela punição cabia ao presidente, aos governadores de Estados ou aos prefeitos. Uma vez decidida, um decreto estabelecendo a forma específica de punição deveria ser publicado no *Diário Oficial da União* ou nos diários oficiais dos Estados ou municipalidades” (ALVES, 1984, p. 56-57).

<sup>10</sup> Os quatro volumes do IPM N°709, como também, os discursos dos presidentes Castelo Branco e Geisel foram conseguidos após pesquisa no *site estante virtual*, que refere-se a uma rede *on-line* de Sebos e Livrarias. Justifica-se que no momento do levantamento de fontes, foi conseguido os discursos de tais presidentes, não sendo possível a aquisição dos demais - Costa e Silva, Médici e Figueiredo - para realizar a análise.

<sup>11</sup> A partir da análise do 3º Volume do IPM N°709, contido na Dissertação de Mestrado de Schmitt (2011), ampliou-se o recorte da análise para os quatro volumes do IPM, por se considerar que os mesmos se fazem relevantes para compreender a visão dos militares quanto aos “supostos” subversivos da ordem nacional que, entre outros, se encontravam os professores, asseverando-se que as informações contidas nos referidos documentos favoreceram para a análise. Porém, os mesmos não foram tomados aqui como referenciais, pois como se apreende na leitura dos mesmos, a sua escrita se mostra tendenciosa e leva o leitor à uma visão unilateral quanto ao Comunismo, visto como um malefício ao país.

a) volume I – Introdução – O Comunismo no Brasil; b) volume II – As Atividades Comunistas no Brasil: capítulo I – A Construção e, capítulo II – A Infiltração; c) volume III – As Atividades Comunistas no Brasil: capítulo III – A Agitação e Propaganda e, capítulo IV – A Movimentação de Massas; d) volume IV – As Atividades Comunistas no Brasil: capítulo V – A ação Violenta” (IPM N°709, 1966a)<sup>13</sup>.

Conforme consta no referido IPM, o chefe da organização, o Coronel Ferdinando de Carvalho, no Prefácio do mesmo documento, infere que: “Deve-se mostrar que no abrigo de enganosas aparências, o Comunismo nada mais é do que um aríete poderoso das pretensões de domínio mundial por um grupo de nações imperialistas” (IPM N°709, 1966a, p. 3). Advertem os militares que o Relatório Geral do IPM N°709 compreende três divisões, sendo estas:

A INTRODUÇÃO tem por objetivo ambientar os julgadores, as autoridades, e os leitores, em geral, no problema comunista brasileiro, em sua vinculação internacional e nos principais aspectos de suas correlações atentatórias às leis e às bases do sistema político e social vigente. [...]

Dessa introdução que comporta um número apreciável de volumes, foram impressos para conhecimento público os volumes considerados fundamentais para uma apreciação ampla do problema.

O INQUÉRITO POLICIAL MILITAR é a peça jurídica propriamente dita, montada segundo as normas da Justiça Militar.

A DOCUMENTAÇÃO é um repositório de todo o material considerado para a Justiça Militar. Resultou do exame atento e minucioso de um número imenso de documentos de variada natureza. Não se acha nela contido, entretanto, em sua totalidade, o arquivo do IPM que se constituiu durante esse trabalho.

As divisões do Relatório são desdobradas em Partes e estas em Capítulos (IPM N°709, 1966a, p.5-6).

---

<sup>12</sup> É pertinente colocar que o IPM N° 709 não foi o único produzido pelo Estado ditatorial para levantar informações sobre o Partido Comunista Brasileiro ou sobre ações e/ou sobre a chamada “infiltração comunista” no Brasil. Vários IPM’s que tratam, também, sobre esta temática podem ser consultados junto aos materiais disponibilizados pelo Brasil Nunca Mais, no site: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#/>.

<sup>13</sup> Justifica-se que as citações dos volumes I, II, III, IV do IPM N° 709, como de outras fontes utilizadas serão utilizadas com a grafia contida no original.

O segundo eixo utilizado, foi o depoimento dos professores que aceitaram participar desta pesquisa, nesse caso, daqueles que militaram e sofreram repressão política no Paraná no período em foco. O contato com os mesmos foi propiciado, tanto pela informação repassada pelo Grupo *Tortura Nunca Mais* do Paraná, como também, por pesquisa em obras que tratavam dessa temática (em especial de Heller (1988)), que direcionou alguns nomes de professores que atuavam na época, então, foram realizadas consultas sobre os mesmos na atualidade, valendo-se da ferramenta da *internet*. Os contatos deram-se, inicialmente, por telefone e/ou correio eletrônico.

A técnica de entrevista foi utilizada para trabalhar as memórias e a história dos entrevistados. Quanto ao conceito de memória, Le Goff (1990, p. 423), considera que esta possui “como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

Já Rousso (2005, p. 94) assevera que:

A memória, no sentido básico do termo, é a presença do passado. Portanto não admira que tenha interessado aos historiadores do tempo presente, depois de outros, já que essa presença, sobretudo a de acontecimentos relativamente próximos como as revoluções, as guerras mundiais ou as guerras coloniais, acontecimentos que deixam seqüelas e marcas duradouras, tem ressonância em suas preocupações científicas [...]. A memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional.

As memórias de militantes que sofreram as consequências de um regime arbitrário e repressor por muito tempo ficaram veladas pelo sigilo e repressão. Hoje, elas se constituem em fontes importantes que contribuem na construção de uma totalidade de fatos que servem à construção de novas fontes históricas sobre o período ditatorial.

No que tange às fontes secundárias (pesquisa bibliográfica), utilizou-se de autores que produziram uma base teórica, de domínio da temática e de aporte metodológico, tais como: Verena Alberti, Jacques Le Goff, Thomas Skidmore, Maria Helena Moreira Alves, Milton Ivan Heller, Evaldo Vieira, dentre outros.

Como suporte metodológico para o levantamento das fontes orais, que segundo Voldman (2005, p. 36), “é o material recolhido por um historiador para as necessidades de sua pesquisa, em função de suas hipóteses e do tipo de informações que lhe pareça necessário possuir”, a História Oral se apresentou como recurso viável para esta pesquisa. Segundo Freitas (2006, p. 18)<sup>14</sup> a mesma (História Oral) refere-se à: “um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana [...]”.

Também definindo a História Oral, Meihy (2000, p. 17), assim coloca: “[...] história oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e grupos. Ela é sempre uma história do ‘tempo presente’ [...]”. Dessa forma, apreende-se que o recorte histórico desta pesquisa se faz num tempo recente, permitindo-nos trabalhar com a memória por meio do relato dos envolvidos.

A estruturação deste trabalho foi dividida em três capítulos. O primeiro tratou da trajetória histórica pré e pós-golpe de 1964. Abarcou considerações sobre o período que antecedeu a tomada do poder pelos militares e a pretensa devolução ao povo em curto prazo de tempo. Retórica esta que foi, veementemente, defendida pelos militares, assim que tomaram o poder em 31 de março de 1964. Porém, o que a história mostrou foram duas décadas de arbitrariedades legitimadas pelos militares pela justificativa de “proteção” da população, principalmente contra as ameaças comunistas. Foi considerado, também, três fases do regime<sup>15</sup>: a) Primeiro momento: tomada do poder: período que se estende até 1968, em que a população possuía certo nível de liberdade de manifestação e expressão; b) Segundo momento: endurecimento repressivo após a promulgação do Ato Institucional nº 5; c) Terceiro momento: período de distensão e/ou redemocratização: abertura lenta, gradual e segura na concepção dos militares. Neste capítulo, também foram realizadas considerações sobre o contexto político social e econômico envolvendo o Estado do Paraná, o que contempla o recorte espacial da pesquisa e responde a uma demanda acadêmica em se estudar as particularidades do período nos Estados da Federação.

---

<sup>14</sup> Chegou-se a esta fonte teórica, como também de MEIHY (2000), após a leitura do artigo dos autores SILVA e GUEDES (2011a).

<sup>15</sup> Esta seguirá, em alguns pontos, a divisão adotada pela pesquisadora HEBLING (2013).

No segundo capítulo discute-se a resistência ao sistema autoritário desenvolvido pelos opositores e os aparatos repressivos impingidos como forma de manter o *status quo*, o que repercutiu em intensa ação da polícia política contra aqueles, interferindo na vida de brasileiros que lutavam pela retomada do Estado de Direito ou, simplesmente, daqueles que eram considerados suspeitos de alguma ação subversiva ou comunista, o que, no entender dos militares no poder, deveriam ser controladas.

O terceiro capítulo abarca o processo teórico-metodológico utilizado para se conseguir os resultados desta pesquisa e a trajetória percorrida para o levantamento e coleta de dados. A análise e interpretação dos dados foram realizadas por meio do balizamento da coleta junto aos documentos produzidos pela DOPS/PR, disponibilizados para consulta no DEAP e dos relatos coletados junto aos quatro professores entrevistados que realizaram militância política e sofreram a repressão militar.

Diante disso, objetivou-se a análise desse recorte espaço-temporal, ao qual nos propomos realizar de forma a situarmos as memórias dos professores entrevistados no entendimento de um passado ainda em construção, pois consideramos que:

[...] Nessa construção (ou reconstrução) [do passado] é importante situarmos as memórias no campo das relações sociais, entendendo-as como relações na diferença. As memórias atribuem significados ao passado a partir de um presente vivido e compõem um campo que também é atravessado pelas lutas sociais (CARDOSO, 2008, p. 10).

Além dessa compreensão, sobre a importância da trajetória histórica e das memórias dos professores que participaram desta pesquisa, a discussão permeou a organização política, a militância e a repressão sofridas pelos entrevistados.



## CAPÍTULO I

### AS DIMENSÕES POLÍTICA, ECONÔMICA, SOCIAL E CULTURAL DO PERÍODO PRÉ E PÓS-1964

Nós devemos amar a Deus, e se não amarmos a Deus devemos temer a Deus. De modo que, aqueles que não amam a Revolução ou a situação imposta, ao menos devem temê-la. Porque nós sabemos, se for necessário, impô-la! (General Carlos Guedes)<sup>16</sup>

Essas palavras do General Carlos Guedes, referindo-se ao golpe de 31 de março de 1964, demonstram a tamanha brutalidade com que o golpe civil-militar foi imposto. Imiscuídos de dom divino, os militares consideravam o regime como a salvação do Brasil contra o comunismo. Contestações não seriam admitidas, um ato que fosse considerado contra o regime militar seria extirpado. Assim, todo o aparato repressivo era disponibilizado, segundo os militares, para manter a “ordem e a paz” no Brasil.

Autodenominada pelos militares como “Revolução Democrática”, o desfecho de março de 1964 caracterizou-se como um golpe de Estado<sup>17</sup> que fora legitimado,<sup>18</sup> ideologicamente, pelos golpistas como sendo imprescindível para a democracia brasileira e condição para o desenvolvimento nacional.

Este capítulo objetivou abarcar considerações sobre o período correspondente ao pré e pós-golpe de Estado no Brasil, na perspectiva de apreender o movimento histórico que interferiu na vida e na realidade dos brasileiros nos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais utilizados pelo Estado para a manutenção de seus

---

<sup>16</sup> TAVARES, F. O dia que durou 21 anos, Pequi Filmes, 2012 (77 minutos).

<sup>17</sup> Segundo Bobbio et. al. (1995a, p. 547): “(...) o golpe de estado implica na instauração de um novo poder de fato, que imporá por sua vez a legalidade. Este poder de fato poderá, também, se assim quiser, convalidar todas as leis e providências resultantes do ordenamento anterior, mas o ordenamento jurídico deverá considerar-se novo por ter mudado o motivo de validade. E é por estas razões que, segundo o direito internacional, o Governo criado por um Golpe de Estado tem de pedir um novo reconhecimento dos outros Estados”.

<sup>18</sup> Bobbio et. al. (1995b, p. 675), corrobora explicando que: “Num primeiro enfoque aproximado, podemos definir Legitimidade como sendo um atributo do Estado, que consiste na presença, em uma parcela significativa da população, de um grau de consenso capaz de assegurar a obediência sem a necessidade de recorrer ao uso da força, a não ser em casos esporádicos. É por essa razão que todo poder busca alcançar consenso, de maneira que seja reconhecido como legítimo, transformando a obediência em adesão. A crença na Legitimidade é, pois, o elemento integrador na relação de poder que se verifica no âmbito do Estado”. No caso brasileiro, por sua vez, a força foi reiteradamente utilizada pelos militares golpistas.

objetivos. Afinal, os professores estavam inseridos nessa realidade e efetivavam sua prática social e profissional num cenário de repressão e de ambivalência nos discursos e práticas governamentais impingidas.

### **1.1 Aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais do pré-golpe**

A década de 1960, na concepção de alguns autores, foi de profunda efervescência política e cultural no Brasil. Movimentos culturais despontavam país a fora, campanhas culturais e de alfabetização com cunho crítico eram realizadas em diversas regiões brasileiras, greves e organizações sindicais se articulavam para reivindicar direitos sociais, tanto no campo como na cidade. No campo político, mudanças surpreendiam o país, como no caso da renúncia de Jânio Quadros feita após sete meses de governo e a posse conturbada do seu vice-presidente João Goulart<sup>19</sup>, que assumiu o governo com poderes presidenciais reduzidos e que somente o retomaria após plebiscito em 1963.

O país estava passando por uma crise econômica e financeira<sup>20</sup> em que a inflação atingia altos índices e afetava principalmente a vida dos trabalhadores que já vinham de um histórico aviltamento salarial e sofriam, ainda, mais com os altos índices inflacionários. “Em 1960, contudo, a inflação escandalizou até os próprios brasileiros quando chegou a 39,5 por cento” (SKIDMORE, 1988, p. 36).

Segundo Skidmore (1988), na tentativa de solucionar as questões emergentes do período, Goulart lançou mão de alternativas que visavam retomar a estabilidade

---

<sup>19</sup> “Antes que Goulart pudesse voltar [da viagem que estava fazendo à República Popular da China, no momento da renúncia de Jânio Quadros], os três ministros militares, tendo à frente o ministro da Guerra, marechal Odílio Denys, anunciaram que não lhe seria permitido assumir a presidência. Alegavam que, na condição de ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, João Goulart havia entregue cargos-chave nos sindicatos a ‘agentes do comunismo internacional’. O manifesto dos ministros terminava expressando o receio de que uma vez na presidência Goulart promovesse a infiltração das forças armadas, transformando-as assim em ‘simples milícias comunistas’. O fantasma de um conflito entre trabalhadores e militares não podia ter sido mais bem descrito” (SKIDMORE, 1988, p. 30).

<sup>20</sup> “Não há consenso entre os principais estudiosos da nossa economia, sobre a complexa causalidade dessa crise – são muitos, e às vezes divergentes os diagnósticos. Uma abordagem que se mostra convincente é aquela conforme a qual, na entrada dos anos 1960, esgotou-se a fase expansiva da industrialização brasileira que se iniciara no imediato segundo pós-guerra (inicialmente prolongado a substituição de importações) e chegou ao auge entre 1956 e 1961 (quando o processo se alargou para os setores da indústria pesada)” (NETTO, 2014, p. 40-41).

econômica. Assevera o autor que o plano apresentado e elaborado por San Thiago Dantas e Celso Furtado foi refutado por esse presidente, por considerar que refletiria no custo de vida dos trabalhadores, principalmente, no que concernia ao aumento da passagem de ônibus e no preço do pão. Segundo o autor, João Goulart optou, então, por aderir ao nacionalismo radical.

Esta corrente afirmava que o setor externo da economia era a *causa* das graves dificuldades do país. A maioria dos investimentos estrangeiros, diziam, ingressava no Brasil apenas para conquistar o poder monopolista do mercado e em seguida enviar o máximo de lucros para suas matrizes lá fora. Nas indústrias farmacêuticas e de equipamentos elétricos pesados, por exemplo, eles manipulavam o mercado a fim de bloquear as empresas brasileiras. [...]. A solução? Controle mais rigoroso das empresas estrangeiras, do que foi exemplo a aprovação pelo Congresso, em 1962, de uma lei mais severa de remessa de lucros (o nacionalismo radical predominava então no Legislativo) (SKIDMORE, 1988, p. 37-38).

A postura política adotada por Goulart gerava junto aos militares e à elite dominante nacional e internacional maior especulação quanto a sua postura. Entretanto, uma análise sobre o desencadear desses fatos, bem como sobre o governo de Goulart, não se faz unívoca, conforme expressa Netto (2014, p. 32):

Com efeito, a maioria das análises acadêmicas (e não só) do governo Jango recorre à ideia de *populismo*<sup>21</sup> e geralmente conclui que a sua derrubada expressa a ‘crise do populismo’, encerrando um estágio do desenvolvimento político brasileiro [...]. E não poucos estudiosos avaliam que o fato de esta crise ter desembocado numa solução antidemocrática e regressiva (a ditadura instaurada a 1º de abril) tem muito a ver com o ‘despreparo’ do presidente. Esses juízos de valor são, para dizer o mínimo, muito discutíveis – Jango, político experiente e sério, mesmo sem compartilhar de qualquer projeto socialista, era um reformista dedicado a avanços sociais, tinha fortes compromissos com os trabalhadores e com a democracia, compromissos que nunca traiu – e não servem para explicar politicamente o seu governo.

---

<sup>21</sup> Com referência ao populismo brasileiro, Weffort (1978, p. 26), assevera que “em qualquer de suas formas, só pode ser compreendido adequadamente como expressão política de interesses determinados de *classe*”.

Diante disso, apreende-se que Goulart ao buscar superar a crise econômica pela qual o Brasil passava, a qual “derivava da dinâmica interna, endógena, da economia brasileira, mas não era uma simples crise cíclica própria do sistema capitalista” (NETTO, 2014, p. 41), necessitava implantar mudanças tanto econômica, como política:

A crise, para ser superada numa direção nacionalista e democrática, supunha medidas econômicas acopladas a mudanças institucionais profundas. Exigia – pelos interesses de grupos nacionais e internacionais com os quais se confrontaria – um governo com larga base político-social e com uma grande legitimidade para promover um conjunto de reformas que, mesmo sem comprometer os fundamentos do regime capitalista, conduzisse o capitalismo brasileiro a um novo estágio. A implicação política da crise consistia nisto: numa substantiva reforma das instituições políticas, capaz de sustentar as bases de uma *política econômica* apta a implementar as reformas que esta exigia (NETTO, 2014, p. 42, grifo do autor).

Contudo, pode-se compreender que esse presidente possuía o objetivo de implantação de propostas, conhecidas como *reformas de base*<sup>22</sup>, porém, não conseguiu apoio político necessário, observando-se o acirramento da pressão sobre seu governo. Uma das alternativas que ele lançou mão foi a de “levar sua luta diretamente ao povo” (SKIDMORE, 1988, p. 41), promovendo comícios, sendo que o primeiro realizou-se em 13 de março de 1964 na cidade do Rio de Janeiro.

Como se pode observar, em contexto nacional e internacional o projeto defendido por Goulart conflitava com os interesses da elite dominante, fomentando sua insegurança, como também, dos militares que ficaram apreensivos quanto aos acontecimentos da época. Isso aumentava o clima de instabilidade política e tendência de julgamento de que as ações governamentais seriam, supostamente, de esquerda. Somado a isso, outras ações realizadas também colaboravam para incitar os ânimos dos opositores:

---

<sup>22</sup> “Entre elas, eram importantes: em primeiro lugar, *reforma agrária*, quebrando o monopólio oligárquico da terra (expresso na dominância do latifúndio), aumentando e barateando a oferta alimentar e travando o êxodo rural; a *reforma tributária e fiscal* de forma a assegurar a racionalização das principais fontes do fundo público; a *reforma bancária*, de molde a constituir um sistema de crédito capaz de subsidiar o financiamento do prosseguimento do processo da industrialização pesada (e de criar um mercado financeiro compatível com as exigências desse processo); e uma *reforma urbana*, apta a regular socialmente o uso do solo citadino” (NETTO, 2014, p. 42, grifos do autor).

Sobre um ponto não podia haver dúvida: era certo que sua nova estratégia política mobilizaria a oposição. Passando por cima do Congresso o presidente estava ajudando a convencer a opinião centrista de que representava uma ameaça à ordem institucional. Além disso, ele resolvera apoiar uma medida ancilar que iria enfurecer a oficialidade das forças armadas: a sindicalização de soldados e praças graduados. Os oficiais viram nisto uma óbvia ameaça à disciplina militar, imobilizando a linha final de defesa para os conservadores. Essa ameaça à hierarquia militar alarmou até oficiais centristas que haviam hesitado em conspirar contra um presidente legalmente eleito (SKIDMORE, 1988, p. 42-43).

Assim, apreende-se que houve intensa organização de setores dominantes (nacionais e internacionais) para garantir que seus interesses mantivessem-se inalterados. Alguns órgãos exerceram ações de preparação para o golpe, como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), que foi utilizado para auxiliar no desmantelamento do governo Goulart e manter soberanos os interesses dominantes, por meio do repasse de informações tendenciosas à população.

O IPES, fundado no processo de acirramento da luta política e da desestabilização do governo Goulart, tinha como objetivo orientar e determinar os processos sociais para organizá-los com o intuito de atender aos interesses da classe dominante. As ações desenvolvidas por esse instituto e seus impactos no cenário político-social do Brasil na década de 1960, relatados por Dreifuss (1981), constituem-se em um dos mais completos depoimentos sobre como se deu a ação orgânica das elites dominantes brasileiras e transnacionais nos acontecimentos que levaram ao golpe de Estado de 1964. Ao reconstruir a trajetória desse movimento histórico, o autor mostra como o IPES surgiu com o firme propósito de ser um referencial para a produção de uma doutrina que servisse de base para as ações das elites. Seu principal objetivo era derrubar o governo de João Goulart (CARVALHO, 2007, p. 371).

Nesse mesmo viés, vários segmentos sociais, como por exemplo, a Igreja Católica, aderiram às ações organizadas para opor-se ao governo Goulart. Marchas intituladas “da família com Deus pela liberdade”, organizadas principalmente por setores católicos de classe média e influenciadas pela ideologia imposta, reuniram milhares de pessoas em passeata, reverberando gritos de ordem pela salvação do país contra as mazelas do comunismo<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> Segundo Quartim de Moraes citado por Codato e Oliveira (2004, p. 273): “marchas semelhantes estavam programadas para outros grandes centros urbanos. O golpe veio antes, transformando a mobilização da direita em desfiles de triunfo. Ela provara, de qualquer modo, antes do 31 de março, que

Cabe ressaltar que as intervenções externas para manter intacta a ordem dominante no Brasil deram-se anteriormente ao governo Goulart. Os norte-americanos agiam no Brasil de forma discreta, porém, não menos intensa, para garantir o controle político brasileiro a fim de impedir que as possíveis conduções políticas de vieses comunistas fossem infiltradas no país. O livro “O grande irmão”, do autor Carlos Fico, faz um retrospecto sobre a intervenção norte-americana no Brasil pré e pós-golpe civil-militar e, para tanto, utilizou-se de documentos secretos os quais foram disponibilizados pelo governo dos EUA e encontram-se, atualmente, em seu Arquivo Nacional. Assim, observa-se que a Aliança para o Progresso (1961), foi uma ação utilizada por aquele país para manter intactas as relações de poder então imperantes.

A Aliança para o Progresso, em seu início, teve propostas “destinadas a causar impacto na opinião pública” (FICO, 2008, p. 29), como o exemplo citado pelo autor quanto à construção de chafarizes em algumas cidades do nordeste. Afirma Fico (2008), que anteriormente ao golpe de estado, a preocupação norte-americana com o Brasil se dava em função das afirmações defendidas pelo embaixador Lincoln Gordon, que começaram a se voltar com maior incidência contra o presidente brasileiro, sendo que considerava que “Goulart implantaria uma ‘ditadura de tipo peronista’<sup>24</sup> e, depois, acabaria dominado pelos comunistas em função dos acordos que seria obrigado a fazer com a extrema esquerda” (FICO, 2008, p. 90). Após o golpe de 64 houve a continuidade de tal Aliança.

---

podia pôr na rua muito mais gente que a esquerda. A *superioridade da mobilização reacionária de massas sobre a das forças progressistas* resultou de um enorme esforço de organização [por parte do] Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), na verdade uma vasta organização política do patronato, dirigida por um Estado-Maior composto por plutocratas e prepostos de alto nível, formando a cúpula do aparelho ideológico do capital no Brasil de então”.

<sup>24</sup> Conforme assinala Rodrigues, caracterizar o fenômeno do Peronismo não se faz uma tarefa fácil, pois, “como fenômeno complexo, oferece demasiados perfis e variáveis, e provavelmente acabaríamos por formular uma esquematização inoportuna”. Porém, diante dos aspectos do Peronismo que a autora lançou considerações, apreende-se que este regime político tinha características que fomentavam uma desconfiança das elites dominantes quanto a este, principalmente pela sua forte ligação com os trabalhadores. “O peronismo organizou um tipo de Estado que tinha uma forte base de apoio da massa trabalhadora. Isto não é difícil de entender se repararmos na ação política desenvolvida por Perón, que intentou cooptar o movimento operário argentino. Propagou um modelo de movimento operário, organizado baseado numa burocracia sindical forte, ligada diretamente ao Estado, fomentando assim um novo fator de poder”. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_pdf/Margarita\\_Victoria\\_Rodriguez\\_artigo.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Margarita_Victoria_Rodriguez_artigo.pdf). Acesso em: 23 de junho de 2014.

Segundo Motta, que também faz uma análise sobre a Aliança para o Progresso, expressa que a mesma intencionava:

[...] fomentar o desenvolvimento econômico e social da América Latina, com auxílio de financiamentos provenientes do governo norte-americano e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A filosofia a sustentar a Aliança era a de que a melhor maneira de combater o risco comunista no continente seria reduzir a pobreza e estimular o desenvolvimento, o que implicava, por exemplo, apoio à realização de projetos de reforma agrária. Naturalmente, a implantação do programa teria como consequência o aprofundamento dos laços – inclusive políticos – entre a América Latina e os EUA, e por essa razão a Aliança foi combatida pela esquerda, que denunciou intenções imperialistas por trás do auxílio econômico (MOTTA, 2006a, p. 127).

A Aliança para o Progresso, como pode ser vista, objetivava que, com o auxílio financeiro, o Brasil mantivesse a adesão aos interesses norte-americanos. A convicção de que Goulart estaria fomentando a infiltração de ideais comunistas no país era defendida como já fora visto, não somente pelos EUA, mas também pelos militares, ficando explícito no argumento contido no IPM Nº 709 publicado posteriormente ao golpe:

Não existe, hoje em dia, nenhuma nação latino-americana onde a Guerra Revolucionária comunista não esteja presente nas formas e intensidades as mais diversificadas. Embora não fôsse inicialmente o nosso país o principal objetivo, a ascensão do Sr. João Goulart à Presidência motivou sensível alteração nos planos, passando o Brasil a representar o mais saliente papel na estratégia do expansionismo vermelho na América e, possivelmente, em todo o mundo. Realmente, nenhum país do planêta dispôs os promotores comunistas do assalto ao poder das facilidades que lhes foram proporcionadas pacificamente pelo Governo Goulart. O fato é de um impressionante ineditismo” (1966a, p.134-135).

As ações internas e externas tendiam a vislumbrar uma suposta necessidade de “proteção” do país contra o temido comunismo, o que na época era tido como um mal destruidor para uma nação. Para os militares golpistas, havia dez comprovações desse intuito governamental: “infiltração de ideias comunistas no país”, assim definidas:

A participação do Presidente João Goulart na guerra revolucionária foi constatada através de numerosas comprovações que vêm sendo descritas exaustivamente no presente relatório. Entre essas, poderíamos ressaltar as seguintes, consideradas como as mais notórias:

1ª – Consentimento de uma ampla infiltração de comunistas em todos os setores e escalão da administração do Governo, inclusive no próprio corpo de auxiliares imediatos da Presidência da República.

2ª – Consentimento e apoio à pregação e a preparação subversiva realizada por diversos elementos de projeção política, como Leonel Brizola que iniciou a organização de uma milícia revolucionária, de base comunista denominada ‘grupo dos 11’.

3ª – Consentimento e apoio de entidades sindicais ilegais, como o CGT e o PUA que, na realidade, sob o controle de comunistas, representavam organismos de mobilização de massas sob a direção do PCB.

4ª - Prestígio e estímulo do movimento grevista que adquiriu incontrolada intensidade.

5ª - Estímulo à indisciplina nas Forças Armadas.

6ª - Estímulo à corrupção nos setores do Governo o que se refletiu em todos os campos da vida nacional.

7ª – Campanha de reformas básicas, em conluio com os comunistas, visando a introdução de modificações radicais no sistema político, econômico e social vigente, em nítida marcha para o socialismo.

8ª – Manifestações preparatórias de ‘golpes-de-Estado’, indicadas por diversos atos como a tentativa de prisão do Governador da Guanabara.

9ª – Criação de um clima de comoção política e social, através de comícios e outras atividades, onde se pregava abertamente a subversão.

10ª – Formação de uma frente política, em conjunto com todas as forças esquerdistas e comunistas, denominada ‘Frente Popular’, destinada à implantação de um Governo de tipo socialista (IPM N°709 1967b, p. 361-362).

As “constatações” apontadas pelos militares referiam-se a ações que supostamente eram realizadas tanto pelo presidente Goulart, como também pelos movimentos sociais e demais ações desenvolvidas no decorrer da década. “A emersão de amplas camadas trabalhadoras urbanas e rurais no cenário político, galvanizando segmentos pequeno-burgueses [...] e sensibilizando parcelas da Igreja católica e das Forças Armadas, era um *fato novo* na vida do país” (NETTO, 1998, p. 22), e deixavam, tanto os militares, como a média, alta burguesia e empresariado apreensivos diante da condução política e social emergente, a qual, para os mesmos, apresentava relação com o comunismo internacional.



Diante da efervescência política da década de 1960, houve reflexo também nas ações em âmbito cultural e educacional por meio de movimentos de educação de base. No país eram realizadas Campanhas de alfabetização com cunho crítico no intuito de conscientizar à população. As campanhas que mais se destacaram foram: a campanha popular “De pé no chão também se aprende a ler” (1961), o Movimento de Educação de Base (MEB)<sup>25</sup> (1961), o Centro Popular de Cultura (CPC) (1961).

[...] Campanhas e movimentos de educação e cultura popular despontavam em todos os pontos do país, notadamente no Nordeste, com propostas de conscientização política e social do povo. A matrícula no ensino fundamental aumentou no período (1959-1964), enquanto uma parcela dos estudantes universitários, através da UNE (União Nacional dos Estudantes) engajou-se na luta pela organização da cultura com vistas a uma transformação estrutural da sociedade brasileira. [...]. A Igreja [Católica] chegou a criar um sistema de radiodifusão educativa com o MEB (Movimento de Educação de Base) e envolveu-se em campanhas eleitorais em favor de candidatos cristãos (GERMANO, 1994, p. 50).

Os militares, sabedores das intenções inerentes às ações de educação popular que visavam a conscientização e desalienação da população passaram a entendê-las como ações “perigosas à ordem nacional”. Segundo Fiuza (2001, p. 12) “Alguns integrantes do CPC defendiam a tese de que a chamada *cultura desalienada*, da qual diziam fazer parte, deveria intervir junto ao povo com vistas a informá-lo e conscientizá-lo da realidade” e isso fazia com que gerasse maior apreensão. O excerto denota a compreensão dos militares sobre as Campanhas de Alfabetização e Cultura Popular executadas na época:

A infiltração comunista exaprou-se sobre o ensino em todos os seus graus; primário e secundário e universitário, com a orientação e o apoio do próprio Ministério da Educação e Cultura inteiramente penetrado pela ação de líderes marxistas-leninistas. Vários movimentos patrocinados

---

<sup>25</sup> Sobre o Movimento de Educação de Base – MEB os militares faziam a seguinte ressalva: “Para ser mais completa a lista [da ação comunista no meio religioso] convém mencionar o MEB (Movimento de Educação de Base) que reúne as Escolas Radiofônicas, organizado pela Conferência de Bispos do Brasil. Nesse Movimento, por intermédio da juventude Universitária Católica e de alguns universitários, introduz-se uma corrente de extrema esquerda que prega a revolução e recusa submeter-se à hierarquia. [...]. Existe também um semanário que se diz de orientação cristã, cuja direção está a cargo de um dominicano, Frei Josaphat, e chama-se ‘Brasil-Urgente’. Nêle colaboram jornalistas criptocomunistas nos quais é manifesta a tendência de extrema esquerda” (IPM N° 709, 1966b, p. 311).

por êsse órgão oficial como a Campanha Nacional de Alfabetização, a Campanha de Alfabetização de Adultos, a Campanha de Assistência ao Estudante e o Movimento de Cultura Popular transformaram-se em veículos de propaganda e doutrinação ideológica (IPM Nº 709, 1966b, p.217)<sup>26</sup>.

Com base em Cunha e Góes (1991), apreende-se que o Movimento de Cultura Popular (MCP) executado no Recife, Pernambuco, na década de 1960 é um exemplo importante no âmbito cultural e também educacional no que se refere à conscientização política; tanto pela conotação que teve e que refletia o novo direcionamento que a educação estava atingindo por meio de atividade de alfabetização de adultos (conscientizadora e de respeito às experiências e cultura dos educandos), como pelos instrumentos produzidos. Segundo os autores, expressão desse engajamento pode ser comprovada pela edição da cartilha (Livro de Leitura) de Norma Porto Carreiro Coelho e Josina Maria Lopes Godoy. Já Carvalho (1997, p. 685), contribui na explicação sobre esse material, considerando que essa “Cartilha de Alfabetização onde alfabetizar e conscientizar não se distinguem, apresentando temas que abordavam a realidade político-social”.

No entanto, o conteúdo existente nas Cartilhas mencionadas, após o golpe de março de 1964, foi considerado pelos militares como sendo de cunho subversivo:

Basta compulsar-se as famosas cartilhas do Movimento de Cultura Popular para verificar-se a doutrinação comunista sub-reptícia à título de doutrinação política motivadora, explorando os sentimentos legítimos da reivindicação das classes pobres, os descontentamentos, a miséria e as insatisfações (IPM Nº 709, 1966b, p. 217).

O objetivo de alfabetizar adultos pautando-se em seu contexto social e buscando uma “leitura” da realidade dos alunos (seguindo o método Paulo Freire), levava os militares a persistirem na premissa de infiltração da ideologia comunista, o que para os mesmos era considerado perigoso, pois intervia diretamente nos interesses das classes

---

<sup>26</sup> No volume III do IPM Nº 709 os militares fazem uma análise dos materiais apreendidos junto aos Movimentos de Cultura Popular, sendo que concluem que os mesmos possuem influências comunistas. Realizam uma análise dos conteúdos da Cartilha do MCP para Pernambuco e, após analisarem seu conteúdo, concluem que: “Essa prova, demonstra em seu texto claro, o sentido político e subversivo do Movimento de Cultura Popular, em virtude da base esquerdista e comunista do seu material e dos seus processos de ensino” (1967a, p. 572).

dominantes. A possibilidade de desalienação da população pobre e analfabeta, com a crítica à sua condição de miséria e de necessidades - básicas ou não - não atendidas, segundo os militares, poderia gerar consequências que saíam do controle. O que restava era “atacar” tais ações e proibir sua proliferação; o recurso utilizado foi inferir acusações de práticas comunistas a tais propostas de ensino<sup>27</sup>.

No Volume III do IPM Nº 709, os militares continuam a mencionar os materiais apreendidos junto aos MCP's, sendo que concluem reafirmando que os mesmos possuíam influências comunistas. Realizam uma análise dos conteúdos da Cartilha do MPC para Pernambuco e asseveravam que: “Essa prova, demonstra em seu texto claro, o sentido político e subversivo do Movimento de Cultura Popular, em virtude da base esquerdista, e comunista do seu material e dos seus processos de ensino” (IPM Nº 709, 1967a, p. 572).

Assim, na visão dos militares (contidas no IPM Nº 709), quanto às cartilhas de leitura, o seu conteúdo era considerado contestador da ordem vigente, mormente no que tangia ao estímulo à reflexão sobre a condição social do aluno, explicita a apreensão de que o “Estado como produto dos interesses de classes antagônicas”, afirmava seu compromisso com a classe detentora do capital. Assim, o regime buscava extirpar ações que fomentassem questionamentos à ordem vigente, o que seria perigoso ao predomínio do capital.

Porém, a década de 1960 não contou apenas com os movimentos de educação popular e de cultura para questionar e reivindicar direitos e melhorias. Segundo Gohn, pode-se apreender que nesse período outros segmentos sociais também tiveram expressivas participações na vida social:

---

<sup>27</sup> Essa discussão pode permear a questão do voto de analfabetos que na época eram cerceados. Assim, a alfabetização de adultos, num molde conscientizador, era vista como perigosa, pois poderia trazer mudanças no cenário político pelo voto dessa parcela populacional. “Na região Nordeste, com seus 59,8% de analfabetos, a proporção de novos eleitores ‘conscientizados’ influenciaria ‘perigosamente’ as eleições presidenciais marcadas para 1965. No Nordeste havia um candidato natural à presidência (ou a vice) ou, no mínimo, um forte cabo eleitoral das esquerdas: Miguel Arraes. Por outro lado, havia camponeses organizados em conflito com proprietários rurais, além da crescente participação política, nas maiores cidades nordestinas, de sindicatos operários, bem como de estudantes universitários e secundaristas” (SCOCUGLIA, 2000, p. 24).

Os movimentos sociais desta fase foram muitos. As greves de operários e de setores do aparelho estatal, recém-expandido pelas necessidades da conjuntura, marcaram o período como um dos mais ricos da história do país em mobilizações e propostas sociais (1995, p. 90).

Essa efervescência política e social na década de 1960 foi resultante da participação popular existente. Afinal Gohn (1995), realizou um levantamento desses movimentos sociais demonstrando que naquele período houve avanços em termos de organização e participação. Embora extensa, a citação referencia os principais movimentos e ações realizadas e, faz-se importante na visualização do período em apreço:

1947-61 – **Movimento por Reformas de Base na Educação** [...].

1954-64 – **Movimentos Nacionalistas pela Cultura**. Série de atividades e criações na área artística, destacando-se os CPCs da UNE – Centros Populares de Cultura da UNE [...].

1954-64 – **Movimentos Religiosos Católicos junto a Jovens, JUC, JOC, JAC etc.** A Igreja Católica desenvolveu ao longo dos anos 50 e 60 uma série de ações junto ao meio estudantil universitário e secundarista, objetivando organizá-los para participarem da vida política nacional, à luz dos ensinamentos do Evangelho. [...].

1954-64 – **Movimentos Sindicais Paralelos** [...]. A CGT – Comando Geral de Trabalhadores – foi a expressão máxima do sindicalismo paralelo.

1954-64 – **Movimentos de Associações de Moradores**. [...].

1960 – Criação do **Movimento dos Agricultores Sem-Terra – MASTER**, Rio Grande do Sul. [...]. O MASTER foi apoiado pelo PTB.

1961 – **Movimento de Educação de Base – MEB**. Movimento voltado para a educação popular de adultos segundo o método criado pelo educador brasileiro Paulo Freire. [...].

1957- 64 – **Movimentos Estudantis**. Vários níveis e graus. A intensa participação dos estudantes na vida política nacional, durante a fase do populismo, levou à redefinição de sua principal entidade, a UNE – União Nacional dos Estudantes -, para se tornar o palco de intensas disputas políticas internas entre as alas de esquerda e as alas ligadas à democracia cristã, estimuladoras da JUC e da JOC. [...].

1960-61 – **Movimentos pela Casa Própria**. [...].

1961-64 – **Movimentos Grevistas**, em todo o Brasil. O período de 61 a 64 foi um dos de maior índice de greves da História brasileira. [...].

1958-64 – **Movimentos Sociais no Campo pela Reforma Agrária**. [...].

1961 – **Ligas Camponesas no Nordeste**. A primeira Liga Camponesa surgiu em 1955 [...]. Mas foi nos anos sessenta que o movimento cresceu numericamente e se transformou no maior movimento agrário do Brasil no período, espalhando-se por treze estados. Lideradas por

Francisco Julião, que esteve em Cuba em 1961 e logo a seguir liderou um Congresso de Camponeses, [...]. A Igreja e o PCB participaram do movimento das Ligas. [...].

1961 – **Criação da POLOP – Política Operária** – Organização Revolucionária Marxista, criada em 1961 em Minas Gerais [...].

1962 – **Criação do Partido Comunista do Brasil – PC do B.** [...].

1962 – **Ação Popular – AP.** Criada a partir do movimento de cristãos progressistas ligados à Ação Católica, a AP teve grande penetração junto à JUC – Juventude Universitária Católica. [...].

1963 – **Dia Nacional de Protesto Contra a Carestia.** Em 7 de Agosto de 1963 realizaram-se em várias partes do país atos de protestos contra a carestia de vida aos brasileiros.

1963 – Criação da **CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.** [...] (GOHN, 1995, p.91-100 grifos da autora).

As informações sobre o período demonstra o que fora afirmado anteriormente, quanto a participação dos movimentos sociais no país, o que nos leva a compreender que o período pré-golpe deve ser analisado em sua totalidade para não corrermos o risco de atribuímos somente a João Goulart um protagonismo unívoco para a culminação do golpe de Estado. Afinal, ele teve sua importância devido às políticas adotadas ou anunciadas, que se chocavam com os interesses da elite nacional e internacional. Por outro lado, a conjuntura social que se fazia expressiva nesse contexto também contribuiu para que os golpistas se articulassem para a tomada do poder. Assim, assevera Netto (1998, p. 24): “Ninguém duvida que os erros das esquerdas pesaram na derrota de abril; mas creditar a elas a derrocada de 1964 é solidarizar-se com os promotores do golpe”.

Ou seja, uma análise sobre a tomada do poder pelos militares não pode ser feita por uma leitura unilateral, como já fora dito, somente atribuindo à Goulart e às esquerdas o motivo que gerou tal imposição arbitrária. O golpe respondeu, não somente, ao anseio de alguns militares à “salvação do país do perigo do comunismo” e a retomada do desenvolvimento que começava a dar sinais de esgotamento, mas também, a uma articulação civil nacional e internacional que objetivavam garantir que seus interesses se mantivessem inalterados.

Diante desse contexto, em 31 de março de 1964 os militares tomaram o poder, sem que praticamente houvesse resistência por parte do presidente João Goulart, o qual teve paulatinamente seu apoio militar reduzido. Com o golpe, começou na história

brasileira um novo período que foi marcado, entre outros, pela repressão e pelo desrespeito aos direitos da população.

### **1.2A tomada do poder: o golpe civil-militar e as consequências dos governos militares**

Diante da situação insustentável daquele contexto que vinha sendo fomentado pelos militares golpistas e era apoiado principalmente pelos EUA, o final de março de 1964 teve como desfecho a queda do presidente João Goulart. Os militares defendiam a premissa de colocar em ação dois objetivos: “frustrar o plano comunista de conquista do poder e defender as instituições militares’ [...]; [e] ‘restabelecer a ordem de modo que se pudessem executar reformas legais” (SKIDMORE, 1988, p. 45). Pondera esse mesmo autor que diante da fragilidade do governo de Goulart em resistir a um ataque armado devido a recusa de apoio militar, o presidente dirigiu-se para o Estado do Rio Grande do Sul e posteriormente para o Uruguai, país onde pediu asilo político<sup>28</sup>.

Na manhã de 2 de abril de 1964, uma sessão extraordinária do Congresso Nacional Brasileiro foi realizada para declarar vaga a presidência da República. Até que um novo presidente pudesse ser eleito, o presidente da Câmara dos Deputados assumiria o cargo. Na realidade, o Deputado Ranieri Mazzilli funcionava como testa de ferro, estando o poder de *facto* nas mãos do Alto Comando da Revolução, integrado pelo General Arthur da Costa e Silva, o Almirante Augusto Rademaker e o Brigadeiro Correia de Mello. O Alto Comando da Revolução deu a público uma série de declarações anunciando o programa do novo governo. A Junta Militar prometia ‘restaurar a legalidade’, reforçar as ‘instituições democráticas ameaçadas’ e estabelecer a ‘composição federativa da nação’, rompendo o poder excessivamente centralizado do governo federal e devolvendo poderes aos Estados. Prometia, sobretudo, ‘eliminar o perigo da subversão e do comunismo’, e punir os que, no governo, haviam enriquecido pela corrupção (ALVES, 1984, p. 52).

Segundo Skidmore (1988), entende-se que as promessas de restabelecer a ordem e a democracia no país e respeitar à Constituição Federal de 1946 foram logo

---

<sup>28</sup> João Goulart exilou-se no Uruguai até sua morte em 1976, que de acordo com as informações “oficiais”, morreu de ataque cardíaco. Esse fato atualmente está sendo contestado pela Comissão Nacional da Verdade que solicitou a exumação do corpo do ex-presidente. Exame este que até o momento não foi concluído.

quebradas pelos militares, primeiramente, quanto à condução da vacância do cargo de presidente da República e a eleição para seu substituto que não atenderam aos ditames da Constituição que permitia a permanência como chefe de estado por um mês pelo presidente da Câmara dos Deputados – Ranieri Mazzilli<sup>29</sup> –, período em que o Congresso deveria eleger novo presidente. O autor também assevera que a nomeação de ministros militares no mandato de Mazzilli favoreceu a afirmação dos militares no poder, prova disso foi a decretação do Ato Institucional Nº 1 (AI-1), que aumentava os poderes do executivo.

A candidatura dos militares para presidência foi conseguida por modificações na Constituição de 1946 e, em 11 de abril de 1964, o Congresso elegeu Humberto de Alencar Castelo Branco como presidente do país. No seu discurso de posse proferiu a retórica de defensor das leis.<sup>30</sup>:

Defenderei e cumprirei com honra e lealdade a Constituição do Brasil. Cumprirei e defenderei com determinação, pois serei escravo das leis do País e permanecerei em vigília para que todos as observem com exatidão e zelo. Meu governo será o das leis, o das tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira, o que vale dizer que será um governo firmemente voltado para o futuro, tanto é certo que um constante sentimento de progresso e aperfeiçoamento constitui a marca e, também, o sentido da nossa história política e social. [...] <sup>31</sup> (CASTELO BRANCO et al., 1966, p. 30).

A ambivalência entre o discurso e a prática de Castelo Branco logo puderam ser evidenciadas, principalmente no que tange a continuidade das perseguições aos supostos comunistas e subversivos e, a continuidade de práticas arbitrárias legalizadas,

---

<sup>29</sup> Curiosamente, filiou-se ao MDB, partido de oposição ao regime militar, mas não conseguiu lograr êxito na disputa eleitoral de 1966, não conseguindo se eleger como deputado federal. (Ver: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/ranieri\\_mazzilli](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/ranieri_mazzilli). Acesso em 23 de junho de 2014).

<sup>30</sup> Salienta-se que se chegou a esta fonte teórica, como também, ao artigo intitulado “Terrorismo Cultural” da Revista Civilização Brasileira, por meio da leitura e análise da Dissertação de Mestrado de CLEMENTE, J.E.F. Ciência e política durante a ditadura militar: o caso da comunidade brasileira de físicos (1964-1979).

<sup>31</sup> Essa citação refere-se ao “Discurso de posse proferido pelo Excelentíssimo Senhor Marechal Humberto de Alencar Catello Branco no dia 15 Abril de 1964 no Palácio da Alvorada, em Brasília”, texto intitulado: “Assunção da Presidência da República”, contido na coletânea de artigos “A Revolução de 31 de março: 2º aniversário”, da Biblioteca do Exército (1966).

como é o caso do Ato Institucional Nº 2 (AI-2), que entre outras, aumentava o poder do executivo e o que contribuía para maior controle estatal sobre a sociedade<sup>32</sup>.

Segundo o artigo intitulado *Terrorismo Cultural*, sem identificação de autoria, da *Revista Civilização Brasileira*, volume 1, ano de 1965, ao tratar sobre o regime imposto, denota que esse se deu com tamanha *brutalidade*, porém, sem que essa verdade fosse apresentada à população. O excerto mostra a indignação do escritor da época a condução da ação militar, ou seja, mesmo com um discurso de mantenedor da lei, o que mais se evidenciou nos primeiros momentos da tomada do poder pelos militares e seu governo, foi o arbítrio:

Mas há ainda uma outra consideração preliminar que desejamos colocar, antes de ceder lugar aos fatos, e essa diz respeito a uma afirmação trivial, muito repetida, e cuja falsidade é fácil de provar: a de que o golpe de 1º de abril de 1964 foi pacífico. Seria útil, aqui, discutir o papel da violência em História, mas seria também longo, fastidioso e inoportuno. Uma coisa precisa ficar bem clara: o golpe de abril não foi manso; muito ao contrário, foi sangrento, terrorista, brutal. A ilusão de que foi manso deriva do fato de que foi ganho sem luta armada. Mas é isso, precisamente isso, que caracteriza a sua brutalidade, a sua violência, o seu traço sanguinolento e terrorista: porque foi tudo cometido contra pessoas inermes, contra pessoas indefesas, contra pessoas cuja capacidade de resistência, não existia. Os assassinios do Recife, os massacres nos engenhos do Nordeste, os crimes de Governador Valadares, para não falar nas torturas e nos numerosos atentados à dignidade da pessoa humana, cometidos em muitos lugares, e sobre os quais ainda se dirá a verdade, para espanto deste país, comprovam o que escrevemos. Não escrevemos isso pra acusar; nem estamos em situação de acusar – pois que somos os acusados, e sem defesa – mas para respeitar a verdade. Quem não pode enfrentar a verdade, não pode ser escritor. É este título, nós o disputamos – ele é a nossa honra, ele não pode se cassado, porque só o povo o pode cassar (REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1965, p. 240-241).

Essa assertiva que o artigo traz refere-se à imediata ação dos militares contra os chamados subversivos, pois o AI-1 não trouxe apenas a concentração de poderes ao Executivo, mas também fomentou ações repressivas aos que, supostamente, ameaçavam a soberania nacional. Ademais, os militares golpistas agiam fundamentados na Doutrina de Segurança Nacional. Por sua vez:

---

<sup>32</sup> Na sequência serão realizadas novas considerações sobre o AI-2.



A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi formulada pela ESG, em colaboração com o IPES e o IBAD, num período de 25 anos. Trata-se de abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais. Permite o estabelecimento e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos para o desenvolvimento de metas e o planejamento administrativo periódicos (ALVES, 1984, p. 35).

Segundo Borges (2007), a Doutrina de Segurança Nacional se valia da questão referente à segurança interna e, os militares, justificando que estariam primando por essa garantia, criaram os serviços de informações que focavam suas ações nos “civis”. O autor considerou que esses serviços faziam parte da “inteligência militar” e tinham a “função de coleta, análise, julgamento das informações e, ainda, por serem eles que determinavam as técnicas e estratégias (ação também) de suprimir os inimigos do regime” (p. 35).

Assim, considera-se que a chamada “Operação Limpeza”, aplicada logo após o golpe, foi fundamentada nos princípios da Doutrina de Segurança Nacional, que renunciava o “enquadramento da sociedade nas exigências de uma guerra interna, física e psicológica, de característica anti-subversiva contra o inimigo comum” (BORGES, 2007, p. 29). Aquela Operação atingiu vários brasileiros, principalmente nos meios acadêmicos, movimentos sociais e até mesmo alguns militares sofreram com os “expurgos” realizados.

Sobre essa lógica (expurgos), assevera o texto contido no livro *O controle ideológico na USP*<sup>33</sup>:

[...] Em primeiro lugar, o que está basicamente em questão é a existência de idéias. Trata-se de afastar e punir portadores de idéias consideradas *marxistas* ou *subversivas*, duas qualificações notoriamente elásticas e imprecisas, o que torna o julgamento obrigatoriamente subjetivo. O próprio de todo o expurgo é o vício fundante de envolver necessariamente no processo as referências pessoais, os ódios e antipatias, a parcialidade dos acusadores. Por isso mesmo é que o expurgo possui uma afinidade estrutural fundamental com o fascismo. Dependendo de denúncia anônima e da calúnia, mobiliza a mesquinhez, o espírito vingativo e abre espaço para todo e qualquer tipo de oportunismo. Por sua própria natureza, o processo de expurgo constitui

<sup>33</sup> O título original dessa obra era *O livro negro da USP – O controle ideológico na Universidade*, publicado em 1978. (ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP, 2004).

instrumento político e favorece a ascensão às posições de mando, de um lado, dos espíritos mais tacanhos e intolerantes, de outro, dos oportunistas, como o que não se quer dizer, obviamente, que as duas coisas sejam mutuamente exclusivas (ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP, 2004, p. 20).

O reflexo dos atos arbitrários, como era de se esperar, gerou o descontentamento de uma parcela da população. A citação do artigo publicado na revista *Civilização Brasileira* demonstra isso, como também a surpresa quanto à condução do sistema que *a priori* lançava o discurso de defesa da democracia.

Até hoje nunca tive medo do comunismo no Brasil. Agora começo a ter'. Estas palavras foram escritas por Alceu Amoroso Lima, ao fim de seu artigo cujo título tomamos emprestado para esta singela e objetiva exposição de fatos. Naquele artigo, depois de ter definido o terrorismo como antibrasileiro, o ilustre escritor católico – católico de convicção e não católico profissional, e por isso merecedor de respeito, como pela sua cultura – alinha a sua condenação: 'Agora, quando pretendemos ter feito uma 'revolução democrática', começam logo utilizando os processos mais antidemocráticos de cassar mandatos, suprimir direitos políticos, demitir juízes e professores, prender estudantes, jornalistas e intelectuais em geral, segundo a tática primária de tôdas as revoluções que julgam domar pela fôrça o poder das convicções e deter a marcha da idéias. [...] (REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1965, p. 239).

A exposição do autor denuncia a violência impingida e que era utilizada como forma de coação aos que se “colocavam” na contramão dos ditames governamentais. Observa-se que nesse período havia perseguições, demissões, prisões, enfim ao desrespeito à liberdade e aos direitos. Porém, nota-se que a população ainda possuía uma margem, mesmo que limitada, para manifestar-se e expressar alguma opinião às situações vivenciadas no período.

Conforme Alves (1984), apreende-se que logo no início do governo militar muitos brasileiros foram presos por operações que objetivavam impor a adesão ao regime imposto, em nome da segurança nacional, extirpando os subversivos. A “estratégia de intimidação [eram] as detenções temporárias – geralmente acompanhadas de espancamentos ou tratamento violento por algumas horas”. (ALVES, 1984, p. 59).

Conseqüentemente, em âmbito social e cultural, houve grande retrocesso, principalmente pelo cunho repressivo que o novo governo empregou às atividades

consideradas subversivas<sup>34</sup>. As ações desenvolvidas anteriormente foram reprimidas, principalmente após a criação do Sistema Nacional de Informações (SNI), que articulava seus objetivos aos da Segurança Nacional. Assim, “no dia 13 de junho – apenas 74 dias após o golpe -, o presidente Castelo Branco assinou a Lei 4.341, que extinguiu o Sfici<sup>35</sup> e criava o Serviço Nacional de Informações. Nascia ‘o monstro’” (FIGUEIREDO, 2005, p. 131).

O autor Lucas Figueiredo em sua obra *Ministério do Silêncio* faz, entre outras, a análise do SNI e relata que “O projeto de lei [para a criação deste órgão] impressionava pelo detalhamento dos poderes do SNI. Não havia meios-termos: o novo órgão estava sendo criado para mandar muito e sem ser cobrado. [...]” (FIGUEIREDO, 2005, p. 125).

A educação, como já fora explicitado, sofreu as consequências de um sistema autoritário, o qual buscava utilizar-se desse instrumento a favor dos objetivos defendidos pelos militares no poder. Havia, em alguns casos, a infiltração de agentes da polícia política se passando por alunos nas disciplinas de professores considerados suspeitos de práticas subversivas.

No âmbito econômico, o objetivo principal atribuído ao governo Castelo Branco era combater a inflação. Assim, o regime se valeu de três estratégias: “imposição de uma severa política de crédito ao setor privado; redução do déficit governamental; e uma política de controle salarial” (ALVES, 1984, p. 74).

No campo político, assevera Alves (1984), que a perda de representação governamental nos estados considerados importantes, a saber: Guanabara, Minas Gerais, Santa Catarina e Mato Grosso nas eleições de 3 de outubro de 1965 (eleições para governadores estaduais), deixaram os militares preocupados. Diante desse fato, a medida tomada pelo governo de Castelo Branco foi em outubro de 1965 a assinatura do Ato Institucional Nº 2.

O Ato Institucional Nº 2 foi assinado no dia 17 de outubro de 1965, apenas 24 dias após as eleições para os governos de Estados. Foi o preço pago pela posse de Negrão de Lima na Guanabara e de Israel

---

<sup>34</sup> “A repressão foi especialmente severa no Nordeste. Nem era de surpreender, pois ali atuavam muitos líderes considerados perigosos, como o governador de Pernambuco Miguel Arraes, o superintendente da SUDENE [Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste] Celso Furtado, o especialista em alfabetização Paulo Freire [...]” (SKIDMORE, 1988, 56-57).

<sup>35</sup> Serviço Federal de Informações e Contra-informação (1956-1964).

Pinheiro em Minas Gerais. Entretanto, como acontecera com Ato Institucional Nº 1, seria limitada sua validade legal; deveria ela durar até 15 de março de 1967, data final do mandato de Castelo Branco. O Ato Institucional Nº 2 habilitava o Estado a manobrar de diversas maneiras. Em primeiro lugar, capacitava o Aparato Repressivo a concluir a operação de 'limpeza' interrompida pela política de 'normalização' intentada por Castelo Branco em 1965. Em segundo, a extinção dos partidos políticos e as rígidas exigências para a constituição de novas formações obrigaram a oposição a concentrar todas as suas energias na reconstrução das estruturas representativas. Finalmente, a crescente repressão, associada às novas formas de controle eleitoral, originou no seio da oposição um debate sobre a eficácia, em tais circunstâncias, de sua própria organização no âmbito das instituições legais (ALVES, 1984, p. 93-94).

Entre o discurso e a prática do general-presidente Castelo Branco puderam ser evidenciadas contradições, principalmente em relação ao seu papel de defensor da lei. Porém, mesmo com a falácia da manutenção da democracia brasileira, o que pode ser observado foi o endurecimento do sistema autoritário vigente com a posse do General Costa e Silva.

### **1.2.1 O endurecimento do sistema autoritário**

A posse de Costa e Silva se deu sob a expectativa nacional referente aos comandos do novo presidente que tomou posse em 15 de março de 1967.

Na visão do Presidente da República, seu governo se apoiava na compreensão da opinião pública, no estímulo oferecido pelos políticos e na garantia dada pelas Forças Armadas. Aludia a 'um governo para o povo, no sentido mais profundo da expressão'. Sua imagem de democracia parecia ser discutível e fantasiosa. Em momentos bem próximos de negar tudo quanto prometera, insistia em dizer que 'a maior vitória da nossa Revolução será, sem dúvida, chegar às soluções sem sair do regime democrático' (VIEIRA, 1985, p. 24).

A questão econômica que aviltava os salários e interferia no custo de vida também eram pontos recorrentes de descontentamento da população. No início do governo de Costa e Silva, mesmo com a repressão governamental, algumas manifestações devido a essas questões sociais puderam ser evidenciadas, como por exemplo, nas manifestações realizadas, cujo "grito dos estudantes durante suas

manifestações em 1968 era ‘vagas! Vagas! [...]’<sup>36</sup> (SKIDMORE, 1988, p. 154). Como também em 1968 as greves de Contagem e Osasco<sup>37</sup>.

Segundo Vieira (1985, p. 24-25):

As contradições do processo sócio-histórico do Brasil, mais uma vez, demonstram que os interesses dominantes do capitalismo aqui encontravam enérgica oposição. Já no segundo semestre de 1967, o Presidente Costa e Silva recebera 24.226 cartas revelando queda no otimismo nacional e pedindo controle do custo de vida, juntamente com aumento de salários. Estas cartas traziam perguntas sobre o andamento da reforma agrária, sobre os problemas da educação, sobre as deficiências do Banco de Habitação (BNH) e da Previdência Social (INPS).

A economia no governo Costa e Silva deu sinais de reação<sup>38</sup>, porém no campo das políticas sociais, a área da educação, como já fora explicitado, não acompanhava essa situação, principalmente no que se referia às vagas para os estudantes em nível universitário. Havia descontentamento por parte da população frente aos acordos MEC-USAID firmados antes, mas principalmente, depois do Golpe:

Em julho, havendo expirado o projeto de ensino superior do MEC-USAID, o presidente anunciou seus próprios preparativos para a reforma universitária que, em sua opinião, era muito necessária, apesar da recente politização do assunto. Para preparar o plano ele nomeou um grupo de trabalho de 12 membros, que deveria tomar como ponto de partida o relatório Meira Mattos. Os doze incluíram dois estudantes, que foram nomeados, mas se recusaram a participar (SKIDMORE, 1988, p. 155).

Muitas universidades do país haviam sofrido invasões e repressões desde o início do golpe. Portanto, os professores e alunos não sofriam somente pela falta de recursos e de política condizentes para essa área, mas também as perseguições

<sup>36</sup> Ver SKIDMORE (1988), FÁVERO (2006).

<sup>37</sup> Skidmore (1988), realiza uma análise desse período, abordando essas manifestações.

<sup>38</sup> Conforme Skidmore (1988, p. 183-184), “Enquanto o Brasil mergulhava ainda mais profundamente no autoritarismo, sua economia reagia bem à estratégia do governo. Em 1967, um ano de transição, o PIB cresceu 4,7 por cento, menos do que os 5,4 por cento do ano anterior. Esse decepcionante crescimento podia ser atribuído à anêmica performance industrial, somente 2,4 por cento. A agricultura, em contraste, cresceu 7,1 por cento. Em 1968, contudo, quando se completou o primeiro ano do governo Costa e Silva, os resultados foram excelentes. O PIB foi de 11 por cento, continuando a inflação em 25 por cento, a mesma de 1967. [...]”.

advindas da Doutrina de Segurança Nacional que considerava atos subversivos todos aqueles que pudessem atentar contra a ordem vigente. Ou seja, qualquer questionamento referente ao regime imposto e sua condução poderia ser considerado como ato subversivo, correndo-se o risco de sofrer processo por meio dos IPM's, pois os militares no poder consideravam que “outro meio intelectual extremamente infiltrado [por comunistas] é o magistério” (IPM N°709, 1966b, p. 234).

Segundo Germano (1994), apreende-se que desde o início do regime militar de 1964, as instituições de ensino foram muito visadas. Universidades como a Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade de Brasília (UnB) tiveram vários professores e alunos presos e processados, mesmo sem provas concretas para essa ação militar. “A maioria dos acusados pelos IPMs são, no entanto, absolvidos pela justiça, o Regime atravessa um breve período de relativa liberalização entre 1967 e fins de 1968 [...]” (GERMANO, 1994, p. 110-111)<sup>39</sup>.

Diante do ceticismo dos militares frente à participação dos estudantes nos movimentos sociais, principalmente no que tangia ao suposto perigo da sua participação, pode-se apreender que por parte do governo havia a compreensão de que a juventude que participava de tais movimentos estava, na maioria das vezes, a serviço dos ideais comunistas. O excerto demonstra essa compreensão dos militares a respeito do considerado “aliciamento” da juventude comunista no Brasil.

Para inspirar essa junção de aliciamento os comunistas apresentavam aos jovens os ‘slogans’ de atração, a guisa de problemas nacionais de fundamental interesse. Esses aspectos sensibilizam profundamente os corações moços abertos ao idealismo. O Partido [Comunista] se propõe a explorar esse entusiasmo construtivo, envolvendo-o pelo objetivo disfarçado da mobilização das massas desprevenidas (IPM N° 709, 1966b, p. 210).

A relativa mobilização e pressão popular inerente a um expressivo número de estudantes e trabalhadores que reivindicavam suas necessidades naquele momento, começou a refletir em maior inquietação no governo de Costa e Silva. Somado a isso,

---

<sup>39</sup> Importante contribuição no estudo dessa temática encontra-se na obra: *O Controle Ideológico na USP: 1964-1978/Associação dos docentes da USP*. São Paulo: Adusp, 2004.

no final de dezembro de 1968, diante da recusa do Congresso em atender ao pedido governamental para que suspendessem os direitos parlamentares do deputado do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) do Estado da Guanabara, Márcio Moreira Alves, por motivo de pronunciamento considerado desrespeitoso às Forças Armadas, o Governo Militar como forma de reforçar o poder do regime imposto, lançou mão, em 13 de dezembro de 1968, do Ato Institucional Nº 5 (AI-5) (VIEIRA, 1985).

Contudo, como bem assinala Fico (2004, p. 34):

[...] o Ato Institucional nº 5 foi o amadurecimento de um processo que se iniciara muito antes, e não uma decorrência dos episódios de 1968, diferentemente da tese que sustenta a metáfora do 'golpe dentro do golpe', segundo a qual o AI-5 iniciou uma fase completamente distinta da anterior [...].

Esse Ato Institucional foi, sem dúvida, o mais rígido e agressivo dos 17 Atos Institucionais implantados em 21 anos de governo militar. O AI-5 legitimou, formalmente o aumento da repressão, da tortura, do cerceamento de direitos e da liberdade em nome da Segurança Nacional. Entre outros aspectos, formalizava os seguintes pontos:

a) fechar o Congresso Nacional, assembléias estaduais e câmaras municipais; b) cassar mandatos de parlamentares; c) suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer pessoa; d) demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários federais, estaduais e municipais; e) demitir ou remover juízes; f) suspensão das garantias do Poder Judiciário; g) decretar estado de sítio sem qualquer impedimento; h) confiscar bens como punição por corrupção; i) suspensão de *habeas corpus* em crimes contra a segurança nacional; j) julgamento de crimes políticos por tribunais militares; k) legislar por decreto e expedir outros atos institucionais ou complementares; l) proibição de exame, pelo Poder Judiciário, de recursos impetrados por pessoas acusadas por meio do Ato Institucional nº 5 (VIEIRA, 1985, p. 27).

O AI-5 aumentou, desmesuradamente, os poderes do Executivo e em contrapartida afetaram ainda mais os direitos dos cidadãos. A repressão e a tortura, atos já recorrentes no regime imposto no Brasil foram fomentadas por esse Ato.

Costa e Silva, por problemas de saúde, não conseguiu ficar até o final do mandato presidencial, sendo substituído primeiramente por uma Junta Militar<sup>40</sup> até que o Congresso oficializasse a “escolha” do substituto daquele presidente. O General Emílio Garrastazu Médici foi eleito indiretamente e tomou posse da presidência da República em 30 de outubro de 1969. Vieira (1985), recorda que Médici se declarava “Homem da Lei”. Inclusive,

[...] Falava de democracia, de justiça social, de reformas, de desenvolvimento, examinando igualmente a situação dos trabalhadores. Nunca se esqueceu, porém, de colocar acima de tudo o Ato Institucional Nº5. Fez promessas: ‘esperava entregar o País em pleno regime democrático’, ao fim de seu governo (VIEIRA, 1985, p. 31).

Porém, o governo deu continuidade a repressão e supressão dos direitos, fomentando a ideologia de que não agiria contra “os que se situam dentro dos quadros do regime” (VIEIRA, 1985, p. 32). Os movimentos sociais e os opositores do regime militar continuaram sendo sufocados pela repressão e pela suposta ilegalidade de suas ações, as quais seriam severamente punidas caso fossem identificadas. Aos que mantiveram a contestação e a luta pela volta do regime de direito, a alternativa encontrada foi fazê-la de forma clandestina.

Apreende-se que, para manter a “ordem”, os órgãos de repressão foram fortalecidos e remodelados em diversos Estados do país.

Em pleno governo do Presidente Médici, em 1970, aparece em São Paulo o primeiro CODI<sup>41</sup>, tendo como o seu órgão de execução o DOI<sup>42</sup>. Estas organizações parecem ser aquelas que sobretudo se dedicam a conseguir informações à força, não poupando mentes e corpos.

<sup>40</sup> “Ainda antes da posse do General Médici, a Junta Militar impôs ao País dois outros documentos legais [além dos Atos Institucionais nº 13 e 14]: a Lei de Segurança Nacional, de setembro de 1969, e a Emenda nº 1, de outubro de 1969, às vezes conhecida como Constituição deste ano. A Lei de Segurança Nacional destruiu as liberdades públicas no Brasil, transformando-se em enérgico instrumento de repressão política. Atacando os direitos individuais, na prática avançou contra os direitos de reunião, de associação e da imprensa” (VIEIRA, 1985, p. 34).

<sup>41</sup> Centro de Operações de Defesa Interna (CODI); Destacamento de Operações de Informações (DOI).

<sup>42</sup> “O sistema CODI-DOI passou a ser valorizado pela comunidade de segurança como uma genuína criação brasileira, em função das operações ‘peculiares e perfeitamente adaptadas ao ambiente da contra-subversão no Brasil’. Assim, não surpreende que esse ‘produto nacional’ fosse exportado para outros países, como se deu em relação ao Chile e ao Uruguai, causa de grande orgulho para a repressão brasileira” (FICO, 2001, p. 135).



Acabaram operando igualmente em outros Estados brasileiros, além de São Paulo (VIEIRA, 1985, p. 36).

No setor da economia, esse governo apresentava medidas visando o controle da inflação que ainda atingia arduamente a vida dos trabalhadores brasileiros. Esse período foi correspondente ao chamado “Milagre Econômico” e à implantação do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento.

[...] o governo de Médici usou à vontade da propaganda política, destacando o crescimento do país. Desenvolvia nas mentes a imagem de grande potência, cujo retrato era o ‘Brasil Grande’. Na realidade, entre 1968 e 1973 houve um período de crescimento industrial. O Produto Interno Bruto passou de 4,8, em 1967 para 14%, em 1973. Em seguida, o Produto Interno Bruto caiu para 9,8%, em 1974, e para 5,6% em 1975. Ao mesmo tempo em que o Produto Interno Bruto se elevava, a taxa de inflação manteve-se, ao longo deste período, numa média de 20%. Em se tratando da inflação brasileira, esta taxa era bastante razoável (VIEIRA, 1985, p. 38).

Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB), não se tinha dúvidas de seu crescimento, porém, restava o questionamento sobre a distribuição da riqueza produzida. Os governantes afirmavam que precisavam que “o bolo crescesse para depois distribuí-lo”, retórica essa também utilizada pelo ministro Antonio Delfim Netto<sup>43</sup>.

Esses foram os anos lacerantes da ditadura [de 1969 a 1974], com o fechamento temporário do Congresso, a segunda onda de cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos, o estabelecimento da censura à imprensa e às produções culturais, as demissões nas universidades, a exacerbação da violência repressiva contra os grupos opositores, armados ou desarmados. É, por excelência, o tempo da tortura, dos alegados desaparecimentos e das supostas mortes acidentais em tentativas de fuga. É também, para a classe média, o tempo de melhorar de vida. O fundamento do autoritarismo coincidiu com, e foi amparado por, um surto de expansão da economia – o festejado ‘milagre econômico’ – que multiplicou as oportunidades de trabalho, permitiu a ascensão de amplos setores médios, lançou as bases de uma diversificada e moderna sociedade de consumo, e

---

<sup>43</sup> Segundo Alves (1984), “O modelo econômico posto em prática pelo governo obedecia a uma tendência definida como ‘produtivista’. Segundo esta visão, um país subdesenvolvido precisa criar as melhores condições possíveis para o investimento, especialmente o estrangeiro, de modo a acumular suficiente capital para promover a ‘arrancada’ do desenvolvimento econômico” [...] (p. 146). Assim, antes mesmo de preocupar-se “com a distribuição, argumentavam os ‘produtivistas’, era necessário aumentar o tamanho do bolo. [...]” (p.147).

concentrou a renda a ponto de ampliar, em escala inédita no Brasil urbanizado, a distância entre o topo e a base da pirâmide social (ALMEIDA e WEIS, 1998, p. 332).

Diante disso, compreende-se que nesse período o Brasil passou pelo momento de maior concentração de repressão, torturas, práticas recorrentes de censura e violações de direitos nos seus vários aspectos: humanos, sociais, políticos e culturais, bem como concomitante a isso, a concentração de renda favorecia para o aumento das expressões da questão social<sup>44</sup> que ia se intensificando. Conforme asseveraram os autores Almeida e Weiss (1998), mesmo evidente a discrepância entre a maioria dos trabalhadores e seus salários defasados, a população encontrava dificuldade em manifestar seu descontentamento. Afinal, atos que fossem considerados contrários à ordem imposta poderiam ser violentamente reprimidos.

Faz-se relevante mencionar que para os militares o conceito que tinham sobre o aspecto da violência referia-se a:

Que é violência? – Violência é todo o atentado contra o direito individual ou coletivo assegurado pela lei. Esse atentado pode ser físico ou moral, pode ser doloroso, incisivo, indolor ou até apazível. Quando alguém procura, através da doutrinação insinuante, alterar a mentalidade ou o caráter de outra pessoa, exerce uma ação de violência tão pronunciada como a da deformação física ou material. A participação voluntária da vítima não descaracteriza a violência (IPM Nº 709, 1966a, p. 177).

Diante dessa definição, fica explícito que os militares utilizavam-na a seu favor, principalmente quando mencionavam que a “doutrinação insinuante” (podendo-se entender a de cunho comunista), também se expressava como violência. Porém, o grau ao qual era aplicado contra os opositores do regime era justificado pela suposta necessidade que o país possuía de manter-se protegido dos “perigos” advindos das ideias de esquerda dos adeptos daquela “doutrinação”.

No que tange as consequências física, psicológica e moral aplicadas aos presos e perseguidos políticos, estas são sentidas por muitos até hoje, tamanha foi a

---

<sup>44</sup> “[...] Questão social apreendida como o *conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. [...]*” (IAMAMOTO, 2001, p. 27).

brutalidade aplicada e que está sendo denunciada nos trabalhos realizados pela Comissão Nacional da Verdade<sup>45</sup>.

Os relatos contidos em diversas obras que denunciaram as torturas e as violências decorrentes de perseguições políticas nos direcionam a pensar sobre quais razões levaram o Estado a impor sua força e seus aparatos repressivos para “deter” um suposto inimigo? Atender aos interesses capitalistas? Manter a hegemonia política dos militares? A violência explicada pelos militares como sendo “um atentado contra o direito individual e coletivo” era cotidianamente aplicada aos opositores do sistema. A obra *Memórias torturadas (e alegres) de um preso político*, mostram as ações brutais da polícia política contra os interrogados, como fica exposto no seguinte relato: “[...] Havia mais de quatro torturadores para cada preso. [...]” (VIEIRA, 1991, p. 37), como também, as consequências psicológicas e o temor da morte:

[...] Fui entregue outra vez aos seus homens [segundo o mesmo, pelo Dr. Ruy] e reconduzido à sala de torturas. Pastei o limo dos calabouços, banhei o piso de sangue quente que jorrava sem parar das minhas fossas nasais e esperei a chegada da morte, que haveria de me livrar daquele pesadelo insuportável (VIEIRA, 1991, p. 66).

O endurecimento do regime ditatorial era concomitante à Doutrina de Segurança Nacional, cujas ações aplicadas eram permeadas, principalmente, pela brutalidade e arbitrariedade para coagir os opositores. Ou seja,

O terror é utilizado diretamente a fim de intimidar o inimigo (interno) e dissuadir os indecisos. O uso sistemático dos órgãos de segurança informações, através da tortura, do assassinato, do desaparecimento de pessoas e de prisões arbitrárias, é forma de guerra psicológica colocada em prática pelo Estado de Segurança Nacional (BORGES, 2007, p. 29).

Enfim, considera-se que os vários cidadãos e seus familiares que sofreram com a repressão política tiveram os mais diferentes danos para suas vidas (pessoal e profissional). Assevera Fico (2011), que além dos crimes de tortura e morte ocorridos, mais comumente denunciados, houve outros “prejuízos” decorrentes da repressão política imposta pelo aparato repressivo estatal, por exemplo, a falta do pai ou mãe

---

<sup>45</sup> Esse mecanismo de apuração das *verdades* sobre o período ditatorial será explicado posteriormente.

biólogicos na criação de seus filhos (por morte ou desaparecimento), as carreiras *bloqueadas* pelos desmandos dos militares<sup>46</sup>, e diversas outras formas de interferência do Estado, as quais foram cerceadoras de direitos e tiveram a mesma característica de arbítrio em nome da Segurança Nacional para manter intacta a ordem imposta.

### 1.2.2 O período de distensão: iniciando a abertura política

Ernesto Geisel, o quarto general-presidente na sucessão da presidência da república brasileira, tomou posse, após eleição indireta, em 15 de março de 1974, propondo ao país: “um máximo de desenvolvimento possível, com um mínimo de segurança indispensável” (GEISEL, 1976, p. 14)<sup>47</sup>, iniciando o que denominou de “transição lenta, gradativa e segura”<sup>48</sup> para a retomada da democracia no país.

Desde 1974, já não se podia gabar os sucessos do ‘Milagre Econômico’. As dificuldades enfrentadas no campo da economia exigiam um outro tema, capaz de chamar a atenção das pessoas. Esta busca de um novo apoio político e social, tão necessário para a estabilidade do poder levou o governo Geisel a divulgar a teoria da ‘distensão’. Tal teoria tinha a finalidade de diminuir a pressão exercida sobre a sociedade brasileira. Mesmo com forte controle, se alargava o espaço de participação, criando meios de integrar certos setores da oposição, no interior da vida política (VIEIRA, 1985, p. 41).

Mesmo com a promessa de garantir uma abertura política, ainda que “lenta” e “gradativa”, continuavam a ser cometidos atos de repressão e torturas contra muitos brasileiros que se opunham ao sistema vigente. Pois, conforme assevera Mathias

---

<sup>46</sup> O pesquisador Fico realizou essas considerações em virtude de videopalestra sobre a Comissão Nacional da Verdade.

<sup>47</sup> Essa fala é parte da mensagem ao Congresso Nacional, proferida em 1º de março de 1975, na abertura da sessão Legislativa no mesmo ano. “Os governos oriundos da Revolução de 1964, todos eles, procuraram ser fiéis ao mesmo ideário político que se tem sistematizado no binômio do Desenvolvimento e da Segurança – revivida síntese programática, ao sabor de modernas conceituações, do lema da bandeira nacional e que busquei quantificar na fórmula hierarquizante mais atual, de **um máximo de desenvolvimento possível, com um mínimo de segurança indispensável**” (GEISEL, 1976, p.14, grifos nossos).

<sup>48</sup> Em pronunciamento realizado em 1º de agosto de 1975, retransmitido pela televisão, Geisel assim discursou: “[distensão] A palavra está no final do discurso de 29 de agosto de 1974 aos dirigentes da ARENA. Nele me referi à missão que cabe ao Governo de promover o máximo de desenvolvimento possível e, a propósito, aludi ao processo de **lenta, gradativa e segura** distensão requerida” (GEISEL, 1976, p. 152, grifos nossos).

(1995), “o principal objetivo da distensão era descomprometer os militares com a repressão, e sua meta final – aceita pela maioria da elite dirigente – era o estabelecimento de uma ‘democracia tutelar’<sup>49</sup> [...]” (p. 39). Ou seja, conforme o autor assinala, o objetivo não se concentrava no restabelecimento dos direitos e da democracia para a maioria da população, e sim, uma estratégia política que favorecesse aos interesses dominantes. Por isso, ficam evidentes atos violentos daquele período, como por exemplo, atentados à bomba em manifestações públicas<sup>50</sup>.

No que se refere ao âmbito econômico, esse demonstrava que o chamado “Milagre Econômico” deveria ser revisto, mormente, no referente à distribuição da riqueza produzida; observava-se que, concretamente, o que restava ao trabalhador eram as perdas nos valores reais do salário. Porém, nesse momento não eram, somente, os trabalhadores quem acumulavam perdas:

Com todas essas palavras, discursos e planos, a economia brasileira transpirava desesperança. Além das dificuldades das empresas pequenas e médias, principalmente nacionais, não aconteceu a tão prometida distribuição de renda. Ao contrário, a renda se concentrou mais com o passar do tempo. A participação na renda, dos 50% mais pobres da população economicamente ativa, caiu de 17,71% (em 1960) para 14,91 (em 1970), descendo ainda mais para 11,8% (em 1976), já em pleno governo de Geisel. Em sentido contrário, a participação dos 5% mais ricos da população economicamente ativa aumentou em 27,69% (em 1960) para 34,86% (em 1970), elevando-se aos poucos para 39% (em 1976) da renda (VIEIRA, 1985, p. 49-50).

O governo militar, além de dar continuidade na concentração da riqueza, manteve as medidas extremadas e cerceadoras de liberdades, podendo-se citar a Lei Falcão (decreto-lei 6.639/76) que limitava a propaganda política para as eleições municipais como forma de manter o controle das mesmas; além de fechar o Congresso Nacional em março de 1977 (VIEIRA, 1985).

---

<sup>49</sup> “Por ‘democracia tutelar’ deve-se entender uma ação das elites no sentido de permitir uma certa organização social e de interesses formalmente democrática (e que pode incluir até eleições diretas em todos os níveis) com a manutenção da mesma capacidade de intervenção” (MATHIAS, 1995, p. 39). Sobre a temática “distensão” ver: MATHIAS (1995).

<sup>50</sup> Posteriormente será analisado o atentado frustrado realizado pelos militares e que ficou conhecido como caso Riocentro.

No âmbito educacional, o período correspondente às décadas de 1960 à 1970 centraram os objetivos para o atendimento das necessidades do capital, formando mão de obra qualificada:

A reforma do ensino dos anos de 1960 e 1970 vinculou-se aos termos do novo regime. Desenvolvimento, ou seja, educação para a formação de ‘capital humano’, vínculo estrito entre educação e mercado de trabalho, modernização de hábitos de consumo, integração da política educacional aos planos gerais de desenvolvimento e segurança nacional, defesa do Estado, repressão e controle político-ideológico da vida intelectual e artística do país (SHIROMA, 2007, p. 29).

As práticas de alfabetização de adultos deram lugar às práticas de qualificação, mesmo que mínima, para a mão de obra exigida pelo mercado, se contrapondo às práticas realizadas em momentos anteriores.

[...] podem-se apontar dois importantes objetivos das leis configurados quando o regime equacionava a economia e já anunciavam os anos eufóricos do ‘milagre econômico brasileiro’. O primeiro era o de assegurar a ampliação da oferta do ensino fundamental para garantir formação e qualificação mínima à inserção de amplos setores das classes trabalhadoras em um processo produtivo ainda pouco exigente. O segundo, o de criar as condições para a formação de mão-de-obra qualificada para os escalões mais altos da administração pública e da indústria e da modernização que se pretendia para o país. O Plano Decenal da Aliança para o Progresso e o Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) – Secretaria da Organização dos Estados Americanos (OEA) para assuntos culturais, científicos e de informação – indicavam com desconcertante franqueza que educador e educando haviam se transformado em capital humano – capital que, recebendo investimento apropriado e eficaz, estaria apto a produzir lucros individual e social. [...]. Investir significava também moldar o ‘capital humano’ (SHIROMA, 2007, p. 31).

O “capital humano” ao qual Shiroma faz as considerações acima era chamado para servir ao acúmulo de capital à classe dominante por meio da venda da mão de obra minimamente qualificada. A formação, como fora dito anteriormente, não possuía o caráter crítico e conscientizador proposto por alguns movimentos de cultura e de educação popular do início da década de 1960.

O presidente Geisel não conseguiu no fim de seu governo cumprir a promessa que fizera em sua posse, a de concluir a abertura política e retomada da democracia no

país até o término de seu mandato. O sucessor desse presidente, o último militar a comandar o país nesse período ditatorial, iniciado em 1964, foi João Baptista Figueiredo, eleito por eleição indireta, sendo que sua posse oficial se deu em 15 de março de 1979.

A continuidade do traço autoritário dos outros governos militares era visível nesse presidente:

O pensamento do General João Baptista Figueiredo não trazia nada de original, quando se comparava com o palavrório de seus antecessores. Seus conceitos faziam parte da vida doméstica do brasileiro, tamanho o número de vezes exposto a ele. Assim, renovava exaustivamente a opinião contrária à atividade político-partidária dentro dos sindicatos, por entender que isto acabaria 'desviando os trabalhadores de suas próprias reivindicações'. Trazia às vezes raciocínios estranhos. Veja-se o que esperava da Igreja Católica: ela deveria voltar-se para assuntos espirituais, sem exagerar 'na função social'. E então argumentava: 'A igreja produziu recentemente um documento sobre segurança nacional. Partindo dessa constatação, eu poderia achar natural que o Alto Comando se reunisse e produzisse um documento sobre teologia'. Com certeza, o herdeiro de Geisel queria cada coisa no seu lugar, a partir da sua visão, desprezando a visão da sociedade (VIEIRA, 1985, p. 54).

Conforme Vieira (1985), Figueiredo reafirmava muitas das promessas de seus antecessores, principalmente no que se referia a combater a inflação, melhorar os salários dos trabalhadores e redemocratizar o país. O autor assevera que, em seu governo, esse presidente sancionou uma importante vitória para os opositores do sistema que sofreram com a repressão durante o período mencionado, a saber, a Lei da Anistia, assinada em 1979 e, complementada pelas leis nº 6.683 e nº 84.143, sendo que as duas, também, foram promulgadas naquele mesmo ano. Também assevera o autor que: "esta Anistia Política acabou por atingir até mesmo os responsáveis por abusos praticados contra pessoas, incluindo quem praticou a tortura em nome da segurança de Estado" (VIEIRA, 1985, p. 55-56)<sup>51</sup>.

---

<sup>51</sup> Atualmente há um recorrente trabalho de denúncia, fomentadas principalmente pelos Grupos Tortura Nunca Mais e pelos Comitês Memória, Justiça e Verdade, nas diversas regiões brasileiras, quanto à validade da Lei da Anistia, não se descartando a possibilidade dessa Lei ser considerada ilegal pela Justiça brasileira. Como também, houve importante fato, publicado pelo Jornal *on line* "O Estadão" (de autoria do jornalista Fábio Grellet), em que a Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro, no dia 26 de maio de 2014 aceitou a denúncia encaminhada no dia 19 de maio deste ano pelo Ministério Público Federal, "contra cinco militares reformados acusados de envolvimento na morte do ex-deputado federal

Outra importante mudança se deu por meio da Lei nº 6.767/1979, “referente aos requisitos para a criação de novos partidos políticos, reduzindo significativamente as exigências e abrindo caminho para a reforma partidária que de fato ocorreu no final de 1979” (MATHIAS, 1995, p. 136). Mesmo assim, o braço controlador do Estado ditatorial ainda mostrava sua força:

Opondo-se à liberdade de organização de *todas* as correntes políticas, a administração de Figueiredo cuidou de preparar a montagem do colégio eleitoral, que elegeria seu sucessor. Para este fim, mantinha-se o controle do Senado por meio dos senadores “biônicos” (escolhidos por eleição indireta, utilizando-se do colégio eleitoral). O governo de Figueiredo igualmente tinha seus cuidados de dominar o colégio eleitoral, injetando força no PDS (VIEIRA, 1985, p. 57).

Merece destaque também nesse período, a Campanha das Diretas Já, que “evidenciou até onde a pressão do governo de Figueiredo pôde chegar” (VIEIRA, 1985, p. 60). Essa Campanha levou milhares de pessoas às ruas exigindo o restabelecimento dos direitos, como também eleições diretas para presidente e vice-presidente da República. O governo autoritário começava a dar sinais de enfraquecimento, sobretudo diante da manifestação nacional em que a massa exigia mudanças. (VIEIRA, 1985).

A educação nesse período não apresentava bons resultados. Observa-se nos índices abaixo relacionados que, no período ditatorial, o objetivo principal continuava sendo o de preparar a mão de obra para o mercado emergente, não colocando em pauta a *qualidade* do ensino, mas a *quantidade* necessária para suprir as necessidades do capital.

Em meados da década de 1980, o quadro educacional brasileiro era dramático: 50% das crianças repetiam ou eram excluídos ao longo da 1ª série do 1º grau; 30% da população eram analfabetos, 23% dos professores eram leigos e 30% das crianças estavam fora da escola. Além disso, 8 milhões de crianças no 1º grau tinham mais de 14 anos, 60% de suas matrículas concentravam-se nas três primeiras séries que reuniam 73% das reprovações. Ademais, é importante lembrar que 60% da população brasileira viviam abaixo da linha da pobreza. Tais dados

---

Rubens Paiva, desaparecido em janeiro de 1971. Para o juiz Caio Márcio Gutterres Taranto, da 4ª Vara Federal Criminal do Rio, os crimes relacionados à morte do ex-parlamentar, cujo corpo nunca foi encontrado, não são contemplados pela Lei da Anistia”. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,justica-aceita-denuncia-contra-cinco-militares-pela-morte-de-rubens-paiva,1171884>. Acesso em: 28 de maio de 2014.



forneciam as condições para a exigência de redirecionamento na legislação educacional vigente. Nessa década, o bordão da oposição era *mudança*: de regime político, na economia, na gestão dos negócios públicos – mudança democrática que se assentasse em uma ativa participação popular. Como evidencia a história do país, não foi o que ocorreu (SHIROMA, 2007, p. 37-38).

A perspectiva tecnicista primava pela “preparação” para o trabalho, portanto o objetivo não se referia a conscientizar conforme outrora fora feito pelos MCPs. A inserção do aluno ao mercado de trabalho para atender uma demanda emergente continuava sendo primazia nas metas governamentais. Há que se ressaltar, por outro lado, que não preparava esses trabalhadores para os postos de trabalho de então<sup>52</sup>.

Com o advento do regime militar, o lema positivista ‘Ordem e Progresso’ inscrito na bandeira do Brasil metamorfoseou-se em ‘segurança e desenvolvimento’. Guiado por esse lema, o grande objetivo perseguido pelo governo dito revolucionário era o desenvolvimento econômico com segurança. Diante desse objetivo, a baixa produtividade do sistema de ensino, identificada no reduzido índice de atendimento da população em idade escolar e nos altos índices de evasão e repetência, era considerada um entrave que necessitava ser removido. A adoção do modelo econômico associado-dependente, a um tempo consequência e reforço da presença das empresas internacionais, estreitou os laços do Brasil com os Estados Unidos. Com a entrada dessas empresas, importava-se também o modelo organizacional que as presidia. E a demanda de preparação de mão de obra para essas mesmas empresas associada à meta de elevação geral da produtividade do sistema escolar levou à adoção daquele modelo organizacional no campo da educação. [...] (SAVIANI, 2010, p. 367).

A trajetória histórica referente aos anos em que o país foi governado pelos militares demonstrou que a condução política, social, econômica e cultural estava voltada principalmente aos interesses da classe dominante. E que esse governo dispunha de Atos e legislações para legitimar suas ações que, em muitas vezes, eram repressivas e cerceadoras de liberdades e direitos.

### **1.3 Ecos da ditadura militar no Paraná**

---

<sup>52</sup> Ver PERES, C. A. *O público e o privado no ensino superior brasileiro: do regime militar (1964-1984) ao Governo FHC (1995-2002)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, 2009.

O golpe de 31 de março de 1964, que *empalmou o poder*<sup>53</sup>, logo nas primeiras horas já começou a gerar, junto à população brasileira, a expectativa quanto à condução que seria dada pelos militares a esse fato. As várias regiões brasileiras começaram a assistir atos arbitrários que foram utilizados em nome da salvação nacional contra perigos iminentes no país, principalmente, do comunista.

No momento do golpe civil-militar, o Paraná era governado pelo general Ney Amintas de Barros Braga (1961 à 1965). Segundo Heller (1988, p. 63), esse governador “[conseguiu] sobreviver à Revolução de 1964 como homem de confiança do regime, nomeado ministro da Agricultura de Castelo Branco e ministro da Educação de Ernesto Geisel [...]”.

No Paraná, a condução arbitrária e violenta também foi imposta desde os primeiros momentos do golpe. No campo político foram cassados políticos e, até mesmo dentro das Forças Armadas, militares foram expulsos em nome da segurança nacional.

[...] são cassados Moysés Lupion, Amaury de Oliveira e Silva, Léo de Almeida Neves, Vieira Netto, entre outros. Os sargentos Walmor Weiss e Wilson Teixeira são presos e expulsos do Exército, por terem se declarado a favor da ordem legal (HELLER, 1988, p. 26).

A onda de apreensão tomava conta, pouco a pouco, de muitos brasileiros que se tornavam-se reféns dos atos formalizados pelos militares para garantir a soberania do regime imposto e, atender aos ditames do capital nacional e internacional e do bloco capitalista liderado pelos EUA.

Diante disso, apreende-se que no campo político, tanto o governador Ney Braga, quanto seu vice, Paulo Pimentel que posteriormente ocuparia o cargo de governador (1966-1971), comungavam do ideário imposto pelos militares e assim pronunciavam-se:

Uma tarefa de tamanha envergadura [governar o Estado] pressupõe administradores honestos (e cristãos), desvinculados de políticos corruptos ou daqueles que se escravizam ao estado, esquecendo-se de Deus (como os comunistas), e capazes de superar as limitações

---

<sup>53</sup> Esta expressão é utilizada por Netto (1998), em sua obra “Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64”, denotando a forma arbitrária com que o poder foi tomado pelos militares no golpe de 1964.

partidárias [...] Incorporando esses elementos a suas falas, Ney Braga e Paulo Pimentel buscam imprimir uma nova dinâmica as suas práticas, de modo a assegurar uma imagem pública de administradores comprometidos com um novo tipo de governo, estabelecido pelos militares com o golpe de 1964 (IPARDES, 1989, p. 72)<sup>54</sup>.

Observa-se que os governadores paranaenses desenvolviam a retórica de homens honestos e cristãos, afinando-se com os preceitos dos militares que estavam no poder. Pois, como se sabe defendiam-se a ideologia de salvação da pátria contra os comunistas, em prol de uma sociedade que primaria, entre outros fundamentos, pelos valores da família e da moral cristã.

Em âmbito educacional, conforme IPARDES (1989), na administração de Ney Braga, esse governador criou a “Lei Estadual de Diretrizes e Bases da Educação” e o “Plano Estadual de Educação”, no ano de 1962, vislumbrando “superar os problemas não resolvidos na gestão anterior, [...], ambos com o objetivo de organizar um sistema de ensino ajustado às (...) *necessidades quantitativas e qualitativas do nosso desenvolvimento*. (1962, p.52) (IPARDES, 1989, p. 59, grifos do autor).

Esse governador também lançou mão da campanha denominada “Mobilização Estadual Contra o Analfabetismo - MECA”<sup>55</sup>, por entender que havia “estreita relação

---

<sup>54</sup> Segundo consta no *site* oficial do IPARDES, esse foi criado pela Lei nº 6.407, de 07 de junho de 1973, denominado de Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Já na década de 1980, a Lei nº 7.550, de 17 de dezembro de 1981, altera sua nomenclatura ficando definida como Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) – Fundação Edison Vieira. Nova mudança atingindo a questão estrutural daquele órgão é realizada em 1987, incorporando ao mesmo novas atribuições; além de “estudar a realidade econômica e social do Estado para subsidiar a formulação, a execução, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas”, também são somadas as funções que eram exercidas pela Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná (FIDEPAR) e pelo Departamento Estadual de Estatística (DEE). Somente em 1991, por meio da Lei nº 9.663, de 16 de julho daquele ano, este fora transformado em autarquia, denominando-se apenas Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Disponível em: [http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg\\_conteudo=1&cod\\_conteudo=32](http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=32). Acesso em: 23 de junho de 2014.

<sup>55</sup> Segundo Valério (2007), o MECA também contava com recursos federais para o desenvolvimento dos trabalhos que objetivam a alfabetização de jovens e adultos. A autora também cita “a ampliação do programa de merenda escolar e a criação da Fundação Educacional do Estado do Paraná (FUNDEPAR), entidade sem fins lucrativos que tinha como objetivo administrar o Fundo Estadual de Ensino em parceria com a Secretaria de Educação (SEED)” (p. 43). Segundo o governador do Estado, Ney Aminthas de Barros Braga, essas ações integravam uma campanha de crescimento em âmbito educacional que contava com ações que iam desde a construção de escolas até a formação de professores. (VALÉRIO, 2007). Porém, o que se percebe é que essas ações estavam afinadas com os objetivos do governo federal que objetivava a formação da mão de obra para o trabalho, tanto que, como assevera a autora, observou-se que naquele período estava sendo formulada a LDB 4.024/1964, que objetivava o aumento

entre analfabetismo e marginalidade” (IPARDES, 1989, p. 59). Assim, discursava Ney Braga:

Para ela estamos convocando o nosso povo, no afã de recuperação dos brasileiros analfabetos que vivem em nosso estado, a fim de que, alfabetizados e melhor preparados para a vida, possam, nas zonas rurais ou centros urbanos, alcançar níveis de vida compatíveis com a dignidade da pessoa humana (IPARDES, 1989, p. 59-60).

Também no Paraná, desde o final da década de 1950, foram desencadeadas ações populares por meio do Centro Popular de Cultura, em particular, com a Companhia de Teatro do Povo vinculada ao PCB; suas ações se voltavam à alfabetização, às manifestações artísticas entre outras atividades<sup>56</sup>.

Engajados nessas atividades de educação popular, estudantes paranaenses também eram vigiados pelos militares. Tal assertiva é evidenciada no IPM Nº 709 (1966b, p. 217), que informava que no mês de setembro de 1963 “realizou-se em RECIFE-PE, o Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, com a participação de todas as correntes esquerdistas que exploravam o movimento estudantil”. Os militares também afirmam quanto à participação de paranaenses nesse Encontro, conforme consta no referido IPM, através do seguinte trecho do Relatório apresentado pelos chamados comunistas à Direção Central do evento:

Pelo papel que hoje desempenha junto aos movimentos de cultura popular, nosso Partido jogou também um papel de importância no curso da realização do Encontro de Recife.

Com um ativo de 50 companheiros vindos de S. Paulo, Guanabara, Pernambuco, Estado do Rio, Rio Grande do Norte, Ceará, **Paraná**, Minas, Alagoas, Bahia e Maranhão, fomos a força principal no preparo técnico e acertada condução política dos trabalhos do Encontro (IPM Nº 709, 1966b, p. 219, grifo nosso).

Diante de todos esses “cuidados” referentes às ações comunistas no âmbito educacional, o Paraná não ficou imune aos desmandos e violências ocorridos pela

---

de quatro para seis anos de duração do ensino primário, sendo que nos dois últimos anos iriam aplicar conhecimentos de atividades agrárias ou industriais aos alunos. Sobre a temática ver: VALÉRIO (2007).

<sup>56</sup> Sobre a temática ver: CALDAS (2003); SCHMITT (2011); TORRES (2008).

chamada “Operação Limpeza”, que fora realizada a nível nacional após a tomada de poder pelos militares:

Implanta-se o terrorismo nas universidades. O estudante Luiz Felipe Ribeiro diz que o Conselho da Universidade Federal do Paraná puniu estudantes com suspensão, e o professor Amílcar Gigante foi sumariamente demitido. Por seus atos impopulares, o reitor Flávio Suplicy de Lacerda provocou a revolta dos estudantes e, como ministro da Educação, foi o autor da chamada Lei Suplicy, que extinguiu a UNE e as entidades estudantis nos Estados (HELLER, 1988, p. 27).

Já em outro momento histórico do regime ditatorial em que o país vivia sobre o signo repressivo do AI-5, o governador Parigot de Souza (1971-1973), lançava o desafio de efetivar a “Reforma do Ensino de 1º e 2º graus”, que exigiria do professor posturas condizentes com a situação imposta, o que leva a confirmar a aceitação daquele político aos ditames ditatoriais:

[...] que a Revolução lançou ao Povo Brasileiro, e para que ela tenha o êxito que todos esperam, é necessário mudar sobretudo a mentalidade do Professor, através de treinamentos específicos, pois a estática tem que ser substituída pela dinâmica (1973, p. 53) (IPARDES, 1989, p. 85).

Segundo o texto do IPARDES (1989), a Reforma do Ensino não foi inicialmente expandida a todos os municípios do Estado<sup>57</sup>, no entanto gerou a necessidade de “[realizar] um programa de treinamentos dos recursos humanos, o que levou à criação do Centro de Seleção, Treinamento de Aperfeiçoamento de Pessoal – CETEPAR” (IPARDES, 1989, p. 85). Os recursos para A Reforma foram obtidos por meio de:

Convênio MEC-USAID, [...], através da Secretaria de Estado e Cultura. Tais verbas foram destinadas ao treinamento de recursos humanos, construção de escolas, aquisição de material e, principalmente, ao estabelecimento do ensino profissionalizante – com ênfase ao setor primário, (...) *em adequado equilíbrio com os ligados aos setores secundário e terciário* (GOMES, 1974, p.71 apud IPARDES, 1989, p. 85, grifos do autor).

---

<sup>57</sup> “A Reforma do Ensino foi iniciada através de municípios-pilotos, Campo Mourão, Guarapuava, Jacarezinho, Londrina, Maringá, Paranaguá, Ponta Grossa, União da Vitória e Curitiba [...]” (IPARDES, 1989, p. 85).

Continuava no Brasil uma “onda” que alguns autores intitularam de “caça às bruxas”, em que atitudes consideradas subversivas eram combatidas e seus propositores punidos exemplarmente. Mesmo assim, havia brasileiros que ousavam contestar e trabalhar em prol da emancipação e conscientização do povo; apreendendo-se que muitos destes estavam inseridos no meio educacional.

O que se observa ao analisar sobre esse momento histórico é que os agentes que buscavam romper com este sistema autoritário, também desenvolviam suas práticas no Paraná. Porém, em conformidade com as práticas repressivas aplicadas nas diversas regiões brasileiras, os militantes paranaenses também sofreram sérias consequências devido suas ações contestatórias e opositoras. Essas consequências podem ser exemplificadas pelo ocorrido na cidade de Nova Aurora/PR, onde professores foram presos e torturados por estarem desenvolvendo atividades consideradas de cunho subversivo, como afirma a matéria publicada no jornal *O Estado do Paraná*, datado de 27 de maio de 1970, sob título: “Subversivos agiam no Oeste do Paraná”:

#### Um líder teórico

Luís André Fávero, conhecido no mundo da subversão como Cardoso, líder do grupo de terroristas que agiam entre Nova Aurora e Formosa do Oeste, Ex-presidente da União Gaúcha dos Estudantes Secundários, ele usou seus conhecimentos teóricos para liderar o movimento, usando da ingenuidade e analfabetismo de alguns colonos. Com isso, a ação ganhou corpo e elementos da região foram recrutados.

#### Os cantos de guerra

Clari Isabel Fávero (Tereza), esposa de [...] [Cardoso], era professora do Ginásio Estadual Jorge Nacli. Sempre ao lado do marido, ela tinha importância capital dentro do movimento. A ela caberia a tarefa de doutrinar os futuros guerrilheiros, seus alunos de 1ª e 2ª series ginasial. Um dos métodos usados: ensinar canções de cunho subversivo, para serem cantadas no dia das Mães<sup>58</sup> (*O ESTADO DO PARANÁ*, 1970, p. 06).

---

<sup>58</sup> Nota-se que a própria escrita da matéria publicada no *Jornal O Estado do Paraná* possuía muitas nomenclaturas próprias dos militares e que foram comumente usadas no próprio IPM N° 709, como por exemplo, o uso do termo doutrinação. Nesse mesmo IPM, no seu volume 3, no capítulo que trata sobre “A imprensa Comunista”, os militares citam os principais jornais comunistas do país, assim, no que tange ao Estado do Paraná, encontram-se referendados naquele documento: “*Tribuna do Povo* (1949) – Hermógenes Lazier. *Jornal do Povo e Hoje*” (IPM N°709, 1967a, p. 97).

Quanto à condução da prisão dos professores acima citados no artigo jornalístico, o depoimento/relato da mesma professora, que foi presa devido à sua suposta ação subversiva, mostra a violência com que as ações policiais foram impostas na época:

Eram mais ou menos 2 horas da manhã quando chegaram à fazenda dos meus sogros em Nova Aurora. A cidade era pequena e foi tomada pelo Exército. Mobilizaram cerca de setecentos homens para a operação. Eu, meu companheiro e os pais dele fomos torturados a noite toda ali, um na frente do outro. Era muito choque elétrico. Fomos literalmente saqueados. [...] Dias depois, chegaram dois caras do Dops do Rio, que exibiam um emblema do Esquadrão da Morte na roupa, para ‘ajudar’ no interrogatório. Eu ficava horas numa sala, entre perguntas e tortura física. Dia e noite. Eu estava grávida de dois meses, e eles estavam sabendo. No quinto dia, depois de muito choque, pau de arara, ameaça de estupro e insultos, eu abortei. Depois disso, me colocaram num quarto fechado, fiquei incomunicável. [...] Quando você começava a se recompor, eles iniciavam a tortura de novo, principalmente depois que chegaram os caras do Dops. Durante anos, eu tive insônia, acordava durante a noite transpirando. [...] (MERLINO, 2010, p. 51).

Esse depoimento explicita a brutalidade utilizada pelos militares aos considerados opositores ao regime. A tortura física e psicológica produziram “sequelas”, que ainda são sentidas pelos militantes ou presos políticos que vivenciaram as ações truculentas do Estado ditatorial<sup>59</sup>. Quando aquela professora, que no período da ditadura fora presa com seu marido e, mencionados no artigo do Jornal *O Estado do Paraná* como praticante de atos subversivos, relata que por anos sofreu com as lembranças que lhes causavam desconforto, isso possibilita a compreensão de que as marcas deixadas pelos militares que empalmaram o poder não foram somente na história do país, mas também, em histórias pessoais, na vida cotidiana de muitos brasileiros e brasileiras que defendiam (ou não), um ideal de liberdade e justiça. A mesma professora, ao depor à Comissão Nacional da Verdade, na cidade de Foz do Iguaçu/PR, em 27 de junho de 2013<sup>60</sup>, deixa claro que as marcas que esse sistema autoritário deixou, reflete até os dias atuais em sua vida:

<sup>59</sup> Evidencia-se, atualmente, em inúmeros relatos de ex-presos e perseguidos políticos concedidos à Comissão Nacional da Verdade.

<sup>60</sup> Disponível em : <http://www.youtube.com/watch?v=locPa46TQF0&feature=share>. Acesso em: 25 de julho de 2013.

Eu já vinha com o estômago embrulhado há dias, desde que eu comecei a buscar essa memória para a Comissão da Verdade e tenho consciência de que essa comissão tem casos tão mais graves pra cuidar, até mesmo porque o nosso caso, a nossa história já foi bastante contada, relatada, mas claro que a gente nunca teve oportunidade de entrar em detalhes bem dolorosos e que até hoje machuca muito<sup>61</sup>.

A exemplo desses professores que foram presos e torturados por sua militância política e por sua prática profissional, muitos outros também sofreram as consequências do regime. Segundo o trabalho realizado por Calciolari (2006), em que a autora faz uma análise dos documentos reunidos pela Comissão Especial de Indenização decorrente da Lei 11.255/95, verifica-se que a mesma busca “sistematizar a memória dos expressos políticos, com ênfase na prática de tortura durante a repressão no Paraná”. (CALCIOLARI, 2006, p. XXV) e, ainda, faz um levantamento de dados que geraram muitas outras informações. A autora, para realizar sua pesquisa, utilizou-se do recorte nos anos de 1964, 1970 e 1975 justificando que se tratavam dos anos de maior repressão no Estado. Assim, a mesma tramitou sua análise num universo de 175 presos políticos, que apontaram que, dentre eles, 13 presos tinham a profissão de professor na época da prisão.

Outro fato que se caracteriza importante no contexto paranaense refere-se ao ano de 1975, em que, concomitantemente à esperança da distensão política e restabelecimento da democracia, a repressão era recorrente no Estado e no país. No Paraná, a chamada “Operação Marumbi”:

[...] abrangeu, a nível estadual, pelo menos 13 cidades – Londrina, Paranaguá, Curitiba, Mandaguari, Ponta Grossa, Maringá, Arapongas, Apucarana, Rolândia, Guarapuava, Cianorte e Paranaíba. O documento liberado pela 5ª Região Militar preocupava-se em afirmar também que a ação desenvolvida ‘não se tratava de perseguição de caráter pessoal’ ou ‘político-partidária’, mas sim ‘de benefício exclusivo para a coletividade’ (ARRUDA, 1983a, p.13 apud BRUNELO, 2009a, p. 68).

---

<sup>61</sup> Transcrição realizada e cedida à essa pesquisadora pelo mestrando em História, Marcos Adriani Ferrari de Campos.



Essa Operação atingiu várias pessoas, dentre elas, professores, como dois dos entrevistados para esta pesquisa; e novamente foi legitimada pela defesa da paz e da ordem social, no intuito de “preservar” a população brasileira do perigo comunista.

Iniciadas em 12 de setembro de 1975, durando aproximadamente um mês, as ações da polícia política tinham o propósito de apreender algumas pessoas que eram acusadas de rearticular o PCB no Paraná. Segundo Samuel Alves Corrêa, General da 5ª Região Militar com sede em Curitiba, os episódios relacionados à Operação Marumbi serviram para desarticular ‘completamente o dispositivo subversivo-comunista no Paraná’ (ARRUDA, 1983a, p.13 apud BRUNELO, 2009a, p. 68).

Diante disso, fica explícito que no Paraná a condução do regime ditatorial imposto em 1964 seguia os ditames federais e impingia aos seus opositores as mesmas regras violentas e repressivas que eram praticadas nas demais regiões brasileiras.

## **CAPÍTULO II**

### **A RESISTÊNCIA COMO FORMA DE LUTA E A REPRESSÃO AOS OPOSITORES**

A via de mão única imposta pelos militares golpistas pós-64, que conduzia a vida política, social, cultural e econômica do país formalizou o uso de práticas arbitrárias e repressivas a qualquer pessoa que se manifestasse contra, ou apenas, que levantasse suspeita de que era contrária ao sistema autoritário imposto.

Manifestar publicamente opiniões, principalmente se fossem discordantes do regime aplicado, fazia-se um ato perigoso, pois a consequência poderia ser a investigação e possível processo por “ferir” a ordem social e política, a qual regia o país, e isso, poderia trazer uma série de prejuízos ao inquirido e/ou a sua família, fossem eles pessoais, profissionais, econômicos, morais, ou mesmo, todos esses reunidos.

Dessa forma, a clandestinidade e o exílio, mormente pós AI-5, mostravam-se como caminhos para a resistência política, mesmo se caracterizando como uma possível sentença de prisão ou até mesmo de morte, caso os opositores fossem presos pela polícia política.

O aparato estatal utilizado para impor a repressão política, possuía muitos mecanismos e órgãos, que afinados com o que rezava a Doutrina de Segurança Nacional, visavam à manutenção da ordem vigente e o impedimento de ações realizadas pelos opositores do regime ditatorial, trabalhando para a preservação do *status quo*.

Neste capítulo, objetiva-se analisar a resistência e a repressão vivenciada no período ditatorial. A DOPS/PR será analisada de forma particular, pois o recorte feito para esta pesquisa tratará de suas ações em âmbito paranaense.

#### **2.1 “Resistir é preciso”: a luta contra o Estado autoritário**

Em 1966, em decorrência do segundo aniversário da “revolução” de março de 1964, o Exército lançou uma coletânea reunindo artigos produzidos anteriormente ao golpe e posterior a este, que fazia alusão positiva a ele. Diziam os militares, na

introdução publicada pela Biblioteca do Exército, intitulada “A Revolução de 31 de março”, que:

De tudo o que se escreveu e se publicou, a respeito da Revolução de 31 de março, particularmente quanto ao papel que nêle desempenhou o exército, há muita coisa que deve ser preservada do esquecimento e fixada para a posteridade, de modo a ficar mais presente ao espírito do Povo.

É essa a razão que leva o Exército a reunir, como contribuição às comemorações nacionais do dia 31 de março, neste e em outros volumes posteriores, inclusive como homenagem aos que os escreveram ou editaram, alguns artigos, editoriais e conferências de interesse histórico, para a exata compreensão do seu próprio e tradicional papel no quadro e na defesa da nacionalidade (CASTELO BRANCO et al., 1966, introdução).

Essa coletânea de artigos e editoriais tinha a intenção de mostrar para a maioria da população uma visão otimista quanto à condução e administração do golpe, chamado pelos militares de “revolução”.

Em outro artigo publicado pela mesma coletânea, em trabalho redigido pelo Coronel Ferdinando de Carvalho, Oficial de Estado-Maior, em 21 de junho de 1964, no Caderno especial do Jornal do Brasil, a guisa de conclusão, esse militar inferia sua opinião ao ocorrido:

Não há dúvida de que a revolução democrática de 31 de março consagrou uma das maiores vitórias que o Mundo Livre obteve contra a guerra fria e o comunismo internacional. Só uma injustificável e obtusa falha de percepção impedirá que êsse fato histórico marcante sirva de base a uma ofensiva política contra o expansionismo sino-soviético (CASTELO BRANCO et al., 1966, p. 103).

Apreende-se que os militares que ocuparam o poder buscavam a legitimação popular, utilizando-se, como já fora dito, de vários aspectos para manutenção. Segundo Rezende (2013, p. 33), “A busca da legitimidade centrava-se na construção de um suposto ideário de democracia que insistia no revigoreamento da ordem, do progresso, da justiça social e de uma pretensa legalidade”. Assim, apreende-se que o campo ideológico servia para lançar à população a ideia da necessidade de manutenção dessa ordem social e empenhava-se para a conservação do medo sobre o perigo iminente da

tomada de poder pelos comunistas que eram tidos como deturpadores da ordem e da paz social.

No campo repressivo, o sistema autoritário atingiu sua fase de maior endurecimento contra os opositores após a promulgação do AI-5, que legitimou arbítrios que atentavam contra os direitos humanos, como bem caracteriza o aumento dos atos de tortura contra os que se opunham a ordem vigente.

Os executores da Lei de Segurança Nacional<sup>62</sup> foram colocados acima do bem e do mal, longe de qualquer censura ou limites, ainda que genéricos. A autoridade responsável pelos inquéritos tinha poder ilimitado, podendo exercer toda sorte de violências e atos coercitivos, com a garantia de absoluta impunidade (HELLER, 1988, p. 53-54).

Compreende-se, dessa forma, que o governo ditatorial utilizou para legitimar-se, tanto de aparatos ideológicos, como repressivos. Assim, o regime determinado buscava exaurir pela força a resistência. Isso tencionou aos que não comungavam da condução dada pelos militares - sendo eles dos vários segmentos da sociedade (civil e militar) -, a reorganizarem-se, buscando alternativas para continuar a luta.

Todavia, para quem os militares destinavam tantos esforços para neutralizar suas ações? Quem eram os opositores do governo? Lucas Figueiredo em sua obra *Ministério do Silêncio*, assim define o “alvo” em que os militares focavam suas ações:

Os militares tomaram o poder com uma idéia na cabeça. Queriam moralizar o país, acabando com a corrupção e a subversão, os dois males que, segundo eles, tinham assumido o Brasil nas décadas anteriores. A orientação positivista dos militares lhes fazia acreditar que o país estava doente, mas podia ser curado. Bastava identificar os corruptos e os subversivos e depois neutralizá-los por meio de cassação de direitos políticos e prisão. Havia ainda os que defendiam punir os maus cidadãos com a tortura ou mesmo com o extermínio.

---

<sup>62</sup> Destarte, que durante o regime militar a Lei de Segurança Nacional fora aplicada e justificada em inúmeras ações do Estado, porém, essa Lei é anterior a implantação daquele regime. A primeira Lei de Segurança Nacional foi promulgada ainda no governo de Getúlio Vargas, Lei nº 38, de 04 de abril de 1935, a qual posteriormente sofreu alterações pela Lei nº 136, de 14 de dezembro de 1935, como também, pelo Decreto-lei nº 431, de 18 de maio de 1938 (REZNIK, 2004).

Os corruptos<sup>63</sup>, bem, esses não pretendiam virar alvo das Forças Armadas e foram os primeiros a compor com o novo governo. O instinto de sobrevivência de ambos falou mais alto e, assim, a lista de prioridades purgatórias dos militares diminuiu. Sobraram os subversivos. Mas quem eram os subversivos? Para os militares, todos aqueles que eram contrários ou críticos em relação ao novo regime, nem que fosse na mais singela das questões. Quem não estava com o governo estava contra a pátria (FIGUEIREDO, 2005, p. 121).

Ou seja, apreende-se que, para os militares que estavam no poder, os opositores do regime estabelecido eram considerados “inimigos” da pátria; definição esta encontrada na Doutrina de Segurança Nacional. Quanto à questão da subversão, aqueles a entendiam como:

1º - Que é subversão? Subverter é inverter, é alterar profundamente e sub-repticiamente a ordem vigente. O emprego de qualquer artifício ou estratégia, a ação consciente ou inconsciente que vise tal objetivo ou que acarrete sua consecução são atividades subversivas. A liberdade de pensamento e de comunicação de ideias não se pode constituir em veículo da subversão, pois estaria ela mesma contribuindo para sua autodestruição, estaria entregando aos inimigos as armas com as quais seria esmagada futuramente (IPM Nº 709, 1966a, p. 175).

A resistência ao sistema ditatorial que era feita por professores, jornalistas, cartunistas, estudantes e demais trabalhadores que anteriormente ao AI-5 já faziam essa oposição, foi enfraquecida após implantação desse Ato.

A resistência, portanto, não se mostrou uniforme ao longo da ditadura militar. As mais diversas classes e setores se envolveram de alguma forma. Seja através da ajuda ofertada a algum ex-presos político, da divulgação de casos de violência, de manifestações culturais, da adesão à chamada ‘contracultura’, da participação em passeatas, da busca pelos familiares desaparecidos, da troca rápida de palavras sobre o regime e da participação em organizações de luta armada, o número de brasileiros que procurou oferecer alguma oposição foi significativo (HEBLING, 2013, p.28).

Havia movimentos de resistências que tendiam a esse objetivo de oposição à ordem ditatorial infligida. Segundo informa o *Projeto Brasil Nunca Mais* (ARNS, 1985, p.

---

<sup>63</sup> No Paraná também houve acusações, processos e prisões de políticos acusados de subversão e/ou corrupção, podendo-se citar o caso do deputado Aníbal Khury e do governador Haroldo Leon Peres, este último obrigado a renunciar devido acusação de corrupção (HELLER, 1988).

89), “As autoridades do regime sempre aludiram à existência de uma ameaça real ao Estado, dado o poderio dessas organizações postas na ilegalidade [...]”, porém, constata-se que era obviamente questionável. As principais organizações de esquerda mencionadas por Arns (1985)<sup>64</sup>, são: Partido Comunista Brasileiro (PCB), Ação Libertadora Nacional (ALN), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Ação Popular (AP), Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (POLOP), Grupos Trotskistas, Organizações vinculadas ao “Nacionalismo Revolucionário”, entre outras.

Os militares preocupados com essas organizações e objetivando investigar a infiltração e articulação de ideias consideradas de “esquerda” no país, instauraram o IPM Nº 709, realizando um estudo detalhado sobre “O Comunismo no Brasil”, detendo-se em considerações sobre essas organizações, devido às suas “ações subversivas” e de cunho “comunista” que supostamente defendiam. Segundo o terceiro volume do referido Inquérito, as organizações (de esquerda) utilizavam-se da tática de Frente Única e isso gerava preocupação devido ao perigo do Partido Comunista se utilizar da mesma para infiltrar, segundo os militares, suas ações não somente no Brasil, mas na América Latina. Portanto, havia uma análise equivocada de relacionar movimentos radicais com outros de cunho mais amplo.

Em termos resumidos [da obra dos autores Morris e Watnick], seu principal objetivo é fundir num bloco político, sob a direção do partido comunista, o máximo de operários urbanos, camponeses, ‘pequenos burgueses’ e as seções da ‘burguesia nacional’ cujos negócios as colocam em conflito com o governo nacional, com a influência estrangeira, ou com ambos, conforme o caso (IPM Nº 709, 1967a, p. 345).

Dessa maneira, segundo os estudos realizados pelos militares designados para inquirir o IPM Nº 709, no volume III há alusão à tática que, segundo eles, seriam utilizadas pelos comunistas. A mesma visava incluir inúmeros grupos, até mesmo parte da burguesia, no bloco unitário da Frente-Única. Isso inquietava os militares, haja vista

---

<sup>64</sup> Para aprofundamento sobre as organizações de esquerda, consultar o capítulo 9 da terceira parte da obra de ARNS (1985).

que a oposição ao seu governo tendia a interferir somente em seus interesses, mas da elite brasileira nacional e internacional, que num primeiro momento tinham seus interesses afinados com o governo militar.

Diante disso, afirmam os referidos militares:

De modo geral, a experiência dos fatos observados no Brasil, nos permite assinalar três casos de formação de frente-única.

1º - Frente-Única de organização aliada – Neste caso a frente-única é formada pela união de várias organizações de caráter esquerdista ou não, aliadas ao Partido Comunista, na qual este pode ser ou não a organização principal, mas sempre exerce um papel influente. É o caso das alianças eleitorais, interpartidárias, como a PSD-PTB-PCB, e das alianças AP-PCB, principalmente em congressos e entidades estudantis.

2º - Frente-Única de organizações infiltradas – A frente-única é, nesse tipo, constituída pela associação de duas ou mais organizações infiltradas (ou dominadas) pelo Partido Comunista, como por exemplo: a Frente de Mobilização Popular e o Pacto de Unidade e Ação. Neste caso o domínio do Partido Comunista se manifesta desde a formação da frente.

3º - Frente-Única de formação ‘de baixo para cima’ – Uma frente-única dessa natureza é constituída pela associação de organizações elementares que foram, por sua vez, formadas pela reunião de elementos de numerosas correntes políticas, agrupados sob a liderança de membros do PC. É o caso da Frente de Libertação Nacional e de vários movimentos de exploração do nacionalismo (IPM Nº709, 1967a, p. 348- 349).

A citação acima denota a busca pelo controle político e a preocupação com partidos e organizações que estavam na cena política anteriormente ao golpe civil-militar. Segundo os militares, essa união poderia colocar em risco o regime, portanto, a atenção quanto a essa suposta organização que tinha como centro, na concepção dos mesmos, o Partido Comunista, era considerada importante naquele momento.

As formas de resistências ao regime autoritário eram taxadas de subversivas e antidemocráticas pelo governo da época e veementemente combatidas. Assim, algumas estratégias de resistências adotadas por vários opositores, após o AI-5, foram a clandestinidade e o exílio<sup>65</sup>. Confere-se que as mesmas interferiam na sua vida

---

<sup>65</sup> Colocam Fiuza, Bohoslavsky (2012, p. 21) que: “O exílio revela o conflito, principalmente aquele que produziu a fuga, pois o ‘exílio tem, na história, a função de afastar/excluir/eliminar grupos ou indivíduos

cotidiana e comunitária, sendo que muitos desses militantes passaram a morar longe de seus familiares para terem sua integridade física e dos seus parentes, garantida.

A luta assumida se direcionava na contramão aos interesses governamentais e da elite; a construção de uma sociedade socialista, os ideais de justiça social, a liberdade e a retomada da democracia se confrontavam com os interesses dos militares que respondiam a essa “afronta” com a repressão e níveis de violência cada vez maiores.

A resistência se dava em maior medida em forma de militância, posto que os engajados nessa luta, o faziam-se numa luta desigual, já que o Estado detinha o poder bélico<sup>66</sup>, ideológico e repressor. Explicitando tal avaliação, destaca-se o depoimento contido no documentário “Contos da Resistência”, no episódio intitulado “Estudantes e Igreja”, em que o ator Francisco Milani, que na época era membro do Movimento de Cultura da União Nacional dos Estudantes (UNE), relata as arbitrariedades e a violência sofrida no início do golpe de 1964, no dia em que o prédio da UNE foi invadido e incendiado pelos militares, como também, sobre a manipulação de informações que os militares faziam<sup>67</sup>:

Já tinha gente não permitindo a nossa saída do prédio da UNE. Já começaram a atirar. Atiravam coquetel molotov, [...], atiravam de metralhadora, de fuzil, de revólver e tal. [...]. A coisa começou a ficar cada vez pior, cada vez pior [...], até que não teve outra saída, o negócio é pular o muro e fugir pela rua do Catete. Então nós ajudávamos os outros a subir e pular o muro e os moradores do prédio, dos prédios em volta gritando: ‘foge comunista, vagabundo, covarde’. [...]. Nenhum de

---

que, manifestado opiniões contrárias ao *status quo*, lutam para alterá-lo. O exilado é motivado pelas questões do país, envolve-se em conflitos sociais e políticos, diz não a uma realidade’ (ROLLEMBERG, 1999, p. 25). A rigor, esta perseguição política que produz o exílio não atingiu unicamente os militantes, afinal, a resposta das ditaduras foi infinitamente mais violenta do que os riscos objetivos que poderiam advir da oposição política”.

<sup>66</sup> Garcia e Posenato (1989), demonstram bem tal afirmação, quando relatam sobre o período que Bona Garcia estava no Chile e, após o golpe de Estado, os militares começaram a realizar constantes inspeções nas casas para procurar pessoas que pudessem ser consideradas contra o governo chileno e estrangeiros, houve a necessidade de eliminação das armas que tinham em seu poder e, que eram consideradas obsoletas, pois não poderiam servir para a segurança própria em relação ao armamento que os policiais (chilenos) tinham “[...] Melhor ficar sem nada do que se arriscar com aquelas armas ridículas, contra os fuzis, metralhadoras e armas de repetição do exército” (GARCIA, POSENATO, 1989, p. 133).

<sup>67</sup> Transcrição feita da entrevista que o ator Francisco Milani concedeu ao documentário “Contos da Resistência”, contida no Episódio 1: Movimento Estudantil e Igreja. (26 minutos), vídeo, co-dirigido por Getsemane Silva, 2004.



nós tínhamos um canivete na mão; as armas que apareceram na foto de um jornal de grande circulação aqui no Rio de Janeiro na época, que eram fuzis empilhados numa parede do [...], era até no palco, era no teatro, não eram armas! Eram fuzis de madeira que a gente tinha fabricado; nós mesmos tínhamos feito na madeira para fazer a peça 'As aventuras do Ripió Lacraia' do Francisco de Assis (CONTOS DA RESISTÊNCIA, 2004).

Outras experiências como a que o ator Milani aponta em seu depoimento, foram realizadas com outros militantes pelo Brasil afora. Situação semelhante também vivenciada pelos professores paranaenses Clari Izabel e Luiz André e demais militantes presos na mesma operação (denominada Marumbi), realizada para a detenção dos mesmos, com a posterior tortura dos mesmos na cidade de Foz do Iguaçu na década de 1970. Relata a professora Clari Izabel, em depoimento para a Comissão da Verdade, em Foz do Iguaçu em 2013:

[...] No dia em que meu cunhado veio lá no exército, que a gente saiu à luz do dia, enfileiraram a gente diante dessas armas [fazendo alusão a uma fotografia exibida, a qual continha ela e demais companheiros, ex-presos políticos], e, tinha mais duas pessoas que a gente não conhecia; umas armas velhas, livros... obrigando a gente a fazer essa foto. [...]. Para o bem da verdade, essas armas não eram nossas. Nossas armas estão enterradas até hoje lá na mata. Eles precisavam publicar no jornal; todo mundo com cara de bandido, esfacelado e mostrar que eles tinham feito certamente um bom trabalho, para receberem as devidas homenagens<sup>68</sup>.

A exemplo dos dois casos citados, também Arns (1985), denunciou que presos políticos assinavam papeis em branco, ou depoimentos os quais não sabiam o teor que continham:

Ao comparecerem perante o Conselho de Justiça, muitos réus denunciaram como foram induzidos a assinarem depoimentos forjados, na fase do inquérito policial, como ocorreu com o professor Luiz Andréa Fávero, de 26 anos, preso em Foz do Iguaçu em 1970:

---

<sup>68</sup> Entrevista disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=locPa46TQF0&feature=share>. Acesso em: 25 de julho de 2013.

(...) que, em dita sala, novamente o interrogado foi submetido a torturas, já das mesmas participando o Capitão Júlio Mendes e o Ten. Expedito<sup>69</sup>; que, após as sevícias já referidas, trouxeram um papel, ou melhor, vários papéis para que o interrogado assinasse; que, em face dos fatos já descritos, o interrogando se limitou às assinaturas, desconhecendo, no entanto, o conteúdo de tais papéis; (...) (ARNS, 1985, p. 208).

A vida cotidiana de vários brasileiros e brasileiras ligados à oposição, como o da maioria da população era caracterizada pela censura, pela repressão e pela falta de liberdade democrática. Aos que ousavam lutar contra esta ordem, o recurso frequentemente utilizado era a clandestinidade que os cerceava, como já fora frisado, o convívio familiar e comunitário. Esses opositores necessitavam estar em constantes mudanças de endereço para não despertar alguma suspeita, pois não seria perdoada, mas, sim processada até que se provasse o contrário. Entretanto, antes que se provasse a inocência desse militante ou da pessoa processada por suspeita de ato subversivo, ela poderia ter perdido a própria vida. Esta truculência nas ações era legitimada pelo signo da Segurança Nacional e aplicados e praticados pelas polícias políticas e demais órgãos encarregados do controle social.

## 2.2 O aparato repressivo contra os opositores políticos

Faz-se importante asseverar que nem todos os aparatos repressivos e órgãos utilizados pelo governo militar foram criados em sua vigência. Muitos já existiam, embora, tenham logrado maior fomento para suas ações no pós-golpe<sup>70</sup>.

---

<sup>69</sup> Maiores informações sobre esse torturador, consultar o *site* Documentos Revelados. Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/professora-torturada-na-ditadura-acusa-advogado-de-foz-do-iguacu-de-ser-o-responsavel-pelas-sevicias-e-aborto/>. Acesso em: 23 de julho de 2014.

<sup>70</sup> Algumas fontes de pesquisas que tratam desta temática: ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. *DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)*. Dissertação de Mestrado. Minas Gerais, 2006; BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre, 2006; BRAGGIO, Ana Karine. *O movimento estudantil paranaense e a vigilância política no pré-golpe civil-militar de 1964*. Dissertação de Mestrado. Cascavel, 2012; FIUZA, A.F. *Entre um Samba e um Fado: a censura e a repressão aos músicos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1960 e 1970*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006, GUSSON, Cláudia Maria. *Movimento estudantil e repressão judicial: o regime militar e a criminalização dos estudantes brasileiros (1964-1979)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2008; SCHMITT, Silvana Lazzarotto. *Encontros e desencontros do Movimento Estudantil Secundarista*

Segundo Motta (2006b, p. 56):

No Brasil, setores especializados em polícia política surgiram apenas na República, e exatamente no momento de crise do primeiro experimento republicano, ou seja, no decorrer da década de 1920. Anteriormente, a polícia já praticava a repressão política, pois operários e intelectuais revolucionários foram presos nos primeiros anos do século, e, alguns deles, imigrantes, deportados do país. Antes da década de 1920, porém, não havia departamento especializado em atividades de repressão política. Uma análise do contexto nacional e internacional ajuda a compreender a motivação que se esconde por trás dessa situação. O mundo vivia ainda o impacto da Grande Guerra, que provocara instabilidade econômica e social, mas principalmente, abrira caminho a uma onda de revoluções sociais. O surgimento da União Soviética foi o resultado mais marcante desse processo, mas outras revoluções eclodiram na Europa, a maioria delas sufocadas [...].

Os acontecimentos mundiais fomentavam, por parte do Estado, a necessidade de aparatos repressivos para a finalidade de manutenção da ordem política (e social) interna. Braggio (2012), assevera que em sua pesquisa conseguiu levantar documentos do ano de 1907 com registros a respeito de repressão política. A autora inferiu a observação de que foi nesse período que o “Distrito Federal contou com o Corpo de Investigações e Segurança Pública da Polícia Civil, sendo a primeira instituição policial que reprimia crimes políticos” (BRAGGIO, 2013, p. 71). Também se observa que os “órgãos do aparato repressivo brasileiro existiram em diferentes estados, sendo geralmente vinculados às Secretarias de Segurança Pública [...]” (BRAGGIO, 2013, p. 70).

A repressão política não se dava nos moldes aos quais foram desencadeados posteriormente, com a especialização de agentes para tal finalidade (muitos deles encaminhados para o exterior para receberem capacitação e treinamentos), mas

---

*Paranaense (1964-1985)*. Dissertação de Mestrado. Cascavel, 2011; SILVA, Marcília Gama da. *Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. Tese doutorado. Recife, 2007a; SILVA, Shirlene Linny. *Construindo o direito de acesso aos arquivos da repressão: o caso do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, 2007b; ZAPARTE, Andréia. *A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba – Paraná (1964-1969)*. Dissertação de Mestrado. Marechal Cândido Rondon, 2011.

observou-se que a violência contra os opositores era prática recorrente naquele início de século, confirmada por Pinheiro<sup>71</sup>, que analisa aquele momento, assim afirmando:

[...] E tanto num período como noutro, entretanto, já havia a mesma ambiguidade contraditória entre aperfeiçoamento da violência física e aprofundamento da *violence douce*, especialmente nas relações com os trabalhadores [...] (1991, p. 109).

Quanto a isso, a publicação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, intitulada *Os arquivos das polícias políticas: reflexos de nossa história contemporânea*, reafirmou as considerações já citadas, quanto ao início das atividades repressivas por órgãos estatais, em âmbito social e político, e contribui na discussão sobre a qualificação dos “indesejáveis”<sup>72</sup> para o Estado, como também, a falta de precisão jurídica quanto a delimitação sobre o *crime político* e o *comum* naquele momento:

Observa-se que desde o Corpo de Investigação e Segurança Pública (1907) até a DESPS, a questão da ‘ordem e segurança pública’ era expressa de modo vago e estereotipado que considerava indesejáveis os causadores da ‘desordem’, ou seja, os subversivos, os anarquistas, os comunistas, os desordeiros, os vadios e os mendigos. Esta forma de expressão, aliada à imprecisão jurídica do que viesse a se constituir na fronteira entre o crime político e o crime comum se reflete nos acervos das polícias políticas em âmbito federal (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1994, p. 13).

Cronologicamente, os órgãos encarregados as “funções de polícia política foram exercidas pelo Corpo de Investigações e Segurança Pública da Polícia Civil do Distrito Federal e, mais tarde, pela Inspetoria de Investigação e Segurança Pública<sup>73</sup>” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1994, p. 12). Sua extinção foi seguida pela criação da 4ª Delegacia Auxiliar, por meio do Decreto Nº 15.848 de 20

<sup>71</sup> Chegou-se a essa fonte teórica após leitura de Priori (1998).

<sup>72</sup> Segundo Pinheiro (1991), em São Paulo, no ano de 1925, com a criação da DOPS naquele Estado, a vigilância era vista como uma ferramenta para a manutenção da ordem social e política. Este órgão objetivava realizar a identificação dos ‘indesejáveis’, levantando informações sobre esses, sendo que estas ações foram bem recebidas pelo empresariado. “[...] Entenda-se aqui por ‘indesejáveis’, os operários ‘agitadores estrangeiros’ ou aqueles que militavam em ‘sindicatos e partidos políticos’. O objetivo inicial da Delegacia era formar um “*arquivo de indesejáveis – arquivo em que haverá o nome do delinquente, a sua filiação, estado civil, impressão do polegar e fotografia*” (1991, p. 111).

<sup>73</sup> “Decreto nº 14.079, de 25 de fevereiro de 1920” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1994, p. 12).

de janeiro de 1922. Em 10 de janeiro de 1933, a 4ª Delegacia foi extinta pelo Decreto Nº 22.332 que, concomitantemente, originou a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1994).

Segundo Motta (2006b, p. 56): “Coube ao governo federal a primeira iniciativa no campo da organização da polícia política<sup>74</sup>, mas logo ele seria secundado pelo Estado de São Paulo que em 1924 criou a Delegacia de Ordem Política e Social”. Conforme reverbera Braggio (2013, p. 72), essa delegacia ganhava a “nomenclatura que ficaria tão conhecida nos anos seguintes: a DOPS”. Contudo, percebe-se que a criação daquele órgão se fez ao mesmo tempo em que uma série de manifestações políticas ocorria no Brasil. Assim, “da parte das classes dirigentes, [houve] a tentativa de se implementar um amplo aparato de cunho administrativo-legal, a fim de controlar todas essas manifestações de descontentamento político”. (ARAÚJO et. al., 2001, p. 23).

Não obstante, “somente com a criação da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (Desps), em 1933<sup>75</sup>, consolida-se a autonomia da Polícia Política no âmbito federal” (REZNIK, 2004, p. 106-107). Fato importante, também, se fez anos depois, com a criação da Lei Nº 38, de 4 de maio de 1935, que dispôs sobre os crimes de ordem social e política; tal lei ficou conhecida como a primeira Lei de Segurança Nacional que fundamentaria legalmente muitas ações daquela polícia. A referida Lei definia que:

*Crimes contra a ordem política* – tentar mudar por meios violentos a Constituição da República ou a forma de governo; opor-se ao livre funcionamento dos poderes políticos da União; incitar funcionários públicos ou servidores do Estado à cessação coletiva dos serviços a seu cargo; incitar militares a desobedecer à lei; divulgar notícias falsas que

<sup>74</sup> “O termo polícia política tem sido utilizado, tradicionalmente, para designar uma modalidade de polícia cuja natureza dos serviços remonta a uma competência privativa do chefe de polícia, de acordo com as ordens e instruções do Ministério da Justiça, conforme pode-se observar no Decreto nº 3.640, de 14 de abril de 1900 que reorganiza o serviço policial do Distrito Federal (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1994, p. 12).

<sup>75</sup> “Criada pelo decreto nº 22.332 de 10 de janeiro de 1933, a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) tinha suas atribuições determinadas em caráter extraordinário por regulamento especial. A DESPS foi criada como delegacia independente da polícia administrativa e judiciária, ficando diretamente subordinada à chefia de polícia, com quadro de investigadores extranumerários e com número estipulado pelo chefe de polícia” (XAVIER, 1996, p. 36).

possam gerar temor à população; fabricar, possuir, comprar ou vender, transportar, sem licença, armas e explosivos.

*Crimes contra a ordem social* – incitar o ódio entre as classes sociais; incitar ou preparar atentado contra pessoa ou bens, por motivo doutrinários, políticos ou religiosos; instigar ou preparar a paralisação de serviços públicos ou de abastecimento da população; induzir empregadores ou empregados à cessação do trabalho; promover, organizar ou dirigir sociedade no sentido de subverter ou modificar a ordem política e social; tentar por meios fraudulentos promover a alta ou baixa dos preços de gênero de primeira necessidade (REZNIK, 2004, p. 107).

Essa Lei de Segurança Nacional passou a direcionar as ações da polícia política da época, porque além de dispor sobre os crimes políticos e sociais definia as formas de punições, que se referia, mormente, a reclusão da pessoa que havia “transgredido” a mesma.

A reboque das mudanças políticas trazidas pela ditadura do Estado Novo (1937-1945), a década de 1940 foi marcada por alterações importantes nos órgãos de controle político e social; principalmente ao que tangia o Decreto-lei nº 6.378 de 28 de março de 1944 que criava o Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) (REZNIK, 2004). E, “o que antes era uma delegacia especializada, a Desps, passou a ser a Divisão de Polícia Política e Social (DPS). Através de vários decretos e portarias, essa divisão sofreu duas importantes modificações estruturais antes de se ‘estabilizar’ em janeiro de 1946<sup>76</sup>” (REZNIK, 2004, p. 110).

A DPS possuía em sua estrutura divisões, tais como:

[...] a Delegacia de Segurança Política (DSeP), a Delegacia de Segurança Social (DSS), a Seção de Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições (SFM), a Seção de Administração e o Arquivo, que tinha ‘caráter secreto’. A primeira delegacia cometia a prevenção dos crimes contra o Estado; à outra, a prevenção dos crimes contra ordem social, tal como ‘estabelecida pela Constituição’ (defesa dos direitos e garantias individuais, do regime jurídico da propriedade, da família e do trabalho,

---

<sup>76</sup> “A competência, na esfera nacional, do D.F.S.P. foi consideravelmente ampliada com o decreto-lei nº 9353 de 13 de junho de 1946, ficando estabelecido que lhe cabia a ‘apuração das infrações penais e da sua autoria ... que atentarem contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado, a ordem social e a organização do trabalho. Essa atuação mais abrangente visava ‘aparelhar o Estado na defesa das instituições e da ordem pública em cooperação com os órgãos policiais dos Estados e Territórios’” (SOMBRA, 1996, p.38-39).

da organização e funcionamento dos serviços públicos e utilidade em geral) (REZNIK, 2004, p. 111).

Ou seja, tal polícia política primava pela ordem vigente e a intenção de sobrepor-la ou desrespeitá-la não seria admitida.

Comunistas e estrangeiros seriam os objetos primordiais de vigilância e repressão nos anos 1930 até meados dos anos 1940. Foram os atores principais dos dois conflitos que marcaram o cenário político brasileiro e internacional no período: a Intentona Comunista [1935] e a II Guerra Mundial. [...] (REZNIK, 2004, p. 108).

Para tanto, apreende-se que era almejado que a maioria da população se moldasse e se adaptasse aos ditames do Estado e, conseqüentemente, da classe dominante, pois se assim não o fizessem responderiam criminalmente.

No movimento histórico percorrido, a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), se faz fato importante na compreensão da trajetória percorrida pela polícia política brasileira. Conforme aponta Sombra (1996), em 1949, no governo de Eurico Gaspar Dutra, criou-se a ESG<sup>77</sup>, sendo que esta veio a reforçar a questão da segurança interna e aplicar a Doutrina de Segurança Nacional, fomentando as ações da polícia política, principalmente contra o movimento operário da época.

Conforme expõe Alves (1984, p. 38), a Doutrina de Segurança e Desenvolvimento Nacional entendia que:

[...] a guerra revolucionária assume formas psicológicas e indiretas, de maneira a evitar o confronto armado, tentando conquistar 'as mentes do povo', e lentamente disseminar as sementes da rebelião até encontrar-se em posição de iniciar a população contra as autoridades constituídas. Como a guerra revolucionária não é declarada e é promovida secretamente por forças externas do comunismo internacional, ela recruta seus combatentes entre a população do 'país-alvo'. Por definição, portanto, torna-se suspeita toda a população, constituída de 'inimigos internos' potenciais que devem ser cuidadosamente controlados, perseguidos e eliminados.

---

<sup>77</sup> Lei nº 785 de 20 de agosto de 1949.

Ao se mencionar ao manual básico da ESG, demonstrava-se que a concepção de guerra revolucionária estava ligada à questão da possível infiltração comunista no Brasil e que fora muito enfatizada pelos militares no pré e pós-golpe civil-militar.

O Manual Básico também deixa claro que o conceito de *guerra revolucionária* não envolve necessariamente o emprego da força armada. Abrange toda a iniciativa de oposição organizada com força suficiente para desafiar as políticas de Estado. Além disso, a guerra revolucionária é automaticamente vinculada à infiltração comunista e a iniciativas indiretas por parte do comunismo internacional controlado pela União Soviética. [...] (ALVES, 1984, p. 37).

Partindo da premissa desse período, em que o mundo vivia sob os efeitos da Guerra Fria, a concepção de inimigo interno, defendida pela ESG, era aplicada pelos órgãos de controle social. Assim, compreende-se que havia por parte dos militares e da elite dominante o medo pela tomada do poder por parte do bloco socialista e da impregnação desses mesmos ideários junto a algumas parcelas da população. Isso favorecia o suposto “compromisso” em manter a segurança do país. Esse objetivo foi enfatizado pelos militares em várias passagens dos volumes do IPM Nº 709, como a que segue:

Julgamos indispensável o conhecimento dessas atividades [ações do Partido Comunista e demais entidades aliadas ao mesmo], nos aspectos doutrinários ou concretos aqui expostos, para todos os que desejam ou precisam apreciar com nitidez e realismo a ação dos marxistas-leninistas no Brasil e formular um julgamento claro e justo sobre as suas possibilidades e vulnerabilidades (IPM Nº 709, 1966b, p. 1).

Os militares consideravam que o Partido Comunista (PC) era uma “ameaça”, por se caracterizar por uma *entidade* pequena e de pouca expressão de partidários, mas o apoio de *auxiliares* deu maior expressão o que demandou maior vigilância por parte do Estado, pois, segundo os mesmos, poderiam estar infiltrados em diversas organizações sociais.

[...] O que torna importante e influente [o PC] são justamente os *auxiliares* que multiplicam a eficiência de atuação do partido nos diversos setores da vida nacional. São, por exemplo, os *auxiliares* que



constituem a maior parte das ‘massas’ controladas pelo Partido no meio sindical, estudantil, intelectual, etc. [...] (IPM N° 709, 1966b, p. 126).

Diante dessas considerações, percebe-se que, uma das preocupações predominantes que o Estado possuía era com o “perigo” de infiltração comunista no país. Isso demandava, por parte do Estado ditatorial, o “alerta” constante. A tabela abaixo, construída por Aquino et. al. (2001), comprova que anteriormente ao golpe civil-militar, como também, do advento da Guerra Fria (que intensificou a correlação de forças entre as duas superpotências que expressavam interesses opostos), o Estado brasileiro já se manifestava juridicamente sobre a questão de controle político e social, e, conseqüentemente, formalizava legislações contra esses crimes que estavam ligados ao combate da “infiltração” comunista no país e à manutenção da ordem vigente; embora, objetiva-se deixar claro a sua intensificação posterior a abril de 1964.

LEGISLAÇÃO FEDERAL RELATIVA A CRIME POLÍTICO		
DATA	Nº DA LEI	ASSUNTO
17/01/1921	Decreto nº 4.269	<i>Regula a repressão ao anarquismo.</i>
04/04/1935	Lei nº 38	<i>Define os crimes contra a ordem política e social.</i>
14/12/1935	Lei nº 136	<i>Modifica dispositivos da Lei 38, de 4.4.35, e define novos [crimes] crimes contra a ordem política e social.</i>
16/5/1938	Decreto-lei nº 428	<i>Dispõe sobre o processamento dos crimes definidos nas Leis 38 e 136, de 4.4.35 e 14.12.35.</i>
18/5/1938	Decreto-lei nº 431	<i>Define crimes contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social.</i>
05/01/1953	Lei nº 1.802	<i>Define crimes contra o Estado e a ordem política e social e dá outras providências.</i>
27/10/1965	Ato Institucional nº 2	<i>Prevê o julgamento, pela Justiça Militar, de civis acusados de crimes contra a segurança nacional.</i>
13/3/1967	Decreto-lei nº 314	<i>Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências.</i>
13/12/1968	Ato Institucional nº 5	<i>Estabelece o fim do direito ao HABEAS CORPUS nos casos de crimes contra a segurança nacional.</i>
20/3/1969	Decreto-lei nº 510	<i>Altera dispositivos do Decreto-lei 314, de 13.3.67, e dá outras</i>

		<i>providências.</i>
05/09/1969	Ato Institucional nº 13	<i>Prevê banimento nos casos de crimes contra a segurança nacional.</i>
05/09/1969	Ato Institucional nº 14	<i>Prevê a pena de morte nos casos de crimes contra a segurança nacional.</i>
29/9/1969	Decreto-lei nº 898	<i>Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências.</i>
21/10/1969	Decreto-lei nº 1.001	<i>Estabelece o Código Penal Militar.</i>
21/10/1969	Decreto-lei nº 1.002	<i>Estabelece o Código de Processo Penal Militar.</i>
17/12/1978	Lei nº 6.620	<i>Define os crimes contra a segurança nacional, estabelece a sistemática para seu processo e julgamento e dá outras providências.</i>
14/12/1983	Lei nº 7.170	<i>Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelecendo seu processo de julgamento. Revoga a Lei 6.620, de 17.12.78, e dá outras providências.</i>

Fonte: Aquino et. al. (2001. p. 21).

No que tange ao período pós-1964, tanto a parte legal (legislações), quanto o aparato repressivo da polícia política foram fomentados. Outros órgãos com o mesmo teor foram criados para a vigilância social e política da população. A *rede* de repressão começou a se especializar e expandir-se com maior intensidade. Conforme afirma Silva, para manter a chamada “segurança do país”:

*A rede possui, em nível institucional, inúmeras unidades e agências oficiais e oficiosas espalhadas nos Estados – e nos municípios – e uma série de órgãos voltados para desempenhar o trabalho de vigilância e controle social por meio do rastreamento das informações que circulam nas instâncias do Exército (CIE), Marinha (Cenimar), Aeronáutica (CISA), SNI, DSI’S, ASI’S, além dos DOPS e das unidades DOI-CODI, além dos informantes e colaboradores anônimos civis, inseridos no âmbito da sociedade, atuando em instâncias e segmentos variados, hierarquias diversas sendo aparentemente inofensivos, mas agindo num jogo intrincado e maléfico de delação especialmente discreta, causadora das práticas mais vil de traição (SILVA, 2011b, p. 270-271).*

Essa citação demonstra a organização, a severidade e a intimidação a qual a repressão era imposta contra a maioria da população. Segundo Fico (2001), “A principal arma de intimidação do sistema foi a licença implícita que tinham os DOI para torturar” (p. 134).

Já a Doutrina de Segurança Nacional, pregava um estado de alerta em que qualquer pessoa poderia ser considerada “inimiga”. Isso gerava uma aura de desconfiança de todos contra todos. O Estado autoritário, estrategicamente, também se utilizava, como fica evidente na citação anterior, de informantes contidas em locais de trabalho, reuniões e eventos para controlar qualquer atitude que pudesse gerar suspeita de subversão ou oposição.

No que se refere ao levantamento de informações, o SNI fora idealizado para manter intactas as informações relevantes ao regime ditatorial. Com amplos poderes, também tinha outras finalidades, conforme explicitado no artigo 2º do projeto de lei que estipulava a criação daquele Sistema que: “[...] tem por finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra-informação, em particular as que interessam à Segurança Nacional” (FIGUEIREDO, 2005, p. 125).

Por meio do Decreto-lei Nº 4.341 de 13 de junho de 1964, o SNI foi criado<sup>78</sup>. Segundo Alves (1984, p. 72-73):

[...] Seria um órgão de assessoramento do Executivo, responsável não perante o Congresso Nacional, mas perante o Conselho de Segurança Nacional e o Presidente da República. A lei determinava explicitamente que o SNI deveria colaborar com o Conselho de Segurança Nacional em ‘todas as questões afetas à Segurança Nacional’. Declarava que seu principal objetivo seria ‘coletar e analisar informações pertinentes à Segurança Nacional, à contra-informação e à informação sobre questões de subversão interna’. Na prática, o SNI tornou-se um poder político *de facto* quase tão importante quanto o do próprio Executivo. [...].

O SNI colaborava com o Estado autoritário no que se reporta ao controle político e social. Assim, as informações “[...] reais ou inventadas, serviram de parâmetro para ações práticas, como prisões, proibições e abertura de processos no enquadramento dos setores observados [...]” (FIUZA, 2006, p. 22). As informações levantadas por aquele órgão, além de servirem “[...] provavelmente, numa própria auto-justificativa para a existência desses serviços e seus respectivos cargos públicos [...]” (FIUZA, 2006, p.

<sup>78</sup> Segundo Alves (1984, p.71): “O emprego da palavra ‘informação’ tem originado equívocos. Jornais brasileiros informaram, há alguns anos, que o SNI frequentemente recebia telefonemas de cidadãos perguntando (por exemplo) se o aeroporto estava aberto”.

22), também se fazia instrumento para que o governo autoritário mantivesse a sua hegemonia e poder.

É nesse sentido que se coloca o poder da informação sobre as pessoas e fatos e os efeitos que a posse desses ‘saberes’ irá proporcionar, na medida em que dela o governo militar tomará posse no intuito de por em prática a ‘limpeza’ no tecido social, eliminando toda e qualquer manifestação de oposição ao regime. Nesse sentido a coleta, manuseio, disseminação das ‘provas’ de combate ao comunismo e corrupção são forjadas no universo dos arquivos policiais, nas esferas dos órgãos de informação e segurança, como representações de um crime que deveria ser extirpado a qualquer custo da sociedade (SILVA, 2007a, p. 38).

Dessa forma, considera-se que o SNI estava ligado à Segurança Nacional e “lançou as bases do imenso Aparato Repressivo que se desenvolveria com o tempo” (ALVES, 1984, p. 74).

Segundo Fico (2004):

O SNI foi criado ainda em 1964, com propósitos mais modestos do que os que assumiria a partir de março de 1967, quando, de produtor de informações para subsidiar as decisões do presidente da República, transformou-se sob a chefia do general Emílio Garrastazu Médici, em cabeça de uma ampla rede de espionagem. Ao contrário do que supôs Golbery do Couto e Silva, que afirmou ter criado ‘um monstro’, não foi ele, mas a linha dura que gestou tal criatura. A vitória definitiva da corrente, representada pela decretação do AI-5, fez com que a espionagem passasse a atuar a serviço dos setores mais radicais, divulgando as avaliações que justificavam a escalada e a manutenção da repressão. Porém, mesmo com o ‘endurecimento’ do SNI a partir de Médici, o órgão e suas representações nos ministérios civis (as divisões de segurança e informações, então remodeladas e fortalecidas) persistiram como produtores de informações, não se envolvendo diretamente nas ‘operações de segurança’, eufemismo que designava as prisões, interrogatórios, torturas e extermínios, praticados pelo ‘Sistema Codi-Doi’, pelos órgãos de informações dos ministérios militares (Cie, Cisa e Cenimar) e pelos departamentos de ordem política e social estaduais (p. 36-37).

A repressão aos opositores visava à manutenção da ordem estabelecida pelos militares e, como era óbvio, não havia real interesse em promover o bem-estar ou a justiça social à maioria da população que, na visão dos militares, deveria ser vigiada para que não se tornasse nociva ao regime imposto. Para isso, o sistema autoritário

necessitava de “agentes” preparados para manter a ordem e gerar informações; a concretização desse objetivo foi buscado, entre outros meios, pela polícia política espalhada pelo país afora.

### 2.3 A trajetória da DOPS no Paraná

Observa-se que no Paraná, a exemplo dos outros entes federados brasileiros, houve, por parte do Estado, a mesma preocupação em primar pela ordem política e social. A busca pela manutenção do *status quo* foi realizada por meio de ações repressivas do Estado que, por vezes, guiava-se mais por suspeita de subversão ou de atos considerados de cunho comunista do que, propriamente, pelo crime comprovado.

Segundo Piori e Pomari:

Foi no ano de 1937 que aparece pela primeira vez, na estrutura organizacional e administrativa do Estado do Paraná, uma Delegacia voltada especificamente para questão social. A Lei 177, de 15 de março de 1937, reorganizou as delegacias especializadas e as mesmas passaram a ser denominadas: Delegacia Auxiliar, Delegacia de Ordem Política e Social, Delegacia de Segurança Pessoal e Delegacia de Vigilância e Investigações. (DOE, n. 1594, 20 mar. 1937) (2012a, p. 103).

As ações realizadas por essas Delegacias mesclavam-se em “vigiar pessoas, organizações, entidades, partidos políticos e movimentos sociais que de alguma forma pudessem colocar em risco a ordem política e social” (PRIORI, POMARI, 2012b, p. 784). A preocupação em manter legítimos os interesses políticos (e, conseqüentemente, os econômicos), era prioridade na agenda dessas delegacias, nas quais foram reunidas, com o passar das décadas, informações e documentos, sendo que, atualmente, alguns desses fazem parte do acervo disponibilizado para consulta pública.

Entretanto, segundo Piori (1998), as ações no Paraná são anteriores a data de criação da Delegacia de Ordem Política e Social (1937), sendo constatado pelo autor que “as primeiras diligências ocorreram ainda no ano de 1920” (PRIORI, 1998, p. 23). O mesmo autor distinguiu momentos e direcionamentos de ações para determinados

assuntos (não exclusivos) daquele órgão de controle que dão a entender a ligação e troca de informações dos órgãos de controle em alguns estados brasileiros. Assim, periodizou essas etapas com a seguinte disposição:

[...] o período que vai de 1920 até 1930 há uma grande preocupação do órgão com o movimento operário, sobretudo em relação aos militantes anarquistas e anarco-sindicalistas. No período de 1930-1945 a preocupação se volta, primeiramente, para os movimentos tenentistas e depois, com a adesão do Brasil ao lado dos países aliados, em 1942, durante a Segunda Guerra, contra os imigrantes estrangeiros dos países do eixo, mais detidamente alemães e japoneses. No período de 1945-1964 a preocupação se centra nos movimentos sociais e nas atividades do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (PRIORI, 1998, p. 23).

Em relação ao Paraná, ainda nas primeiras décadas do século XX, segundo Priori e Pomari (2012a), mesmo com a preocupação quanto a ordem política e social, a Chefatura de Polícia do Estado do Paraná ainda não possuía uma Delegacia especializada para essa finalidade.

[...] Esse trabalho sempre ficou a cargo de outros organismos policiais, como foram os casos do Comissariado de Investigação e Segurança Pública na década de 1920; e as Delegacias de Costumes e Segurança Pública ou de Vigilância, Investigação e Capturas na década de 1930 (PRIORI, POMARI, 2012a, p. 104).

Como se pode perceber, a preocupação com a Segurança Pública estava nas agendas políticas desde o início do século XX, devido ao teor de importância que apresentava e que “levou o Interventor Federal Manoel Ribas a adotar medidas administrativas no sentido de ter um controle maior da sociedade, não só na capital, mas também no interior do Estado” (PRIORI, POMARI, 2012a, p. 104).

As ações tomadas para manter a ordem política e social podem ser verificadas em dois relevantes decretos, ambos do dia 21 de fevereiro de 1938, a saber: Decreto nº 6.438 e Decreto nº 6.439 (PRIORI, POMARI, 2012a). O primeiro Decreto criava “uma Secretaria específica para Segurança Pública, à qual ficava subordinada a Polícia Civil, [...], além da Polícia Militar, Guarda Civil, Penitenciária e a Casa de Detenção” (PRIORI, POMARI, 2012a, p. 104); já o segundo Decreto “instituiu 12 Superintendências Regionais de Polícia, subordinadas diretamente ao Chefe de Polícia, nas principais

idades<sup>79</sup> do Estado naquele momento” (PRIORI, POMARI, 2012a, p. 104). Segundo os autores, este último decreto era justificado pela necessidade de policiamento no interior do Estado, já que este se apresentava deficiente. Porém, esta Secretaria de Estado não teve vida longa, sendo extinta meses depois pelo Decreto nº 6.969 de 03 de junho de 1938, e voltando a polícia civil a vincular-se a Chefatura de Polícia da Secretaria do Interior e da Justiça (PRIORI, POMARI, 2012a).

Na esfera política, com o findar do Estado Novo, os Estados brasileiros puderam realizar eleições para governadores, sendo que no Paraná em 1946, Moisés Lupion foi eleito (PRIORI, POMARI, 2012a). Segundo os autores, os quais citam à atuação da polícia, no ano de 1948, a qual repercutiu em importante mudança com a instauração da Lei 47, de 19 de fevereiro de 1948, interferindo na estrutura organizacional da Polícia, que a desvinculava da Secretaria do Interior e da Justiça.

Segundo Priori e Pomari (2012b), as décadas de 1940 e 1950 foram de efervescência política no Estado do Paraná, principalmente, em âmbito rural. Isso demandou maior controle por parte do Estado, pois como os autores acima mencionaram, esse momento histórico demonstrava “a mudança de um tempo: ‘do tempo da inocência’ para o ‘tempo da política’” (PRIORI, POMARI, 2012b, p. 785), o que demandava do Estado acionar o aparato de controle e repressão para “[...] manter a ordem estabelecida e identificar os ‘inimigos’ do regime” (PRIORI, 2011, p. 171).

Essa compreensão por parte do Estado, que considerava que naquele momento começara o *tempo da política*, refletia a realidade paranaense que apresentava disputas de terras; os camponeses começaram a reivindicar seus direitos e isso gerava apreensão pelo Estado que objetivava o controle desses movimentos. A repressão política, então, se fazia ferramenta importante para aquele intento.

Sobre esse período, Priori e Pomari (2012b) enfatizam sobre a questão dos movimentos sociais, principalmente no campo, destacando no estado do Paraná, “As revoltas camponesas de Porecatu (no Norte do Estado)<sup>80</sup> e do Sudoeste<sup>81</sup>, na década

---

<sup>79</sup> “Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Rio Negro, Jaguariaíva, Irati, União da Vitória, Guarapuava, Foz do Iguaçu, Tibagi, Jacarezinho e Londrina” (PRIORI, POMARI, 2012a, p.104).

<sup>80</sup> “A revolta camponesa de Porecatu, também chamada de Guerra de Porecatu, ocorreu no Norte do Paraná, no período de 1948-1951. A revolta foi articulada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pelas Ligas Camponesas da região e tinha como objetivo conquistar a posse das terras ocupadas por posseiros, já que as mesmas eram disputadas por grileiros e latifundiários. Com o apoio da polícia e dos

de 50, e a crescente sindicalização rural no início da década de 60” (PRIORI, 1998, p. 23), que demandaram maiores ações da polícia política.

Conforme Priori (2011), a condução dada pela DOPS/PR aos problemas decorrentes da luta pela terra naquele momento, demonstrou que ela não tinha a preparação necessária para lidar com os conflitos daquela natureza.

Segundo Priori e Pomari (2012b), “[...] pesquisas no campo da história e das ciências sociais sobre os movimentos sociais rurais, no período em tela, revelam dois grandes temas: a luta pela terra e a luta pela legislação social trabalhista” (p. 785), e isso gerava inquietação por parte do Estado. Diante da repercussão nacional referente às ações quanto à problemática no setor rural, principalmente pela organização sindical da classe trabalhadora que questionava sobre o direito a terra, o Estado acionara o aparato de controle e de repressão para realizar o acompanhamento dos fatos.

[...] a partir desses movimentos e de seus órgãos de representação, que os trabalhadores rurais conquistaram um espaço maior no cenário social, ampliando o debate político acerca de questões fundamentais, como a reforma agrária, a extensão da legislação social trabalhista para o campo, as condições de trabalho e de vida, as relações de trabalho, os preços e a política agrícola (PRIORI, POMARI, 2012b, p. 786).

Diante disso, apreende-se que, logo após sua criação e nos anos subsequentes, a DOPS/PR atuara, principalmente, em ações referentes à questão da terra. No entanto, “no período 1964-1979, as diligências vão ser direcionadas aos militantes dos partidos de esquerda, sobretudo o PCB e daquelas organizações que se envolveram na luta armada, bem como do movimento estudantil” (PRIORI, 1998, p. 23).

Desse modo, torna-se interessante explicitar que a Chefatura de Polícia do Paraná que era responsável pelas ações no quesito de segurança pública foi extinta em

---

jagunços, muitos posseiros tiveram suas posses invadidas e casas e plantações destruídas. Diante da falta de amparo político e legal, resolveram organizar uma resistência armada, com o apoio do PCB. O movimento durou três anos, até que em 1951, foi derrotado pelas forças policiais militares e agentes da DOPS” (PRIORI, POMARI, 2012b, p. 786).

<sup>81</sup> “[...] a Revolta Camponesa do Sudoeste (1957), [foi uma] conhecida resistência de colonos e pequenos proprietários contra a violência do Estado e dos jagunços da empresa de colonização CITLA” (AMANCIO, 2009 apud PRIORI, POMARI, 2012a, p. 107).



1962, para a criação da Secretaria de Segurança Pública, pela Lei Nº 4.615, de 09 de julho de 1962.

Com essa nova lei, a Polícia Civil passou por formulações, sendo criadas quatro divisões: uma de Polícia Especializada, uma de Investigações criminais, uma de Polícia da Capital e uma divisão de Polícia do Interior. Na Divisão de Polícia do interior foram criadas 13 Delegacias Regionais (Superintendências), nos municípios pólos de: Paranaguá, Ponta Grossa, União da Vitória, Pato Branco, Guarapuava, Cascavel, Jacarezinho, Cornélio Procópio, Londrina, Maringá, Paranaíba, Campo Mourão e Cruzeiro D'Oeste (PRIORI, POMARI, 2012a, p. 105).

Portanto, é a partir do Decreto Nº 8.999 de 27 de julho de 1962, que instituiu a Divisão de Polícia Especializada que surgem outras delegacias, sendo: “a de Crimes contra a Fazenda Pública; a de Estrangeiros; a de Jogos e Diversões; a de Proteção ao Menor; e a de **Ordem Política e Social**” (PRIORI, POMARI, 2012a, p. 105, grifo nosso).

A DOPS/PR começa a ter atribuições específicas e suas funções definidas conforme as necessidades de ordem social e política da época. O Decreto 8.999/62 colocava sobre a estrutura desse órgão, formado por “um Delegado Adjunto, uma Superintendência, um cartório e a secretaria. A Superintendência tinha quatro seções: Armas, explosivos e munições; Hotéis, pensões e similares; Economia popular; e Fiscalização” (PRIORI, POMARI, 2012a, p. 105).

Quanto às funções da DOPS, que constam no Decreto nº 8.999/62, observa-se que a vigilância e controle social são imperantes na definição de algumas destas:

1. Adotar medidas necessárias para a investigação, prevenção, repressão e o processamento, não só dos delitos de ordem política e social, previstos em legislação especial, como também dos crimes contra a economia popular, a lei de imprensa e dos previstos pelo Código Penal Brasileiro, em seus artigos 197 a 207, 253, 260 a 266, 328 a 331 e 344;
2. Orientar, cooperar e providenciar, em todo o território do Estado, a investigação, a sindicância, prevenção e repressão, relativamente os delitos e contravenções de sua competência;
3. Manter correspondência, no interesse do serviço, diretamente com todas as autoridades federais, estaduais e municipais, para orientação das diligências tendentes a prevenir e reprimir os delitos compreendidos na legislação de amparo a economia popular;

4. Providenciar a permuta com os poderes dos Estados, Distrito Federal e Territórios e com qualquer delegacia ou autoridade policial, as informações referentes a indivíduos considerados perigosos a ordem política e social;
5. Fiscalizar e inspecionar aeroportos, estações rodoviárias [...];
6. Expedir medidas em relação às armas e explosivos, no que tange a importação, fiscalização, controle, registro et.
8. Organizar fichários e prontuários de hóspedes de hotéis, pensões e similares, bem como o movimento desses hóspedes. (DOE, 4/12/1962, p.14 apud PRIORI e POMARI, 2012a, p. 105-106).

Como explícito no texto do Decreto nº 8.999/62, a polícia política possuía um amplo arco de atribuições que abrangiam desde a esfera coletiva, por meio do controle dos meios de comunicação, *aeroportos e estações rodoviárias*, como também na esfera individual, por meio da expedição de passaportes nacionais e a troca de informações sobre *indivíduos perigosos para a ordem política e social*, o que reforçava a lógica de controle e coerção a qualquer ato que pudesse caracterizar a quebra dos padrões considerados desejáveis pelo Estado. Essas funções realizadas pelos agentes da DOPS obstinavam o controle efetivo das pessoas.

Posteriormente a tomada de poder dos militares, esse órgão revestiu-se de poder para continuar a executar a vigilância e a repressão e continuou a produzir as informações “úteis” para que o sistema autoritário se mantivesse intacto.

Sabe-se que uma das características do governo militar foi o aumento do controle social e vigilância sobre qualquer suspeita ou ato de contestação da ordem vigente. Nesse período, como assevera Brunelo (2009b, p. 1), “as liberdades democráticas foram sufocadas por medidas autoritárias e por ações nitidamente marcadas pela censura” e, nesse intento, os órgãos repressivos foram recorrentemente utilizados e excitados em suas ações.

No Paraná as práticas de vigilância e controle social se davam nos mesmos moldes do restante do país:

A infiltração de agentes em organizações comunistas era um procedimento constantemente utilizado pela polícia política, denotando a existência de uma rede eficiente de fornecimento de informações que, essencialmente pretendia desbaratar as estruturas e frustrar os planos dos grupos de esquerda. Além de minar as ações revolucionárias, a polícia política procurava detectar os principais focos de difusão da

doutrina comunista. O *informe n 152-E2/65*, remetido pelo Comandante da 5ª TM Álvares Tavares Carmo, ao delegado da DOPS/PR, informava a respeito dos mais diversos caminhos utilizados pelos comunistas para ‘enfraquecer consciências, criar antagonismos e provocar descontentamentos em meio a população’. O teatro, a literatura, as associações de classes e os centros culturais eram vistos pela polícia política como os canais preferidos pelos comunistas para exporem seus planos e metas, pois abrangiam grandes contingentes de frequentadores (BRUNELO, 2009b, p.3).

Os documentos analisados junto ao acervo da DOPS/PR, no que diz respeito ao movimento dos professores paranaenses, foco da nossa pesquisa, revelaram a infiltração dos agentes desse órgão de repressão, ou a cooptação de algum participante para levantar informações sobre as ocorrências nas diversas assembleias e reuniões realizadas. Como também, o levantamento e arquivamento pela polícia política de diversos recortes de jornais e notas sobre o movimento desses trabalhadores. Isso demonstra o controle intenso que era realizado para vigiar e manter a ordem vigente.

A sociedade encontrava-se cerceada por uma ostensiva vigilância e via-se sob a égide de forças inquisitoriais que vilipendiavam inúmeros indivíduos por intermédio de artifícios truculentos, como a tortura, as perseguições políticas, os cárceres privados [...] (BRUNELO, 2009b, p. 4).

Compreende-se que tal vigilância, principalmente em algumas associações organizativas, era feita com a infiltração de agentes para exercer o controle nas ações desenvolvidas. Isso servia, de certa forma, para coibir as articulações e provocar o medo de represálias por parte do governo ditatorial. O relato de um agente da DOPS que acompanhara a Assembleia Geral dos Representantes dos Professores do Paraná, em reunião realizada em Campo Mourão em 01 de junho de 1977, assim define a fala de um professor: “[...] O professor T., fez comentário sobre os vencimentos dos professores, sendo muito aplaudido. Tratar-se-ia de um líder usando de bom senso, pois deixou bem claro que sempre irão respeitar as autoridades constituídas [...]”<sup>82</sup>.

Essa conduta de vigiar e gerar informações dava a polícia política um *status* de poder, pois se a ação constatada levantasse suspeita quanto à “idoneidade” da pessoa, esta seria fichada e investigada pelo órgão de controle e repressão, para que se fosse

<sup>82</sup> DEAP: BRPRAPPR.PB004.PT341.40.

verificada a “periculosidade” em suas atitudes, controlada para não comprometer a ordem. O relato do professor T., que consta no relatório do agente da DOPS/PR, demonstra como era difícil na época reivindicar direitos, pois poderiam agir e reivindicar até o ponto em que o Estado ditatorial permitisse ultrapassar essa “linha imaginária” do considerado “aceitável”, repercutiria na ação do Estado mediante imposição de sua força repressiva para controlar os “excessos” de liberdade<sup>83</sup>.

Do ponto de vista do órgão [DOPS], sua atividade policial estava voltada em sustar qualquer propagação e ideias ou manifestação que pudesse violar o ‘*discurso ordenador e saneador*’, articulado pelo regime estabelecido, oficial. Assim sendo, formulou uma lógica vigilante, a ‘*lógica da suspeição*’, nos dizeres de Maria Luiza Tucci Carneiro, procurando sempre que possível controlar e coibir as atividades políticas e clandestinas, sejam de intelectuais ou de militantes sindicais e políticos (PRIORI, 1998, p. 23).

Continuando a análise sobre o período delimitado por Priori (1998), ou seja, no referente a 1964-1979, no que concerne ao Estado do Paraná, outro fato importante foi a Operação Marumbi (1975).

Ao considerar que esta Operação realizou muitas prisões, gerando processos com condenações, nos remete a refletir sobre as pessoas que foram presas e passaram pelas sevícias e arbítrios do sistema repressor. Interessante se faz a análise que Bohoslavsky (2005)<sup>84</sup> realiza sobre as instituições de controle social da Argentina. Mesmo inferindo considerações sobre 1880 à 1930, considera-se pertinentes para a análise, pois denotam a questão de que, na maioria das vezes, os agentes que faziam parte dessas instituições de controle eram consideradas como vítimas, argumento que o mesmo contesta, porque se observa características que vão além da visão unilateral. Assim, o autor coloca que:

Esto no implica considerar a los aparatos de control como instrumentos naturales, disponibles para quien quisiera servirse de ellos. Pero sí fuerza a considerar a los que antes aparecían como meras víctimas del avance estatal como sujetos dotados de capacidad cognitiva y reactiva.

<sup>83</sup> Interessante se faz a consideração de Priori (1998, p. 22), que afirma que: “[...] a ‘*investigação e a vigilância*’ contra causadores de desordens, os ‘indesejáveis’, é anterior à institucionalização da chamada ‘*polícia*’. Ainda em 1892, surgem os ‘*agentes de segurança pública*’ que vão montar todos os mecanismos de controle e repressão na República Velha, sob a lógica da suspeição. [...]”.

<sup>84</sup> Através da leitura da dissertação de ZAPARTE (2011), chegamos ao texto de BOHOSLAVSKY (2005).

Sujetos que pueden entender lo que sucede, que pueden actuar – probablemente de manera asaz acotada – sobre esa realidad y que em muchas ocasiones procuraron orientar la disposición de esa fuerza de control en un sentido favorable para sus intereses” [...] (BOHOSLAVSKY, 2005, p. 111).

A análise realizada por Bohoslavsky, nos leva a considerar que a vitimização das pessoas que sofreram a repressão pode estar descaracterizando suas qualidades enquanto sujeitos daquele processo, as quais foram importantes na condução daquele período. Já Carlos Fico (2011), aponta para outra questão em relação ao risco que se corre em se aplicar uma visão vitimizadora da sociedade quanto aquele momento. Adverte o estudioso que esta vitimização “oculta o apoio que a sociedade deu aos militares em alguns momentos”. Os apontamentos de ambos os autores nos levam a apreender a necessidade, tanto de compreender a importância destes agentes para aquele momento, como a não generalização da vitimização da sociedade, haja vista, que até os dias atuais, mesmo havendo hoje denúncias das violências aplicadas pelos militares, existem *saudosistas* daquele período, como bem lembrou uma entrevistada nesta pesquisa.

Já no tocante a Operação Marumbi, que objetivava a *desarticulação* do Partido Comunista no Paraná, segundo Heller (2004, p. 30),

No dia 14 de novembro de 1975 o comandante da 5ª Região Militar, general Samuel Alves Corrêa, divulgou nota oficial sobre o desencadeamento da Operação Marumbi, uma onda de ilegais e violentas ações repressivas conduzidas pelo trêfego coronel Ferdinando de Carvalho, o mesmo que presidira o IPM do PCB em âmbito nacional [...].

Essa Operação, que nos dizeres do general Samuel Corrêa, “desarticulou completamente o dispositivo subversivo-comunista no Paraná” (HELLER, 2004, p. 30), também teve outras operações nos estados de Santa Catarina (Operação Barriga Verde) e de São Paulo (Operação Bandeirantes) (HELLER, 2004). Todas tiveram a característica de truculência nas ações.

O processo nº 745, que resultou da Operação Marumbi caracterizou-se pela utilização de métodos violentos na prisão dos acusados, pelas

dificuldades impostas à atuação da defesa e pela inobservância até mesmo das 'leis em vigor', completo isolamento com a incomunicabilidade, presos portadores de curso superior sem direitos que a lei ainda facultava, obrigatoriedade de autorização do DOPS para o contato dos detidos com seus advogados e péssimas condições de carceragem (HELLER, 2004, p. 31).

Entre os entrevistados desta pesquisa, verifica-se que tanto o professor "A" como o professor "B" foram detidos nesta Operação. Sendo que o primeiro foi absolvido e o segundo teve pena de dois anos de reclusão. Porém, mesmo no período de aguardo do julgamento ficaram encarcerados.

Fato interessante informado pelo professor "A", de que no período que esteve detido na Penitenciária do Ahú, por ser amigo do diretor daquele órgão, foi convidado a trabalhar como dentista dentro da penitenciária, de forma não remunerada. Ele relatou que durante o período que esteve preso exerceu as atividades de odontólogo, assim expondo:

[...] durante as horas que eu estava atuando eu não era preso político, eu [...] tinha tratamento diferenciado. Eu tinha direito a tudo o que tinha o profissional da odontologia, [...]. Tirou o uniforme, eu era um preso como qualquer outro ali. [...] Quando [...] eu fui preso, não era aquele clima de tortura, aquele clima anterior, durante a Operação chamada Marumbi. [...]. Eu nunca sofri sevícias, mas muitos dos meus companheiros sim, coisas horripilantes (PROFESSOR "A").

Mesmo o professor "A" relatando que não sofrera sevícias no período que ficara preso, compreendia isso por ter sido um dos últimos a ser detido, expondo que a fase mais truculenta daquela Operação já havia diminuído.

No que concerne às consequências sofridas pela maioria dos detidos em decorrência daquela Operação, denuncia Heller (2004),

Os detidos no quartel da praça Rui Barbosa e na antiga Clínica Veterinária Marumbi (situada na rua Dr. Pedrosa) foram submetidos a choques elétricos nos testículos e a golpes de caratê, que resultaram em fraturas de costelas em Diogo Gimenez e hemorragias no advogado Aldo Dietrich, de Santa Catarina – este excluído do processo após assinar alguns papéis apresentados pelos torturadores. Entre os detidos, alguns eram menores, como Ildeu Manso Vieira Júnior, de 16 anos, que viu seu pai ser espancado e sofrer hemorragia; depois de atendido por

um médico militar e considerado 'recuperado' das sevícias sofridas, Ildeu pai voltou a ser espancado. Paulo Simeão só parou de apanhar quando teve uma parada cardíaca. Alguns detentos cujos nomes não foram arrolados foram submetidos ao 'pau-de-arara' e levados para locais ermos durante a madrugada para sofrer afogamentos sistemáticos; outros, depois de torturados, acabaram sendo excluídos do processo e libertados, tomando rumo ignorado (p. 31).

Segundo Heller (2004), das mais de 100 pessoas detidas, sessenta e cinco foram indiciadas e processadas, pesando contra elas o artigo 43 da Lei de Segurança Nacional, a saber, a intenção de "organizar ou tentar reorganizar partido político clandestino" (HELLER, 2004, p. 32). O resultado dessa Operação foi a condenação de 17 pessoas e absolvição de 48, num "processo que caminhou com o desfile de três testemunhas de acusação e de 114 testemunhas de defesa, 59 das quais por cartas precatórias" (HELLER, 2004, p. 32).

No entanto, mesmo com a absolvição da maioria dos acusados, recaíram sobre a maioria várias consequências desse indiciamento e processo. Além das sequelas emocionais e psicológicas resultantes das violências a eles aplicadas, muitos sofreram com a dificuldade na reconstrução de suas vidas pós-prisão, principalmente no quesito profissional e financeiro, uma vez que ficavam marcados como "criminosos". Isso foi relatado pelos entrevistados que sentiram esta dificuldade pós-soltura.

Dessa forma, compreende-se que no Paraná houve tentativas de resistência ao regime imposto no golpe civil-militar. Todavia, o "braço" repressor do Estado utilizava-se dos aparatos coercitivos para o controle da maioria da população. Essa luta era desigual, já que de um lado estavam alguns civis e/ou militares que não comungavam da condução imposta que defendiam uma sociedade livre e democrática, justa e igualitária, e do outro o Estado que tinha a seu favor o aparato repressivo e jurídico. O saldo dessa batalha recaia nos ombros daqueles que, em muitos casos, sofreram torturas, perseguições e morte.

As informações que esse sistema produziu, demonstram a tamanha articulação que era realizada para "exterminar" qualquer oposição política. Esta produção de informações do período começou a ser disponibilizada a partir da década de 1990 para consulta pública nos arquivos públicos de diversas cidades brasileiras.

### 2.3.1 O acervo da polícia política

As informações produzidas pelas polícias políticas localizadas nos diversos Estados, começaram a ser parcialmente disponibilizadas para consulta pública a partir de 1990. No que compete ao Paraná, os arquivos da DOPS estão disponibilizados no DEAP, desde 1991, regulamentado pelo Decreto Estadual Nº 577, de 11 de julho daquele ano, assinado pelo governador do Estado Roberto Requião. Priori (1998), compara que os documentos da DOPS do Paraná fazem parte de “Um acervo pequeno, se tomarmos como comparação os DOPS de São Paulo e do Rio de Janeiro” (p. 21), embora, compreende-se sua importância na construção de parte da história, principalmente, sobre o período ditatorial brasileiro pós-1964.

Apesar do volume relativamente pequeno (em relação a outros arquivos do mesmo gênero), a documentação produzida pela DOPS/PR impressiona pelo seu caráter *‘verdadeiramente ecumênico, pluralista e universal’* (ARQUIVO, 1991, p. 76). As mais diferentes expressões ideológicas são contempladas pelas informações. Desde manifestações ideológicas do campo da esquerda (comunismo, anarquismo, anarco-sindicalismo, trotskismo, bolchevismo etc) até aquelas pontuadas na extrema direita (fascismo, nazismo, sionismo, integralismo etc). Manifestações religiosas dos mais diversos tipos, como cultos afro-brasileiros, evangélicos, cristãos-ortodoxos, muçulmanos, fundamentalistas etc, também povoaram o imaginário dos *‘arapongas’* das Araucárias e foram alvos de investigações (PRIORI, 1998, p. 22).

Isso denota que todos estavam na mira da repressão, fossem da “direita” ou da “esquerda”, reafirmando a tese contida na Doutrina de Segurança Nacional que levantava suspeita sobre todos os cidadãos, em razão de que qualquer um poderia ser “inimigo” em potencial da nação.

Corroborando para o conhecimento dos documentos disponibilizados por aquele órgão de repressão - DOPS, Roncaglio et al. (1998, p. 44), explica que:

O fundo DOPS é constituído de 55.000 fichas individuais, 3.700 pastas individuais e 2.143 pastas de assuntos diversos, num total de 90 metros lineares de documentos. Essa massa documental é resultante das atividades de investigação, vigilância e controle feitas pela Chefatura de Polícia no começo do século, pelo Comissariado de Investigação e Segurança Pública na década de 20, pelas Delegacia de Vigilância e



Investigação e Delegacia de Vigilância e Capturas, na década de 30, até transformar-se na Delegacia de Ordem Política e Social, criada pela Lei nº 177, de 5 de março de 1937, com atuação até a década de 90.

Já Priori e Pomari (2012a), informam que o número de documentos disponibilizados pela DEAP referentes à DOPS/PR corresponde a “62.500 fichas e aproximadamente 7.000 pastas divididas em pastas nominais e pastas por assunto” (p. 103). Contudo, a informação repassada pelo DEAP foi que o acervo referente à DOPS/PR no qual constitui-se de 92 metros lineares de documentos textuais, subdivididos em 47.430 fichas individuais, 3.775 pastas individuais e 2.377 pastas temáticas<sup>85</sup>.

Mesmo com a disponibilização de parte dos documentos produzidos pelas DOPS, e, sendo estes disponibilizados para pesquisas, recorreremos a Fiuza (2006, p. 24), no que indica a compreendermos que:

Vale ressaltar que a documentação dos arquivos dos DOPS somente foi liberada no início da década de 1990 e é possível que ela tenha sido dilapidada por setores dos governos estaduais e federais, bem como pelas polícias estaduais e pela polícia federal. [...].

Roncaglio et al. (1998), informa que “quando o acervo da DOPS foi recolhido ao DEAP não dispunha de uma caracterização arquivística definida (p. 43), e explicitam que, num primeiro momento, o trabalho realizado pela equipe de estagiários contratados pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná (FUNDEPAR), “se limitou a arrumar em ordem alfabética pastas e fichas e a fazer uma incipiente descrição de cada documento existente nas pastas” (1998, p. 43).

Fiuza e Braggio (2012), constataram em pesquisas realizadas que os documentos da extinta DOPS, referente ao Estado do Paraná, confirmam, em parte, a hipótese levantada anteriormente por Fiuza (2006), quanto a dilapidação de documentos, como explícito na constatação do repasse dos documentos da DOPS/PR não terem sido realizados na íntegra ao DEAP daquele Estado, outra questão importante se faz sobre a descaracterização da organização original do acervo da polícia política:

---

<sup>85</sup> Informação repassada via *e-mail* pela funcionária Solange Rocha do DEAP em 26 de junho de 2014.

[...] há três inconvenientes para os pesquisadores, o primeiro, como comentamos na introdução, o material não foi transferido na íntegra, pois a polícia ficou com parte do acervo. O segundo é a destruição da organização original do arquivo que tornou difícil compreender como era feito o armazenamento das informações pela própria polícia. Outro é a desorganização temporal e temática em que se encontram os documentos nos dossiês, havendo documentos fora de ordem e em pastas trocadas, constatação já discutida Schmitt. [...] (BRAGGIO, FIUZA, 2013, p. 106).

Considera-se que estas fontes de dados, mesmo com todas as problemáticas existentes e apontadas pelos autores Schmitt (2011), Braggio e Fiuza (2013), mostra-se relevante por fornecer dados que auxiliam na construção, mesmo que parcial<sup>86</sup>, do conhecimento sobre o período correspondente ao regime militar, principalmente no que se refere as ações da polícia política na repressão e vigilância do regime imposto. É claro que entendemos que os documentos disponibilizados são parte do produzido pela polícia, como bem afirmou Braggio e Fiuza (2013), quando levantam a questão de parte do acervo da DOPS ter ficado em poder da polícia, dado que “dos trinta arquivos de aço existentes na Subdivisão de Informações da Polícia Civil em 1991, vinte e três foram transferidos para a estrutura do Departamento Estadual de Arquivo Público” (BRAGGIO, FIUZA, 2013, p. 105), o que leva a entender que em se tratando da análise desses dados é necessário que haja uma “suspeição e crítica histórica” (BRAGGIO, FIUZA, 2013, p. 105). Assim, sobre os registros existentes e disponibilizados para consulta ponderam os autores:

[...] é impressível considerar que houve documentos da DOPS/PR ‘extraviados’, ou seja, dos trinta arquivos de aço existentes na Subdivisão de Informações a Polícia Civil em 1991, vinte e três foram transferidos para a estrutura do Departamento Estadual de Arquivo Público, onde ficaram conhecidos pela denominação de acervo da DOPS, os outros sete ficaram sob custódia da polícia após realizarem uma triagem e alegarem conter documentos de interesse para o combate à criminalidade, o que contribuiu para distorcer mais ainda a realidade em questão (BRAGGIO, FIUZA, 2013, p. 105).

---

<sup>86</sup> Considera-se que a construção se faz parcial devido às questões levantadas por Fico em videopalestra realizada em 2011 sobre o acesso de somente duas categorias de documentos produzidos pelas DOPS: confidenciais e reservados, sendo que os demais (secretos e ultra-secretos) ainda permanecem sob a custódia dos militares, resguardados ao sigilo. Como também, no caso do Paraná, como inferiram Braggio, Fiuza (2013), sobre a retenção de parte dos documentos pela polícia.

Quanto a questão da análise sobre os documentos produzidos pelos regimes autoritários, Fiuza (2006), contribui lançando considerações quanto ao direcionamento ideológico existente nesses documentos:

[...] a leitura desta documentação exige uma significativa acuidade na medida em que se trata de um material com uma visão unilateral dos processos políticos e culturais. Portanto, revela mais a imagem construída pelos regimes autoritários em relação ao que vislumbravam ou identificavam como oposição política que propriamente um registro verídico dos fatos acumulados e encadeados de acordo com o interesse destes governos (p. 140).

Confirmando o que o autor constata, sobre a documentação da DOPS não ser “propriamente um registro verídico dos fatos acumulados”, o entrevistado professor “A” corrobora explicitando sua experiência pessoal que vai ao encontro com o problematizado pelo autor: “[...] primeiro prendem, para depois ver se é culpado. Foi por causa disso que não encontraram nenhuma culpa grave, [...], que me levasse a cadeia e me condenassem”. É a partir dessa constatação feita pelo professor “A”, diante de sua prisão e, posteriormente, absolvição que vão se constituindo os entendimentos quanto as ações e conduções realizadas pelas DOPS e registradas em seus documentos, as quais mostram a arbitrariedade e desrespeitos aos direitos humanos e sociais.

Diante dessa advertência, apreendemos que os documentos que foram coletados e analisados para esta pesquisa fazem parte de um acervo produzido pela DOPS do Paraná, mas vale ressaltar que estes foram utilizados para expressar a visão “oficial”, que, como fora afirmado neste trabalho, muitas vezes servia como forma de controle da situação imposta e forçando a construção de uma visão negativa e unilateral sobre os movimentos considerados de esquerda e seus adeptos. Quanto a isso, Colling (1997), colabora no sentido de explicar que:

O objetivo dos órgãos de repressão, sob o manto da legalidade de defensores da ordem política e social, era dismantelar a oposição de esquerda ao regime militar instituído em 1964, tentando limitar sua capacidade de intervenção política do país. [...] (p. 79).

Além das questões problemáticas que envolvem a organização dos documentos que compõem o acervo da DOPS/PR, outra que merece ser destacada é sobre a conservação e preservação do acervo. Os autores Roncaglio, Szvarça, Bojanoski (1998, p. 45) inferem que: “O problema mais grave detectado nesses documentos é a degradação ocasionada pela acidez do papel, fator intrínseco de deterioração e um problema inerente ao papel moderno”. Observou-se que há documentos que devido ao problema apontado pelos autores, possuem a leitura prejudicada, por isso considera-se que a microfilmagem e digitalização de todos os documentos se faz de suma importância para a manutenção e conservação desse acervo de tamanha relevância para pesquisas, uma vez que até o momento, nem todos os documentos passaram por este processo.

Conforme Priori (1998, p. 23):

O conteúdo da documentação produzida pela DOPS é muito rica e nos permite conceituar, tanto os *sujeitos* como os *movimentos sociais* a partir do estudo da *lógica da suspeição*. Por sua vez, esse caminho nos remete ao cotidiano da polícia política enquanto um aparelho repressor do Estado. As regras instituídas pelo poder policial são reveladoras não apenas do aparato de exclusão permitido pelo Estado, como também são expressivas a tentativa desse Estado em legitimar a idéia de estar lutando contra ‘*grupos perigosos*’ e suas ‘*ideologias exóticas*’.

Isso confirma a necessidade de uma leitura atenta para o direcionamento ao qual o Estado tencionava a enfatizar e provar, no entanto, não eximindo a importância desses dados como forma de conhecer como o Estado direcionava suas ações e impunha o aparato repressivo contra uma parcela da população. Portanto, ao apreendermos esse sentido repressor e manipulador fortemente utilizado pelos militares e seus órgãos de controle para a manutenção do *status quo*, compreendemos que os escritos produzidos possuíam esse mesmo escopo, ou seja, objetivavam *desmantelar* o movimento de oposição que existia e preconizavam o fortalecimento da ordem vigente.

### CAPÍTULO III

## AS MEMÓRIAS DE PROFESSORES SOBRE A MILITÂNCIA E A REPRESSÃO POLÍTICA NO PARANÁ

O presente capítulo abarcará as memórias de professores que sofreram a repressão política no pós-64, utilizando-se dos quatro depoimentos coletados dos professores que participaram das entrevistas realizadas em outubro de 2013 e dos apontamentos pertinentes de um familiar que acompanhou uma das entrevistas, dos escritos oficiais da DOPS/PR, disponibilizados no Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP), localizado na capital do Estado do Paraná<sup>87</sup>, conseguidos por meio de pesquisa documental e, demais referenciais teóricos que embasaram esta pesquisa.

Inicia-se situando sucintamente a perspectiva teórica que foi utilizada para a realização desta pesquisa que se refere ao uso da História do Tempo Presente, como também, da metodologia da História Oral e do conceito de memória. Será apresentada a trajetória e metodologia utilizada para o levantamento dos nomes dos entrevistados e a dinâmica utilizada para a coleta dos dados: entrevistas e pesquisa documental. Assim, objetiva-se colaborar na construção do conhecimento sobre o movimento histórico do pós-64 que envolveu, também, os professores no Estado do Paraná, interferindo em suas vidas nos aspectos pessoal e profissional.

### 3.1 O caminho metodológico

Trabalhar a temática ora pretendida, nomeadamente no que tange ao período ditatorial, nos remete a um momento da história recente em que muitos dos que a vivenciaram ainda podem contribuir por meio de suas memórias para a reconstrução e entendimento desse passado, justificando-se pelo fato da característica arbitrária daquele sistema ter favorecido para que alguns acontecimentos ficassem velados por décadas. Assim sendo, com esta breve exposição quanto ao caminho teórico-

---

<sup>87</sup> “Desde 1987, sob a Lei nº 8.485, de 3 de junho, denomina-se Departamento Estadual de Arquivo Público – DEAP, subordinando-se à Secretaria de Estado da Administração, hoje Secretaria de Estado da Administração e da Previdência” (Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=25>. Acesso em: 29 de janeiro de 2014).

metodológico objetiva-se situar quanto ao objeto estudado e sua importância na construção do conhecimento.

Skidmore (1988), no prefácio de sua obra *Brasil: de Castelo a Tancredo*, afirma que “É obviamente mais difícil estudar um sistema político autoritário do que um sistema aberto, pois a censura e a repressão distorcem os fatos e a negociação política é feita em grande parte às ocultas” (1988, p. 12). Dessa maneira, apreende-se que a utilização da perspectiva teórica da História do Tempo Presente, como também, da metodologia da História Oral possibilitou a esta pesquisa uma aproximação com alguns dos sujeitos que vivenciaram esse período da história recente e oportunizou para que fosse lembrada pelos mesmos.

Quanto à História do Tempo Presente, Padrós (2009, p. 31)<sup>88</sup> assegura que:

[esta é] área específica de intervenção crescente dos historiadores, tem sido fortalecida nos últimos anos a partir de reflexões de autores como Eric Hobsbawm, Marina Franco & Florencia Levín e Julio Aróstegui, entre outros, os quais têm contribuído na reafirmação do seu peculiar rigor científico.

A História do Tempo Presente foi utilizada nesta pesquisa, pois, conforme o que Padrós apresenta, pode-se considerar que o período correspondente às ditaduras que foram implantadas na América Latina, nas décadas de 1960 e 1980, favoreceu para que “questões não-resolvidas” ficassem em aberto, isso porque:

As Ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul latino-americano, entre as décadas de 60 a 80, assim como a atualidade do debate sobre questões não-resolvidas produzidas por aquelas experiências históricas, constituem importante campo para o exercício e a aferição das reflexões teórico-metodológicas que embasam o debate sobre a vitalidade da análise do Tempo Presente (2009, p. 31).

Ou seja, o período ditatorial pós-64 (que é um acontecimento recente), necessita ser analisado e interpretado por meio de várias fontes de pesquisa: primárias, secundárias, oficiais, escritas e orais. Assim, buscar o testemunho de diversos

---

<sup>88</sup> A leitura da dissertação de SCHMITT (2011), favoreceu para que chegássemos ao artigo do autor PADRÓS (2009).

protagonistas que vivenciaram aquele momento contribui na construção de uma visão mais ampla sobre aquele período.

Dessa forma, a História Oral se apresentou como caminho metodológico para esta pesquisa. Embora exista um denso debate sobre sua definição, destaca-se nesta pesquisa a relevância de sua utilização<sup>89</sup>, haja vista que, considera-se que “Fazer história oral significa, portanto, produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos ‘outros” (LOZANO, 2005, p. 17).

Segundo Alberti,

A história oral pode ser empregada em diversas disciplinas das ciências humanas e tem relação estreita com categorias como biografia, tradição oral, memória, linguagem falada, métodos qualitativos etc. Dependendo da orientação do trabalho, pode ser definida como *método* de investigação científica, como *fonte* de pesquisa, ou ainda como *técnica* de produção e tratamento de depoimentos gravados. Não se pode dizer que ela pertença mais à história do que à antropologia, ou às ciências sociais, nem tampouco que seja uma disciplina particular no conjunto das ciências humanas. Sua especificidade está no próprio fato de se prestar a diversas abordagens, de se mover num terreno multidisciplinar” (2005, p. 17-18, grifos do original).

Portanto, considera-se que os professores entrevistados, que desenvolveram sua prática profissional no período ditatorial, por meio de suas memórias puderam fornecer fontes primárias a serem analisadas. A história rememorada e verbalizada por quem a viveu se faz importante, como já fora frisado, para que se possa ampliar o conhecimento sobre os fatos<sup>90</sup>.

Quanto a isso, corrobora Alberti (2005, p. 18), definindo a história oral e situando-a no campo da coleta de depoimentos para embasar a construção do conhecimento sobre determinado momento histórico:

---

<sup>89</sup> FERREIRA (2002), realiza uma análise sobre a trajetória e controvérsias existentes sobre estas metodologias.

<sup>90</sup> Faz-se alusão aqui, sobre a importância do testemunho de quem vivenciou aquele período de repressão, mas como assinala Carlos Fico, há a necessidade de que os documentos que ainda são protegidos pelo ‘direito de privacidade’ ganhem visibilidade para que esta parte da história continue sendo sistematizada. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g8-T3UhSK38>. Acesso em: 29 de janeiro de 2014.

[...] a história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. [...].

Alberti (1996), também assevera que a História Oral “[...] não é solução para tudo”, portanto, a mesma autora coloca que:

[...] acreditamos que a principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade – e a da história oral como um todo – decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu. É neste sentido que não se pode pensar em história oral sem pensar em biografia e memória. [...] (2005, p. 23).

Nesse sentido, Le Goff (1990), em sua obra *História e memória*, aborda entre outras questões, sobre a memória, fazendo uma analogia em diversos períodos históricos, sendo anteriores e posteriores à escrita, o que permite compreendermos que:

[...] a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (LE GOFF, 1990, p. 477).

Para tanto, no quesito à memória coletiva, os autores Thomson et al., explicam que:

A memória coletiva passou a fazer parte dos estudos históricos por muitos meios e formas, mas vamos distinguir duas dimensões gerais, ambas importantes em boa parte da literatura norte-americana de história oral – teórica e aplicada – e também interessantes por serem, em certos sentidos, diametralmente opostas, apesar de muito que têm em comum. Em uma, a memória é invocada para subverter as afirmações da história ortodoxa; na outra, os estudos históricos ganharam impulso por sua capacidade de subverter as categorias, as



suposições e as ideologias das memórias culturais aceitas e dominantes” (2005, p. 75)

Se nos reportarmos ao período que esta pesquisa enfoca, apreende-se que quando se fala em memória coletiva como um “instrumento e um objeto de poder”, podemos apreender a importância em dar vazão às memórias aos que tiveram, muitas vezes, sua história contada somente pelos escritos oficiais<sup>91</sup>, como fora o caso, já citado anteriormente, dos professores Clari Izabel e Luiz André<sup>92</sup>, presos e torturados no Paraná, taxados de “subversivos”, e que tiveram seus nomes expostos por longo período apenas sob a versão unilateral da situação<sup>93</sup>.

Mesmo tendo ciência da importância da fonte oral propiciada pela memória, Reis (2004, p. 29), coloca que “São conhecidas as artimanhas da memória. Imersa no presente, preocupada com o futuro, quando suscitada, a memória é sempre seletiva. Provocada, revela, mas também silencia”.

Quanto a questão da *seletividade* e dos *silêncios* da memória, Bosi (1994, p. 39), corrobora explicando que “A memória é um cabedal infinito do qual só registraríamos um fragmento. Frequentemente, as mais vivas recordações afloravam depois da entrevista [...]. Muitas passagens não foram registradas, foram contadas na confiança [...]”. Assim, compreende-se que o pesquisador/entrevistador no momento em que está adentrando ao “mundo” vivenciado dos entrevistados, deve respeitar os limites que os mesmos possam conferir às suas memórias, visto que na maioria das vezes são frutos de momentos de sofrimento passados por eles.

A situação colocada por Bosi fora vivenciada por esta pesquisadora durante as entrevistas realizadas em dois momentos distintos, podendo-se citar que os familiares confienciaram à pesquisadora, após encerrada a gravação, algumas situações que foram vivenciadas por eles e seus familiares e que demonstravam o sofrimento, as privações e as perseguições vividas.

---

<sup>91</sup> Ressalta-se que não estamos negando a importância da história escrita, apenas reafirmando a relevância da fonte oral (e das memórias) para se tratar desse período ditatorial, devido a característica arbitrária do momento.

<sup>92</sup> Sobre o movimento da Var-Palmares, ao qual esses professores estavam engajados, como também sobre a trajetória política dos mesmos, consultar Campos (2014).

<sup>93</sup> Conforme consta no jornal de livre circulação *O ESTADO DO PARANÁ*, com artigo intitulado: Subversivos agiam no Oeste do Paraná. Curitiba, 27 maio 1970.

Assim, “considerando as memórias como processos vivos de lembrar e esquecer e que a história e memória se relacionam de maneira imbricada, complexa e contraditória na realidade social” (KHOURY, 2001, p. 95), entende-se que ao tratar sobre situações vividas pelos entrevistados, poderá ser “bem proveitoso no sentido de ampliar e modificar a noção de fato histórico e, por esse caminho, contribuir para a incorporação de outros sujeitos à história (KHOURY, 2001, p. 85)<sup>94</sup>.

Conforme afirma Padrós (2009, p. 41):

Em geral, as organizações de direitos humanos consideram que, no caso das vítimas, deve haver o consentimento destas para qualquer divulgação de informação e/ou documentação a seu respeito, evitando situações constrangedoras das mesmas. Quanto aos ‘vitimários’, confirmada a veracidade das informações, as organizações consideram desnecessária tal preocupação, pois foram eles os que, mediante tratamento desumano, causaram e continuam causando, nas memórias das vítimas, constrangimento e dor [...].

Logo, ao mesmo tempo em que o uso dos depoimentos e materiais coletados são relevantes para a pesquisa, deve-se ter ciência do direito que as pessoas possuem quanto a preservação de sua imagem, o que fora garantido em lei<sup>95</sup>.

### 3.1.1 O levantamento dos dados e sujeitos

Em 2012, após levantamento de bibliografias e materiais sobre a pesquisa a ser realizada, definiu-se que os sujeitos a serem focados seriam os professores, contudo ao ser os profissionais que realizaram sua prática no período correspondente a 1964 à 1984 e, que sofreram repressão política no Paraná, porque como fora observado no

---

<sup>94</sup> Sobre a discussão de memória e memória e cultura ver: KHOURY (2001), SAMUEL (1997).

<sup>95</sup> “[...] a Lei 8.159/91, a qual ‘dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, privilegiou a conceituação e filosofia do acesso e liberdade de informação, responsabilizando o usuário pelo uso e divulgação das informações, resguardando-se o direito de indenização pelo dano material ou moral decorrente da violação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas’” (*Os Arquivos das Polícias Políticas: reflexos de nossa história contemporânea, 1996, p. 25-26* apud AQUINO, 2002, p. 23).

momento do levantamento bibliográfico, esta temática – militância de professores – possibilitava estudos sobre este objeto<sup>96</sup>.

A leitura do livro de Milton Ivan Heller, *Resistência Democrática: a Repressão no Paraná* foi primordial na fase inicial desta pesquisa por conter relatos de ex-presos e perseguidos políticos. Entretanto, mesmo esta obra contendo várias informações, a mesma possibilitava apenas o levantamento dos nomes de alguns professores que sofreram com a repressão no período ditatorial.

Optou-se, então, por fazermos contato com o Grupo *Tortura Nunca Mais* do Estado do Paraná, objetivando informações que pudessem contribuir para esta pesquisa, no que se referia a nomes de professores que sofreram repressão nesse Estado no período em foco. Assim, tivemos contato com Narciso Pires, presidente do Grupo, que se colocou a disposição e repassou informações sobre alguns professores que sofreram repressão no período. No total foram cinco nomes informados pelo mesmo.

Após contato via *e-mail*, três aceitaram colaborar a pesquisa; um relatou que seria difícil estar colaborando, devido a sobrecarga de atividades de trabalho e o outro não respondeu ao convite feito.

Realizado esse primeiro contato e obtida a colaboração de três professores para a realização desta pesquisa, continuaram as leituras para subsidiá-la, assim, chegou-se à obra de Silvia Calciolari, *Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978)*, que entre vários aspectos levantados sobre a realidade dos ex-presos políticos que foram indenizados pela Lei 11.255/95<sup>97</sup>, abordava sobre a profissão que

---

<sup>96</sup> Algumas fontes levantadas: CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. *Ciência e política durante a ditadura militar (1964-1979): o caso da comunidade brasileira de físicos*. Dissertação de Mestrado. Salvador, 2005; DALPIAZ, Altemir Luiz. *A construção da identidade cultural do professor durante o regime militar no Brasil 1964 a 1985*. Dissertação de Mestrado. Campo Grande, 2008; FERREIRA JR, Amarildo, BITTAR, Marisa. *Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985)*. São Paulo: Terras do Sonhar: Edições Pulsar, 2006; HEBLING, Milene. *A resistência dos professores à ditadura militar no Brasil: entre documentos oficiais e memórias reveladas, a história de uma luta*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP, 2013. LOURENÇO, Elaine. O ensino de História encontra seu passado: memórias da atuação docente durante a ditadura civil-militar. *In: Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº 60, p. 97-120 – 2010; MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos na UFRGS: Afastamentos sumários de professores no contexto da ditadura civil-militar (1964-1969)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre. 2009; NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. História da Educação e Memória de Professores. *In: Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.43, p. 268-284, 2011.

<sup>97</sup> A Lei Estadual nº 11.255 de 21 de dezembro de 1995, “Dispõe sobre indenização às pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas, entre os dias 02 de setembro de 1961 a 15

os mesmos exerciam no período em que foram presos, sendo que a autora apontou um número de 13 professores. A partir dessa informação, utilizou-se da ferramenta da *internet* para conseguir a lista com os nomes dos indenizados e iniciar um trabalho de cruzamento de informações por meio dos nomes existentes na lista e dos nomes existentes nas bibliografias que continham depoimentos de militantes presos e perseguidos políticos.

Assim, conseguiu-se levantar outros três nomes de professores e por meio de endereço eletrônico publicamente disponível, entrou-se em contato com os mesmos, sendo que dois aceitaram participar da pesquisa e, uma terceira professora, informara que não teria condições de auxiliar-nos no momento, devido a extensa agenda de trabalho. Mas, conforme a pesquisa avançou, chegou-se a informação de que uma pessoa que havia se disponibilizado a participar com seu depoimento não havia realizado atividades no magistério, e sim, na coordenadoria do Plano Nacional de Alfabetização, anteriormente a 1964, dessa forma, descaracterizando o espaço temporal definido para esta pesquisa.

Assim, quatro professores foram entrevistados. Contudo, como as histórias vividas pelos ex-militantes são intensas e, como fora informado no capítulo anterior que a repressão interferia na sua vida e cotidiano familiar, relata-se que no momento da entrevista com um dos professores que havia aceitado participar da pesquisa, sua esposa que estava acompanhando-nos fazia considerações sobre suas vivências naquele período e, ficou conhecido, então que, coincidentemente, também atuava como professora primária na época em apreço e que a mesma sofreu perseguição da polícia política simplesmente por ser irmã de um preso político e ir visitá-lo semanalmente na prisão. A mesma foi perseguida e teve que se refugiar na casa de seus pais no interior do Estado do Paraná, sendo que como estratégia para não ser presa, teve que mandar sua bagagem por um colega que tinha ido ao seu apartamento lhe avisar que os agentes estavam vigiando o prédio onde morava, e conseguiu *driblar* a polícia política, saindo de casa disfarçada, com lenços e roupas que descaracterizaram suas

---

de agosto de 1979, que hajam ficado sob a responsabilidade e guarda dos órgãos públicos do Estado do Paraná e adota outras providências”. Por meio da referida legislação foram indenizadas 242 pessoas, com valores que variavam de cinco mil reais a trinta mil reais, conforme critérios definidos no artigo 5º, incisos I, II, III, IV da referida Lei Estadual. Para aprofundamento da temática, ver CALCIOLARI (2006).

vestimentas rotineiras. Dessa maneira, foi solicitado a autorização da mesma para que pudessemos utilizar de suas “memórias” nesta pesquisa por considerarmos serem valiosas e colaborarem para conseguirmos o objetivo deste trabalho. A mesma autorizou-nos. Portanto, as informações dessa professora (RM) serão complementares, pois durante a entrevista, seu esposo participou mais ativamente, ficando algumas questões sem a sua contribuição.

Optamos por não definir uma categoria específica do magistério (secundário, universitário, etc) dos professores a serem entrevistados. Isso se explica devido ao curto tempo para a realização da pesquisa e pelo grau de dificuldade que seria, neste momento, fazer os contatos com os professores definidos por categorias para participarem desta pesquisa. Acredita-se que para pesquisas futuras e que ofereçam maior espaço temporal para sua realização, este critério possa ser perfeitamente viabilizado.

Para a definição do roteiro da entrevista, a exemplo de Hebling (2013), este foi feito de forma a dar visibilidade à temática proposta e organizando as perguntas de forma a “proporcionar maior capacidade de reflexão ao entrevistado e para evitar o direcionamento das respostas” (HEBLING, 2013, p. 4). No entanto, optou-se por subdividir o roteiro da entrevista em dois momentos, embora, seguindo o indicado por Hebling no que tange a conter “questões gerais, específicas e de reflexão” (2013, p. 4). Assim, estipulou-se, num primeiro momento, oferecer a possibilidade de rememoração ao entrevistado, com perguntas que inferissem sobre sua trajetória, desde suas atividades como estudantes, convívio familiar e vivência com parentes militantes que pudessem influenciar a sua entrada na luta política e em quais locais havia trabalhado. Num segundo momento, condensou-se as questões específicas e de reflexão, haja vista que, como foram pensadas, objetivavam, ao indagar sobre situações específicas – relacionadas à militância e ao magistério, propiciar a reflexão sobre as respostas a serem dadas de forma simultânea.

Feito todo o percurso de contato com os professores que sofreram com a repressão no período ditatorial e mediante a organização dos materiais a serem utilizados, foi marcado as entrevistas para os dias 21 e 22 de outubro de 2013, coincidentemente todas na cidade de Curitiba/PR. Acredita-se relevante colocar sobre a

cordialidade e receptividade dos entrevistados para com a pesquisadora; isso contribuiu para criar uma atmosfera positiva à realização das entrevistas, que em quatro momentos (três entrevistas dia 21 e outra no dia 22 de outubro ambos em 2013), deram-se de forma fluída, em que os entrevistados deram vazão às suas memórias.

O contato e escuta com quem vivenciou e sofreu com a repressão ditatorial, proporcionou a esta pesquisadora, que nasceu no período de distensão e não vivenciou as piores fases do período ditatorial, muitas inquietações que levavam a reflexões quanto a brutalidade e arbítrio impingido aos opositores daquele sistema. Os depoimentos demonstraram as conduções invasivas, as quais o Estado ditatorial lançava contra seus opositores, interferindo em suas vidas nos aspectos familiares, econômicos, profissionais, emocionais e que, hoje, não as vivenciamos com tanta intensidade. Enfim, deparar-se com esses professores que vivenciaram aquele momento e que sofreram com as arbitrariedades favoreceu para uma compreensão maior do compromisso social que temos enquanto pesquisadores, na luta para que fatos daquela época, pouco conhecidos por muitos cidadãos, venham à tona e auxiliem para que não se repitam na história brasileira.

Nesta mesma linha, cita-se o que o professor “C verbalizou sobre a retomada da temática sobre a ditadura vivenciada por 21 anos no Brasil, refletindo que isso pode ser caracterizado como uma forma de militância para que aquele estado ditatorial não volte mais a protagonizar a história brasileira: “[...] eu acho que é uma forma de você fazer uma militância, não no *front*, mas você está fazendo militância, está produzindo material [...]”. Esta fala demonstra o compromisso social que toda a pesquisa possui, principalmente na produção de conhecimento para a sociedade<sup>98</sup>.

Desse modo, buscando-se uma sistematização para melhor visualização dos dados conseguidos nesta pesquisa, optou-se por utilizarmos, como já fora explicitado, o exemplo de Hebling (2013), conforme divisão apresentada anteriormente e que foram balizadas pela utilização dos escritos oficiais da época (arquivos da DOPS/PR e fontes

---

<sup>98</sup> Esta fala do professor “C” não se refere a problematização existente quanto à História Oral ser considerada por alguns autores como uma “história militante”. Esta questão causa discussões entre os historiadores. Apreende-se que a fala do professor “C” refere-se a postura de discutir a temática, não deixando que os atos de arbitrariedade caiam no esquecimento. Quanto à esta temática consultar: FERREIRA (2002).

disponibilizadas por dois entrevistados), e demais materiais levantados por meio de pesquisa bibliográfica.

O levantamento de dados para a realização da pesquisa documental foi feita no DEAP, localizado na cidade de Curitiba/PR, nos dias 22 e 23 de outubro de 2013, observando-se um ótimo atendimento e assessoramento por parte dos funcionários daquela instituição, o que auxiliou para o bom andamento da coleta dos dados para a pesquisa.

Os testemunhos por parte de quem vivenciou e sofreu com a repressão imposta pelo Estado ditatorial se fez importante para que houvesse o contraponto aos escritos oficiais, contribuindo para uma tentativa de aproximação da totalidade dos fatos. Assim, recorreremos a Le Goff que citando Febvre (1949), justifica a importância da fonte oral como fonte produtora de novos conhecimentos; o que, no nosso caso, podemos compreender a produção do conhecimento sobre o período ditatorial:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta de flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas (LE GOFF, 1990, p. 540).

Justifica-se, portanto, a importância dessas duas fontes primárias: escritos oficiais e o relato dos entrevistados para propiciar apreensões sobre o período, não desmerecendo as fontes secundárias que foram de suma importância para a compreensão e teorização do período em foco e que fundamentou esta análise.

### **3.2 A trajetória da militância: conhecendo os sujeitos da pesquisa**

Pretende-se neste subitem abordar *questões gerais* sobre os professores entrevistados, de forma a colaborar a uma aproximação com a trajetória que os mesmos tiveram até chegarem ao magistério e à militância política. No decorrer do texto será observada a análise sobre os dados repassados pelos professores “A”, “B”, “C” e “D”.

O professor “A” nasceu em 1927 na cidade de Curitiba/Pr. Estudou o ensino secundário na capital paranaense. Relatou que enquanto estudante não teve engajamento político com a militância estudantil, nem mesmo desenvolvera atividades junto à Sindicatos, Centros Acadêmicos ou Partidos. Formou-se em Odontologia (em 1950), atuando nessa área por vários anos em diversas cidades; também exerceu atividades como músico e desenhista. cursou Letras, na cidade de Mandaguari/Pr, formando-se em 1970. Dedicou-se ao magistério por longo tempo, informando que não se recordava o total exato de anos que estivera em sala de aula, mas relatou que lecionou para alunos de ginásio e ensino superior. Não tinha recordação se fora filiado a sindicatos ou associações de professores durante sua trajetória profissional. Não obstante era filiado no MDB, explicando que:

Nós estávamos infiltrados no MDB. O MDB era na verdade o Partido Comunista disfarçado com outra sigla. [...]. Naquela época existiam na verdade dois partidos no Brasil: o *Partido do Sim* e o *Partido do Sim Senhor*. Eu era do *Partido do Sim* [risos]. Se dissesse qualquer coisa contra os militares era preso, então, nós dizíamos as coisas, mas tinha que ser feito de um modo discreto, velado, com muito cuidado. Mesmo assim, aconteceu tudo o que aconteceu.

O acontecimento que o professor “A” rememora refere-se a sua prisão em 1975, fruto da Operação Marumbi, decorrente da denúncia dos militares quanto ao seu engajamento político e militância no Partido Comunista Brasileiro<sup>99</sup>. A acusação imposta, segundo esse professor, era de “tentativa de reorganização” daquele Partido. Após julgamento fora absolvido, apesar de ser restringido o direito de voltar a lecionar e trabalhar como odontólogo por vários anos, conseguindo retornar as salas de aula após luta judicial.

Natural da cidade de Cornélio Procópio/Pr, nascido em 1949, o professor “B” continua até os dias atuais lutando por causas coletivas, tais como: Direitos Humanos e

---

<sup>99</sup> No que se refere a militância dentro do PCB, faz-se interessante compreender que esse Partido: “Ao longo de sua história, [...] sempre defendeu um programa de transformações tendentes a desenvolver um capitalismo nacional, visto como pressuposto para futuras lutas em direção ao socialismo. Para tanto, seria necessário construir uma aliança entre operários, camponeses e a burguesia nacional em contraposição ao chamado ‘imperialismo’ e seus latifundiários. Na década de 60, o PCB propõe, cada vez mais claramente uma estratégia de transição pacífica ao socialismo – causa principal dos ‘rachas’ que darão origem a uma constelação de organizações clandestinas” (ARNS, 1985, p. 91-92).



Justiça Social. cursou o equivalente ao ensino secundário em Apucarana/PR. Enquanto estudante desenvolveu amplo engajamento político, sendo presidente do grêmio estudantil, da União dos Estudantes de Apucarana e coordenador do Movimento Estudantil Livre do Paraná. cursou Letras na cidade de Jandaia do Sul/PR e após formado (1970), lecionou em Mamborê/PR, nos anos de 1971 à 1973, para a segunda, a terceira e a quarta série, os primeiros e os segundos anos do então colegial. Esse entrevistado colocou que teve vinculação com a Associação de Professores do Paraná no período que atuou no magistério. Porém, em 1974 teve indeferida a Certidão Negativa de Antecedentes Políticos, emitida pela DOPS/PR, o que o afastou da atividade de professor. Informou que sua militância deu-se em partido e organizações como: PCB, POLOP<sup>100</sup> e MR-8<sup>101</sup>. Durante o período da ditadura militar foi preso seis vezes, sendo que uma das detenções foi decorrente da Operação Marumbi, condenado a dois anos de reclusão sob a alegação de tentativa de rearticulação do PCB.

O professor “C” nascera em Frederico Westphalen/RS em 1944. Estudou até a conclusão do ensino secundário no seu Estado de origem, Rio Grande do Sul. Sua militância começou no período em que estava cursando Filosofia na Universidade Católica do Paraná (formou-se em 1971), o qual se engajou à JUC. Foi preso antes de terminar o ensino superior, no ano de 1968, por estar participando do XXX Mini-Congresso da UNE em Curitiba/PR. Sua militância também se deu na AP<sup>102</sup>, que segundo o mesmo estava se reorganizando, uma vez que o golpe de 1964 havia “destroçado tudo”. Segundo ele, a militância era realizada constantemente com dedicação exclusiva de seus membros:

Você acha que a gente sentava num bar para tomar uma cerveja? Não! Era o tempo todo estudando, organizando e vivendo em função disso [militância e causas políticas]. De fato era um apostolado; era tempo

---

<sup>100</sup> Quanto à militância na POLOP, compreende-se que: “Com permanentes críticas às posições defendidas pelo PCB, a POLOP recusava as opiniões daquele partido sobre a necessidade de uma aliança com a ‘burguesia nacional’ para vencer o ‘imperialismo’ e os ‘restos feudais’. Elaborou, em contraposição, um ‘Programa Socialista para o Brasil’, onde afirmava que o grau de evolução do capitalismo no país comportava e exigia transformações socialistas imediatas, sem qualquer etapa ‘nacional-democrática’ (ARNS, 1985, p. 103).

<sup>101</sup> Dissidência armada do PCB.

<sup>102</sup> Segundo Arns (1985), a estrutura da AP encontrava-se principalmente no meio universitário; o *guia teórico* assumido foi o marxismo. No entanto, não realizou atividades de guerrilha.

integral em função disso dali: ler documento, [...] tudo era xerocado [...] com mimeografo a álcool, e se fazia aquilo de madrugada [...].

Sua militância na AP foi interrompida após sua prisão. Segundo o mesmo, após sua soltura, era uma questão de sobrevivência deixar a organização, pois, “iriam me eliminar”. A atividade como professor, após formado, somente foi possível ser desenvolvida no Estado de Santa Catarina, onde lecionou para a quinta série ginasial e o terceiro ano do secundário. Desenvolveu suas atividades de 1972 à 1978, quando deixou de lecionar para dedicar-se ao mestrado. Depois de concluído, lecionou de 1981 à 1983 somente ao nível superior (ainda no Estado de Santa Catarina). Seu engajamento político continuou em Santa Catarina, onde auxiliou na organização da Associação dos Licenciados de Santa Catarina (ALISC).

A professora “D” nasceu na cidade de Penápolis/SP, em 1941, mas estudou o secundário na cidade de Curitiba/PR. Lembrou que no colégio que estudou não havia grêmio estudantil, mas, grupos que desenvolviam atividades, tais como: teatro, torneios de esportes etc. Relatou que quando estava quase terminando o ensino secundário houve reuniões no colégio com membros da JUC, que visavam o fortalecimento da JEC; isso aconteceu antes de abril de 1964. Durante essa fase, participou do grupo de teatro chamado Associação Popular de Cultura. Segundo a mesma, esse grupo estabelecia relações com o PC, sendo que os estudantes não tinham, na época, conhecimento sobre esse fato. Por motivos particulares, ficou afastada do grupo por alguns anos e quando retornou ele já havia se transformado em Centro Popular de Cultura (suspensão após o golpe de 1964). Asseverou que participou de um evento/congresso estudantil em Minas Gerais, mas na época não atuava como liderança e sim como base.

Durante o ensino superior (Pedagogia, formando-se em 1965), junto a outros estudantes, colaborou na formação de um Centro de Estudos Pedagógicos, contando que conseguiram, antes da instalação do regime ditatorial, organizar uma palestra com o professor Paulo Freire. Desenvolveu atividades como professora por dois anos como substituta em Curitiba/PR, e posteriormente, dois anos como professora concursada na

cidade de Maringá/PR. Em 1967, associou-se à AP<sup>103</sup>, organização a qual desenvolveu sua militância, sendo que para dar continuidade nessa luta, deslocou-se de Estado para trabalhar como operária, onde atuou clandestinamente, objetivando uma mobilização dos trabalhadores em prol da revolução defendida pela AP. A professora “D” foi a única entrevistada que relatou ter em sua família um membro (na época seu esposo) que desenvolvia militância. Foi presa em 1969, sendo posteriormente impedida de trabalhar como docente.

### **3.3 A organização dos professores e as ações do Estado autoritário**

Quanto à organização e ações da categoria profissional dos professores nos dados contidos na DOPS/PR, observou-se que as Associações eram visadas pelos militares. Nas pastas temáticas sobre os professores e suas respectivas associações existem vários relatórios das assembleias e atividades realizadas na época, ficando claro o controle direto realizado pela polícia política. O documento enviado ao delegado da DOPS, pelo presidente do Congresso dos Professores do Paraná – Subseção de Apucarana, datado de 23 de outubro de 1968, assim aludia sobre as reivindicações docentes: “a) Aprovação do Estatutos do Magistério; b) Uma tabela salarial condigna; c) Isenção da interferência política no ensino [...]”<sup>104</sup>.

A pasta temática sobre a Associação dos Professores do Paraná (DEAP - BR DEAP - PRAPPR.PB004.PT94b.12), com 538 páginas digitalizadas, apresenta recortes de jornais e relatórios informativos sobre assembleias realizadas pelos professores, ou seja, as ações desses profissionais tinham acompanhamento direto do órgão de repressão. Também fora constatado em análise dos documentos que existem ofícios encaminhados por essas associações, informando à DOPS sobre os dias e horários de assembleias e reuniões. Como se observa, o controle era intenso.

A vigilância sobre as atividades organizativas dos professores ficou explícita, como já fora dito, pelos inúmeros documentos coletados e demais informações produzidas

---

<sup>103</sup> A militância dos membros da AP seguiam os seguintes objetivos: “O espírito da Revolução Cultural provocou, na AP, uma ‘campanha de proletarização’ dos militantes, que consistia em deslocar para o trabalho em fábricas, ou para o meio rural, centenas de membros da organização, numa tentativa de transformar sua composição social, marcadamente de classe média” (ARNS, 1985, p. 101).

<sup>104</sup> DEAP - PRAPPR.PB004.PT94b.12.

pela polícia política sobre a associação dessa categoria profissional. Considerou-se interessante o relatório contido na pasta temática intitulada *Associação dos Professores do Paraná*, referente a assembleia da APP, realizada em Curitiba em 21 de outubro de 1968 e que continha dois agentes da DOPS/PR acompanhando os trabalhos e que relataram o que segue:

Relatório.

Ilmo Sr Dr. Ozias Algauer<sup>105</sup>

DD. Delegado da Delegacia de Ordem Política e Social  
Neste Capital

Conforme determinação verbal de V.Sa., compareci ontem, dia 21/10/68, juntamente com o colega Raimundo, à reunião dos professores na sede da Associação dos Professores do Paraná, [...], ocasião em que tivemos a oportunidade de observar os fatos que passamos a relatar:

1 – Horário: - o horário da reunião que estava previsto para as 19,00 horas, teve seu início somente as 20,30 horas, quando a presidência da mesa declarou aberta a sessão;

2 – Fizeram uso da palavra diversos oradores, todos discorrendo sobre a necessidade de continuarem firmes e unidos no propósito de conseguirem suas reivindicações;

3 – Fêz uso da palavra também o professor [fulano de tal], procedente da cidade de Maringá – Pr, e representante da Associação dos professores daquela localidade, o qual disse que veio à Curitiba trazer o apoio unânime dos professores daquela cidade;

4 – A mesa recebeu também comunicado da U.P.E.S (União Paranaense dos Estudantes Secundários), comunicando que aquela entidade está dando todo o apoio aos professores em suas reivindicações;

5 – [...];

6 – A aludida reunião teve seu término as 23,00 horas, sendo que ficou marcada nova reunião para hoje, dia 22 de /10/68 às 8,30.

7 – Nada mais havendo a relatar, encerramos a presente.

Curitiba, 22 de outubro de 1.968.

[segue assinada por dois agentes da polícia]<sup>106</sup>.

É percebido que esse movimento que os professores estavam realizando era anterior ao AI-5, período que oferecia certa condição de reivindicação, tolerável pelo Estado. Mesmo assim, havia o cumprimento das imposições feitas pelos militares,

<sup>105</sup> Conforme Braggio, Fiuza (2012), “[...] Em relação ao delegado [...] Ozias Algauer, trata-se de um dos torturadores citados pelo grupo *Tortura: Nunca Mais* e foi o responsável por uma das mais absurdas perseguições ocorridas durante o período” (p. 10). Segundo os autores, esse Delegado chefiou a operação realizada em 1966 que culminou com o fechamento da *Escola Infantil Pequeno Príncipe*, que aplicava o método Paulo Freire aos seus 35 alunos, o que foi considerado um ato subversivo.

<sup>106</sup> BR PRAPPR.PB004.PT94b.12.

principalmente quanto à informação e explicação do que estava sendo feito, como fora observado no documento, datado de 23 de outubro de 1968, enviado pelos professores de Apucarana que continha, no seu término a seguinte frase:

Solicitamos a compreensão e simpatia da autoridade de V. Excia., para que o nosso movimento não seja mal interpretado e conduzido para o campo antidemocrático, pois nossos problemas – são discutidos e reivindicados dentro de um ambiente de ordem e respeito [aos] poderes constituídos<sup>107</sup>.

Das pastas temáticas do acervo da DOPS/PR disponíveis no DEAP, observou-se que das 2.377 identificadas no catálogo, 14 destinam-se, exclusivamente, a atividades envolvendo professores<sup>108</sup>. Todavia, acredita-se que existam mais documentos arquivados em outras pastas que tratam de temas correlatos, o que se traduz num número extenso de documentos, o que dificultou sua completa análise por esta pesquisa.

Diante da consulta aos documentos da DOPS/PR, verificou-se-se que no Paraná o movimento organizacional dos professores, por meio da Associação dos Professores do Paraná, ganhou maior expressão em suas ações no final da década de 1970 e início de 1980, período em que, através de mobilizações e greves, conquistam algumas vitórias, como melhorias salariais pleiteadas. Entretanto, na pasta 93, topografia 11, consta artigos jornalísticos sobre o movimento de greve realizado em 1982, período de distensão e de uma relativa diminuição da repressão violenta. Porém, o que se observou foi que os professores paranaenses continuavam a sofrer com o autoritarismo estatal, sendo que alguns foram indiciados por ferir a Lei de Segurança Nacional, haja vista que, o Estado considerou a greve ilegal. O Estado ainda regia-se pelo arbítrio, e

<sup>107</sup> DEAP - BR PRAPPR.PB004.PT94b.12.

<sup>108</sup> Sendo as mesmas: Associação do Magistério Municipal de Curitiba (pasta nº 78, topografia 10); Associação dos Professores Licenciados do Paraná (pasta nº 91, topografia 10); Associação dos Professores Licenciados do Paraná (pasta nº 92a, topografia 11); Associação dos Professores Licenciados do Paraná (pasta nº 92b, topografia 11); Associação dos Professores do Paraná (pasta nº 93, topografia 11); Associação dos Professores do Paraná (pasta nº 94a, topografia 12); Associação dos Professores do Paraná (pasta nº 94b, topografia 12); Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná (pasta nº 95, topografia 12); Associação Profissional dos Professores do Ensino Superior (pasta nº 100, topografia 12); Associação Profissional dos Professores de Londrina – APROL (pasta nº 101, topografia 13); Conselho de Representantes dos Professores do Paraná (pasta nº 341, topografia 40); Movimento dos Professores do Paraná (pasta nº 1407, topografia 166); Professores (pasta nº 1604, topografia 194); Sindicato dos Professores de Londrina (pasta nº 1895, topografia 223).

pela conduta ameaçadora aos opositores, como fora visto em matéria arquivada na pasta temática sobre a Associação dos Professores Paranaenses, publicada pelo *Jornal Gazeta*, de 03 de setembro de 1982, que revela a “advertência” feita pelo Estado aos professores que mantivessem sua posição de apoiar a continuidade da greve:

“O Governo no Estado resolveu chamar a atenção dos responsáveis pela Associação dos Professores do Paraná ‘para o abismo em que estão lançando os professores, a maioria deles sem a exata noção da gravidade do movimento em que vão se envolver, expondo sua honra, sua segurança e os próprios cargos que alcançaram com inauditos esforços e prolongados trabalhos’”<sup>109</sup>.

Entende-se não somente com o relato dos professores pesquisados, mas também com os documentos arquivados pela DOPS/PR que, no período em apreço, mesmo no período considerado de distensão, o Estado repressor trabalhava fortemente para controle da “ordem”. Os professores não ficavam fora dessa ação governamental.

Outros periódicos existentes nas pastas temáticas referentes às ações dos professores na década de 1980, levou-nos a compreender que o Estado para desmobilizar as reivindicações e movimentos de greve utilizados pelo magistério, utilizava-se, também, da substituição dos professores grevistas por contratados. Para reforçar essa ação de desmobilização, os meios de comunicação faziam alusão a essas práticas, mostrando os “inconvenientes” que os professores grevistas poderiam encontrar, caso aderissem àquela manifestação em prol de seus direitos. Segue parte do artigo do Jornal *O Estado do Paraná*, datado de 05 de novembro de 1980 que faz alusão a esse fato:

Londrina (sucursal) – A substituição de professores em colégios da cidade durante o movimento Educação e Justiça, provocou nesta segunda-feira, dia do retorno às aulas depois de vinte e dois dias de paralisação, um pequeno desentendimento entre os docentes que participaram da greve e que ao retornarem as suas classes, encontraram outros professores ministrando as aulas”<sup>110</sup>.

---

<sup>109</sup> DEAP – BR PRAPPR. PB004.PT93.11.

<sup>110</sup> DEAP – BR PRAPPR. PB004.PT94a.12.

Observa-se que, os professores, para lutarem por seus direitos, também enfrentavam o “braço forte” do Estado. Aprende-se que os militares entendiam o magistério como um “alvo” de infiltração ideológica comunista, portanto, seu controle deveria ser realizado. Assim, suas ações eram vigiadas, em alguns casos, com a infiltração de algum “observador” dentro da sala de aula – situação esta vivenciada pelo professor “A”, que relatou: “cheguei a ter observadores militares dentro da minha classe”, mas, principalmente, nas instâncias sociais representativas e com os graus de repressão que os militares acreditavam ser necessários, para que essa categoria profissional continuasse controlada.

No que tange as práticas cotidianas dos professores em sala de aula, o professor “C” relatou que encontrou, como o mesmo afirmou: “em meio aos seus alfarrabios”, um jornal de oposição chamado *Jornal o Flagrante (1978)* que, segundo a interpretação daquele professor, mostrava como o Estado almejava que os alunos da época fossem ensinados pelos docentes. Utilizou-se de um comentário, publicado no próprio jornal, feito pelo então Ministro da Educação Tarso Dutra para demonstrar sua opinião de como o governo desejava que fosse a educação, ou seja, técnica, a-crítica e isenta da dimensão política. Assim dizia o professor “C” lendo a nota do Jornal O Flagrante (1978):

‘Estudante, para o MEC, é aluno de classe, dentro da universidade, frente ao professor. Suas atividades de rua, relacionadas com o exercício dos direitos civis, ficam situadas na área de trabalho da Polícia do Estado. Ministro Tarso Dutra, da Educação, em nota do próprio punho, em 30/3/68’.

O relatado pelo Ministro da Educação Tarso Dutra e que fora publicado em *O Flagrante (1978)*, demonstrava o quão difícil se fazia na época realizar a militância política contra o regime imposto, que continha a seu lado o aparato repressivo legal, como também, a maioria dos meios de comunicação, pois poucos eram os que conseguiam realizar a oposição, fazendo denúncias dos atos arbitrários do sistema militar. Esses, na maioria das vezes, eram postos para circulação de forma clandestina para fazer frente a censura estatal.

Os movimentos sociais, os grêmios estudantis e sindicatos profissionais estavam todos na mira do aparato governamental. Mesmo assim, feitos importantes aconteceram e devem ser lembrados, tal qual o que o professor “C” relatou, quando do levante dos estudantes universitários paranaenses, em 1968<sup>111</sup>:

[...] aqui eu tenho uma foto [...], nós arrancamos o busto do Flávio Suplicy de Lacerda que estava aqui na reitoria, [...] [o busto] foi esquinhalhado na rua à pedrada [...]. Porque ele, como reitor da Universidade do Paraná, ele quis implantar o ensino pago, e que era um dos objetivos do acordo Mec-Usaid [...]. E a nível de Brasil, [no Paraná] foi a maior ação estudantil feita contra o acordo Mec-Usaid, que queria a implantação do ensino pago. [...] O Paraná ia ser cobaia do acordo Mec-Usaid, então, a reitoria foi cercada e, foi um dia muito tenso, [...], levantamos barricadas e arrancamos o busto e, este fulano que está puxando com uma corda [alusão à foto da arrancada do busto] sou eu... nos pegamos uma corda e enfiamos na boca dele assim, e, enquanto a gente arrastava, o pessoal arrancava paralelepípedos e ia jogando, esmigalhando, como se fosse um ato simbólico de ir malhando o Judas [...] (PROFESSOR C, 2013).

No contexto paranaense, o movimento de oposição lembrado pelo professor “C”, que segundo o mesmo, em 1968, opusera-se à Lei Suplicy<sup>112</sup> e a questão do ensino pago no Estado, envolvia principalmente estudantes, mas como assevera a professora “RM”: “tinham muitos estudantes que já eram professores” e que estavam na manifestação de maio de 1968. No entanto, na pesquisa realizada junto a documentos da DOPS/PR, disponíveis na DEAP, não se constatou alusão a professores nessas manifestações. Uma referência observada nas pastas temáticas levantadas dizem respeito, entre outros, ao movimento de estudantes por meio de greves e paralisações realizadas, mormente, no período final de 1970 e início de 1980<sup>113</sup>.

<sup>111</sup> As reivindicações realizadas pelos estudantes em 1968, atentavam principalmente pelas consequências após a chamada Reforma Universitária. Interessante se faz a análise realizada por Martins (2009), que trata da trajetória do ensino superior no Brasil pós-reformas, considerando que: “O ‘novo’ ensino superior privado de perfil empresarial surgiu na medida em que as universidades públicas, sobretudo as federais, modernizadas pelas Reformas Universitárias de 1968, não conseguiram atender à crescente demanda de acesso [...]” (MARTINS, 2009, p. 28). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02.pdf>. Acesso em: 28 de março de 2014.

<sup>112</sup> Lei 4.464, de 9 de novembro de 1964, também conhecida como “Lei Suplicy”, dispunha sobre: “os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências”.

<sup>113</sup> DEAP – Pastas Temáticas: BR PRAPPR.PB004.PT1072b.130.



Também no Jornal *O Flagrante* (1978, p. 20)<sup>114</sup>, sob o título *E o pau comeu na sexta-feira*, esse artigo fez alusão ao feito do dia 20 de junho de 1968, também envolvendo estudantes da UFRJ, em que a polícia teve ação truculenta contra os manifestantes. Ou seja, as ações estudantis (ver foto a seguir), se realizavam no país, reflexo da oposição contra a condução do regime ditatorial, portanto, não há como fazer alusão à atuação dos professores sem nos remetermos, também, a atuação dos estudantes, devido tal protagonismo histórico relevante.



**Figura 1 Estudantes em manifestação em frente à Biblioteca Pública do Paraná – 1968 – Foto disponibilizada por Narciso Pires – Grupo Tortura Nunca Mais/PR**

### **3.4 As consequências do sistema repressivo junto aos professores**

A condução do país por meio de Atos e imposições feitas pelos militares deu um direcionamento que reduziu a participação popular ou contestações<sup>115</sup>. Conforme

---

<sup>114</sup> Fonte disponibilizada à pesquisadora pelo professor “C”.

<sup>115</sup> A maioria da população era restrita a participação e decisões, pois conforme assevera Napolitano (2011, p. 215): “Se houve participação ativa dos civis no golpe, a partir de 1965, sobretudo, o topo do sistema político e os processos decisórios de alto nível ficam restritos ao alto comando das Forças Armadas, assessorados por intelectuais orgânicos civis (a ‘tecnocracia’). Obviamente, a elite econômica

Colling (1997, p.101), “O regime militar se colocava como o poder único, supremo: questioná-lo soava como uma heresia”. Nesse contexto, os

Professores também eram constantemente perseguidos, e a aposentadoria era a arma que as comunidades de segurança e de informações – mas também dos governadores – usavam contra aqueles que fossem tidos como ‘esquerdistas’, classificação que certamente serviu para encobrir perseguições as mais diversas (FICO, 2001, p. 189).

O relato contido no Jornal *O Flagrante* (1978, p. 17), trouxe a entrevista com o professor Manoel Maurício de Albuquerque que sofreu “perseguição” semelhante à dispensada a outros colegas de profissão: foi aposentado compulsoriamente. No início da reportagem, o texto mostra a desilusão daquele profissional em relação aos rumos que o país tomara, principalmente, no que se referia à condução da educação e do alunado:

Manoel Maurício de Albuquerque completara 50 anos no fim deste ano e foi um dos 42 professores aposentados pelo AI-5, em abril de 69. Contra ele, só a acusação de pensar. Nem processo houve. Oficialmente, não se sabe porque foi afastado do convívio dos universitários, sobre os quais sempre exerceu grande influência no agitado Instituto de Ciências Sociais do Rio. Atualmente este homem que vê a História como participação, acha trágica a situação dos alunos. ‘Hoje eu dou aula sobre o Brasil de agora e ela é aceita como se eu estivesse falando de algo tão remoto como o descobrimento do Brasil’.

Essa alusão que o professor carioca faz a respeito dos alunos da época, vai ao encontro do que o professor “C” narrou durante a entrevista, quando fez referência ao artigo contido no Jornal *O Flagrante* e que se refere à condução que o Estado dava à educação, ou seja, condução tecnicista para a formação de mão de obra para o mercado de trabalho.

[...] ‘estudante para o MEC é aluno de classe, dentro da universidade, frente ao professor’, então alguém fez aqui o desenho [referência à charge do Jornal]: o aluno amarrado numa cadeira e o professor [...] inculcando no ouvido dele. E o resultado dessa educação era isso aqui:

---

civil foi sócia e beneficiária do regime militar, com seus prepostos desempenhando papel central na alta burocracia”.

o aluno de boca fechada e mãos amarradas, e o professor já ficou velho de tanto ensinar (PROFESSOR “C”).

Mesmo assim, houve aqueles que se opuseram aos ditames governamentais impingidos à sociedade. Ferreira (1996), em sua obra *Mulheres, militância e memória*, analisa a militância de mulheres que foram à luta armada e ao analisar esse tipo de ação, considera que:

[...] a experiência e as condições dessa forma de militância [confronto armado], devem ser abordadas por um quadro conceitual que, ao se debruçar sobre a construção da vida social em sociedades complexas, valorize a dinâmica dos papéis que ela confere, incorporando a eles as motivações dos indivíduos na sua ação e interação. A liberdade para a ação humana – mesmo que esta esteja sempre vinculada a uma rede de interesses inter-relacionados e que se oriente por projetos construídos a partir deles (Schutz, 1979) – abre espaço também para o conflito e, conseqüentemente, para as disputas pelo poder que atravessam as relações sociais (FERREIRA, 1996, p. 57).

A disputa abordada pela autora desenrolava-se de forma desigual, haja vista que, o Estado mantinha o aparato repressivo a seu favor, enquanto os militantes para defenderem os objetivos pelos quais lutavam, utilizavam-se de estratégias para *driblar* a repressão estatal, como fora o caso da professora “D” que, engajada no movimento da AP e, para defender os ideais, mudou-se de cidade para trabalhar numa fábrica. Para que esse intento pudesse ser realizado, necessitou utilizar-se da clandestinidade.

Dessa forma, quando indagado aos professores pesquisados sobre quais causas defendiam, visto considerar que as mesmas estavam diretamente ligadas ao seu engajamento militante, eles mostram clareza política e um firme propósito com a justiça, liberdade e a retomada do Estado de Direito<sup>116</sup>.

---

<sup>116</sup> Compreende-se a complexidade desse conceito, o qual necessita para uma aproximação de sua definição, a análise da trajetória percorrida até a instituição social. Como o objetivo deste trabalho não se faz em esgotar tal assunto, indica-se a leitura do texto de Moraes Junior, que traz sucintamente a evolução até chegar ao moderno conceito de Estado de Direito. MORAIS JUNIOR, J. N. Estado Constitucional de Direito: breves considerações sobre o Estado de Direito. In: *Revista de Direito Público*, Londrina, V.2, N.3, p. 119-136, Set./Dez. 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/viewFile/11546/10249>. Acesso em: 15 de abril de 2014.

Nós, na verdade, para sermos pragmáticos, nós queríamos [...], mesmo integrando o MDB [...], a volta à normalidade democrática vigente antes da tomada dos militares. Nós queríamos na verdade isso: a liberdade de opinião política, religiosa, a liberdade de expressão, a liberdade de circulação, [...] e a volta à liberdade democrática [com] todos os direitos que tinham sido suprimidos (PROFESSOR “A”).

Veja, eu sou socialista, nós não defendemos a luta contra a ditadura militar apenas a democracia, o retorno à democracia. [...] A causa que eu defendia e a causa que mais me levou para a prisão foi a liberdade de expressão. [...]. Por incrível que pareça, a anistia, a democracia, a liberdade de expressão, porque eram as questões mais imediatas. Mas, também lutaram por um país mais justo, mais igualitário, mais solidário. Nós éramos contra a miséria, como somos hoje. Quer dizer, continuo, eu... já são decorridos 45 anos, mas eu continuo com os mesmos sonhos, com as mesmas ideias, [...], as mesmas perspectivas. Digamos, de quando eu comecei aos dezoito anos em 1961, não parei; por um mundo mais justo! (PROFESSOR “B”).

O nosso lema era abaixo a ditadura [...]; o nosso lema era a liberdade [...] (PROFESSOR “C”).

Eram questões muito diferentes. A AP defendia uma revolução [...] onde os trabalhadores tivessem voz e poder. Isso significava uma mudança na estrutura da sociedade. Nós pregávamos o socialismo, as nossas bandeiras eram baseadas no marxismo. Agora a luta dos professores não, ela era uma luta legal, então essas questões não poderiam passar nem perto, eram reivindicações da corporação dos professores (PROFESSORA “D”).

Mostrou-se evidente aos professores entrevistados que levar essas convicções aos alunos em sala de aula era dificultado pelo sistema vigente. Porém, como o professor “C” relatou, havia estratégias utilizadas para que pudessem trabalhar com os estudantes:

[...] eu me tornei um professor diferenciado por ter uma militância. Na minha classe de aula [...], não foi uma classe como queria o ministro da educação [alusão ao artigo do Jornal O Flagrante], a minha classe de aula foi fora da classe [...], foi no corredor da universidade, foi na rua [...].

Todavia, o Ofício Nº 132/74, arquivado nos documentos da DOPS/PR, apresenta a postura do Diretor/Secretário do Conselho de Representantes dos Professores do Paraná ao fazer a “denúncia” de “elementos nocivos” dentre estes profissionais. Extrair-

se-á alguns itens do documento datado de 08 de outubro de 1974, composto por três laudas e subdivido por oito itens:

[...] 2º - Que o resultado da assembléia realizada em Paranaí gerou um movimento de massa e de classe, com elementos ligados aquela diretoria. [...].

3º - Que a diretoria presidida pelo Prof. [cita nome de três professores], é assessorada por elementos nocivos / como: [cita nome de professor] de Mandaguari, [...], todos participantes do Movimento de 1968 como ‘cabeças’ indiciados em inquérito pelo Profe. Adv [cita nome de três professores] e outros; [cita nome de professora] diretora do Colégio Estadual de Marialva, que abonou em folhas de pagamento cerca de 200 faltas de professores de seu colégio como as de [cita nome de professor] que pertence ao Grupo com a referida Diretora; da capital [cita nome de três professores] e outros.

4º - Que tais elementos pretendem reprisar, dentro das classes dos professores, a mesma onda de agitação e tumulto que bem caracterizou, no período anterior a 1964, a vida dos sindicatos e de todas associações classistas.

[...]

Sendo o que se apresenta no momento, na certeza de haver cumprido com um dever de consciência e esperando ter prestado um serviço a manutenção da ordem / pública constituída, subscreve com os protestos de estima e consideração, ao mesmo tempo que espera desse órgão / providencias a ele afetas no sentido de terminar com esse tipo de movimentação tão prejudicial a sociedade brasileira que vive ora momentos de conturbação por parte do partido de oposição, ao qual temos certeza de estarem / eles ligados<sup>117</sup>.

Nas pastas temáticas sobre os professores, existem outros documentos que foram produzidos pelos agentes da DOPS que acompanhavam as assembleias e reuniões dos professores. Esses escritos possuíam precisão e detalhamento nas informações repassadas, portanto, a liberdade de ações dos professores, principalmente as de cunho coletivo, era limitada pela repressão constantes dos órgãos de controle.

Segundo um dos entrevistados, na cidade onde lecionava, possuía certa “liberdade” para atuar (como professor), entretanto, o mesmo observa que esta era restrita ao âmbito pedagógico:

<sup>117</sup> DEAP – Pastas Temáticas: BR PRAPPR.PB004.PT341.40 (grifos do original).

[falando de sua experiência em sala de aula no período de 1971 a 1973] essa era a vantagem de lecionar numa cidadezinha lá do interior, que não tinha um Departamento Pedagógico para botar cabresto. Mas é verdade que eu tinha liberdade entre aspas. Liberdade pedagógica, didático-pedagógica, não liberdade política, estávamos na ditadura militar (PROFESSOR “B”).

Assim sendo, o mesmo professor assevera que de um modo geral: “os professores, como os trabalhadores como um todo, estavam vigiados, impedidos de exercer o direito mínimo à liberdade” (PROFESSOR “B”). Isso leva-nos a considerar que, mesmo com a experiência acima citada em que o mesmo exerceu certa “liberdade pedagógica”, esta não era acompanhada da liberdade política, como o mesmo afirmara, e que demonstra o poder repressor vigente. A experiência do professor “B” que transformou as aulas de português em aulas de “comunicação”, como o mesmo denominou, pois discutia e estudava com seus alunos a língua portuguesa pressupondo também a “expressão corporal, a expressão facial, a gesticulação, postura, [...], redação e todo o universo [...]” (PROFESSOR “B”), demonstra que a repressão cerceou o direito desse professor continuar lecionando, gerando o que o mesmo denominou como: “uma frustração”, pois fora literalmente impedido de ensinar.

Quando o professor “B” verbalizou sua frustração quanto à limitação do direito a lecionar, pois a experiência que estava realizando em sala de aula, pelo êxito que teve com seus alunos, levava-o a almejar, posteriormente, transformar essas práticas num livro, anseio obviamente contrário aos interesses dos militares e seus apoiadores civis. Quanto a isso, a autora Colling (1997), colabora analisando que:

No estado de guerra que se estabeleceu, a prisão dos militantes não era suficiente, era necessário destruí-los e/ou dominá-los fisicamente. Este é o sentido da violência política: como intervenção voluntária que tenta impedir fisicamente a ação de um determinado grupo político. A violência é sempre uma forma de ação que dirige ao corpo do indivíduo, seja para destruí-lo, seja para dominá-lo (p.79).

A repressão imposta pelo Estado ditatorial, ditada pela Doutrina de Segurança Nacional, gerava insegurança quanto às consequências que a pessoa poderia sofrer em caso de ser considerada opositora do sistema vigente. Quanto a isso, Fiuza (2006, p. 117), certifica que: “o medo foi um componente decisivo na manutenção da ditadura

e na imposição de modelos de comportamento impostos pelos militares”. Ou seja, as estratégias de manutenção da ordem e do sistema ditatorial perpassavam caminhos do medo e repressão, o que fazia com que os brasileiros mais esclarecidos politicamente vivessem um constante estado de vigilância de seus próprios atos para manter, principalmente, a sua integridade física e necessidades mínimas atendidas.

Professor “A”, em sua experiência no magistério, relata que entre seus colegas não observava engajamento político e que a discrição era medida de segurança entre os mesmos para que não sofressem as medidas repressivas impostas:

[...] os professores do meu tempo não estavam engajados, que eu soubesse, em política. Não tinha engajamento. Alguns professores sim; alguns professores que tinham simpatias por essas ideias eles se manifestavam de um modo muito discreto. Eu sabia, conhecia um ou outro que tinha simpatia com essas ideias, mas, que não estavam, não tinham militância política. [...]. Às vezes conversava com eles sobre essas coisas, mas também, por uma questão de segurança, eu não me abria muito com os meus colegas; mesmo com aqueles que mostravam simpatia pelas ideias, que eu vou chamar de progressistas, não vou chamar de esquerda.

O sistema autoritário interferia na vida cotidiana de vários cidadãos, cerceando, por mais inadmissível que pareça, em alguns casos, o direito de exercerem atividades profissionais e venderem a própria força de trabalho na área em que se especializaram, interferindo até mesmo em sua subsistência, como fora explicitado pelos professores pesquisados.

[...] quando eu fui preso, eu automaticamente fui exonerado. Eu perdi os meus direitos, perdi os meus direitos como profissional do ensino, eu perdi meus direitos até mesmo de atuar como dentista [...] (PROFESSOR “A”).

[...] eu fui preso, [...], demitido, de certa forma, impedido de lecionar. Eu montei uma empresa, ela foi fechada; a minha empresa foi invadida [...]. Só voltei a ter emprego como já havia dito antes, em 1983; sou preso em 75, só voltei a ter emprego em 1983, mas eu perdi o emprego na verdade em 74 [...] (PROFESSOR “B”).

Eu fui presa e exonerada. Perdi a chance de lecionar, o que eu gostava muito. Precisei me adaptar a outra ocupação técnica na área de planejamento (PROFESSORA “D”).

Um dos professores entrevistados, o professor “C”, foi preso ainda enquanto estudante, por participar do *mini-congresso*<sup>118</sup> dos Estudantes na “Chácara do Alemão”<sup>119</sup> e, após o término de sua graduação, foi privado de atuar como professor no Paraná, devido não ter sido fornecido a ele a *Certidão Negativa* de antecedentes políticos, emitida pela DOPS, na época, pré-requisito para fins de magistério. Segundo Schmitt e Fiuza para conseguir a Certidão para fins de magistério “[...] Era feita uma entrevista para impressionar e intimidar. Era, afinal, também uma espécie de tortura passar pelo DOPS” (2008, p. 12). Assim, segue o depoimento do professor “C” que expressa essa forma de tortura, a qual era feita aos que ousavam opor-se ao regime imposto:

[...] e como conseqüência de tudo isso não foram só dois anos de prisão, [foi] toda essa maldade que a Delegacia de Ordem Política e Social fazia. Depois de preso você continuava padecendo de uma prisão pior ainda: privado do direito. Eles não te davam essa famigerada ficha [certidão] aqui. Quer dizer, a nossa ficha [ex-presos] era realmente suja do ponto de vista da ditadura. [...]. Quer dizer, eu era uma ficha sujíssima para eles. Eu era um elemento indesejável, não podia ser professor [...].

Quando o professor “C” relatou que a pior prisão do sistema ditatorial era a *privação do direito*, expressa a forma com a qual os militares interviam continuamente na vida dos seus opositores, como se observou inclusive na Ficha Individual – da DOPS - desse professor. Numa frase curta, com ênfase no arbítrio da negação, datilografaram em sua ficha, o indeferimento do pedido de Certidão Negativa. Portanto, negava-se o direito do mesmo exercer a atividade de professor. O professor

---

<sup>118</sup> Segundo Calciolari (2006, p. 177-178): “[...] Na sistematização dos dados da época, encontramos os registros de uma operação organizada pelas forças repressivas no Paraná em 1968. O fato é a prisão de uma centena de universitários na Chácara do Alemão no bairro Boqueirão em Curitiba que se reuniram para um mini-congresso [...]. A idéia era organizar um encontro entre os militantes da política estudantil do país para discutir o acordo MEC/USAID, já que o Congresso de Ibiúna em São Paulo havia sido frustrado pela ação da polícia. Um contingente de aproximadamente 400 homens das diversas polícias, munidos de forte armamento e em caminhões frigoríficos – que não foram descobertos pelos olheiros – prenderam 42 estudantes, sendo 37 homens e 5 moças. [...]” . O professor “C” relatou o grau de violência imposto contra os estudantes que estavam desarmados: “[...] nós fomos presos na Chácara do Alemão, no Boqueirão. Saímos com as mãos na cabeça e a força pública cutucando a gente com a baioneta e com o fuzil carregado”.

<sup>119</sup> Sobre esse fato encontra-se informações na Pasta Temática: Ação Popular: BR PRAPPR.PB004.PT11a.1.



“C”, como outros, teve seu direito aviltado pela repressão. Procurar a Justiça para garantir seu direito? O que fazer? Essa era a lógica que os militares construíram ao longo das duas décadas de ditadura, ditando o que era direito ou não.

Quanto a isso, interessante se faz a fala do professor “C”, que rememora sobre a audiência em que foi condenado à prisão, por motivo de, ainda enquanto estudante, entre outras atividades, ter participado em 1968 do “XXX mini-congresso” da UNE em Curitiba/PR. Colocou, a sua experiência sobre a condução do julgamento:

[...] eu por ter passado também pelo vale das sombras da ditadura, sem nenhum espírito de vingança, eu pessoalmente perdoei os juízes militares que me condenaram [...]. Eu até, para fazer o lançamento desse livro daqui, eu coloquei assim lá [relata sobre o momento do seu julgamento]: ‘enquanto um juiz [...], ele tinha um tique [...], ficava mascando a própria língua assim [demonstra como o magistrado fazia], enquanto um mascava a própria língua e outro dormia, nós fomos condenados. [...]. Já estávamos condenados antes de se fazer as alegações [...] (PROFESSOR “C”).

Quanto à questão judicial<sup>120</sup> que era aplicada aos inquiridos, principalmente devido os crimes políticos cobertos pela Lei de Segurança Nacional<sup>121</sup>, Gusson (2008), contribui para apreendermos as colocações feitas anteriormente pelo professor “C”:

As mudanças operadas pela nova legislação fortaleceram a ação judicial militar, apesar da ‘incapacidade para a função judicante’ dos juízes militares, segundo os pesquisadores do BNM. As críticas destacaram a incapacidade dos juízes em relação ao caso a ser julgado, pois muitos inquéritos foram elaborados em unidades militares onde as investigações eram conhecidas por todos e inclusive pelo Juiz Militar; atraso nos prazos para o oferecimento de denúncia e a valorização dos inquéritos policiais em detrimento das provas produzidas na fase judicial (Arquidiocese de São Paulo, 1985e, p24) (GUSSON, 2008, p. 82).

<sup>120</sup> “A decretação do AI-2 pelo Executivo, além de resolver o conflito de poderes, também interferiu na estrutura do funcionamento do Superior Tribunal Militar (STM) e do Supremo Tribunal Federal (STF). O Ato aumentou o número de ministros do STM de onze para quinze juízes vitalícios, enquanto que o STF passou de 11 para 16 ministros. Essas mudanças garantiram um maior apoio dos Tribunais para o Executivo, já que a nova formatação dos Supremos contava com maioria de ministros indicados pelo governo militar” (GUSSON, 2008, p. 81-82).

<sup>121</sup> “Quando se deu a instauração do regime militar, a Lei de Segurança Nacional vigente era a Lei 1.802 de 5 de janeiro de 1953, utilizada para processar os crimes contra a nação. [...]. Com a extinção do Tribunal Nacional, em 1945, como citado, os crimes contra a segurança externa eram de competência da Justiça Militar (GUSSON, 2008, p. 78).

Ou seja, quando o professor “C” lembrou que já *estavam condenados antes de fazerem as alegações*, reflete a forma com a qual as ações militares eram conduzidas de forma arbitrária. Essa afirmação desmonta o discurso feito pelo Tenente-Coronel Octávio Pereira da Costa que dizia “No que se refere a justiça, a revolução restabelecerá o primado do direito, respeitará os tribunais; iniciará a reforma judiciária e promoverá, [...] a ascensão de juízes íntegros, capazes e democratas” (COSTA, 1966, p. 78).

Ainda sobre o cerceamento dos direitos dos cidadãos brasileiros, o professor “B”, que foi preso pela primeira vez no final de 1970, relatou a situação curiosa que lhe aconteceu, em que a DOPS em 1972, concedeu a Certidão Negativa para que lecionasse. Contudo, em 1974 negou-lhe, fazendo com que o mesmo não pudesse mais atuar como professor. Observou-se na *Ficha Individual* do mesmo que o pedido de aquisição de certidão negativa, encaminhado por tal professor, anexado em sua pasta, consta com o indeferimento escrito à mão e arquivado. Feito de forma simples pelos policiais foi decidido que ele não poderia exercer o direito de lecionar. Esse fato, entre inúmeros outros mencionados ou não nesta pesquisa, fundamentam a frase contida no primeiro capítulo, em que a *retórica dos militares era ambivalente*, pois discursavam sobre o respeito aos direitos, legislações e democracia, mas arbitravam e cerceavam intensamente estas mesmas premissas.

As certidões que eram emitidas pela DOPS/PR, possuíam o teor informativo para “subsidiar” tanto os empregadores como os militares para manterem-se cientes quanto a “quem” estava sendo contratado. Assim, o Estado exercia o controle, não somente sobre o engajamento político, como também, social. Segue o teor de um pedido de Certidão Negativa para fins de magistério, arquivada na DOPS/PR, que fora pesquisada nos arquivos daquela Delegacia:

=C=E=R=T=I=D=Ã=O=

Certifico em atenção ao requerimento de [nome], brasileiro, natural de Bauru-São Paulo, nascido no dia [...], filho de [...] Professor / residente em Curitiba-Pr, à rua [...] para fins de Magistério, e em atenção ao despacho exarado no requerimento do mesmo, que, consultada a Secção competente desta Especializada, dela não figura o requerente como indiciado em Inquérito Criminal por infração à Segurança Nacional, inexistindo, ainda, decreto judicial de [...] preventivo, mandado de

autoridade administrativa civil ou militar ou por efeito de sentença condenatória / [...] julgado. O referido é verdade e dou fé. [...] e passado nesta Cidade aos cinco dias do mês março do ano hum mil novecentos e setenta e hum, por mim [assinatura] escrivão do cargo e pela autoridade titular, Delegado / Bél. Ozias Algauer, que ao final assina. [...] <sup>122</sup>.

Por conseguinte, a resposta emitida pela DOPS a essas solicitações para concessão das certidões negativas, também conhecida pelos professores como *ficha*, determinava se o requerente poderia exercer o magistério ou não. Burlar esse requisito se fazia difícil na época. Observaram-se nos dados coletados da extinta DOPS/PR, que existiam pedidos de análise de nomes de várias pessoas para que os agentes da polícia política fizessem a “qualificação”, o que se referia ao levantamento dos dados pessoais, políticos e também ideológicos. Existe, dentre esses documentos, os referentes às pessoas com atividade de professor. Verificou-se também, que era corriqueiro o pedido de qualificação de pessoas cogitadas a exercer algum cargo de chefia ou viagens ao exterior.

Cita-se o *Pedido de Busca* <sup>123</sup> cujo assunto refere-se aos *monitores do Mobral*, datado de 22 de abril de 1971 que solicita “2.1 - Identificação, qualificação, ligações e dados políticos e ideológicos dos nominados. 2.2 – Outros dados julgados úteis e esclarecedores” sobre aproximadamente sessenta monitores do Mobral. Constando em seu verso a seguinte anotação feita à mão “Informe-se dizendo em que nada consta e não temos dados políticos ideológicos dos nominados”. Ou seja, as informações sobre professores eram recorrentemente solicitadas e, eram devolvidas em forma de ofícios, sendo que, no verso dos documentos pesquisados da DOPS/PR, constam o número e data que foram emitidos os ofícios. Porém, não foi observada cópia dos mesmos para verificar se o teor da resposta, nem mesmo para quem era destinado.

Como fora afirmado no primeiro capítulo deste trabalho, recorre-se novamente a Silva (2007a), para entendermos que a *informação* era uma estratégia importante para o estado ditatorial se manter no poder. Assim, as informações, além de manter o sistema a par dos acontecimentos, serviam, também, para controlar as pessoas,

<sup>122</sup> DEAP – Pasta Temática: Secretaria da Educação e Cultura: BR PRAPPR.PB004.PT1735.207.

<sup>123</sup> Pedido de Busca nº 30/ACT/SNI/71. DEAP – PRAPPR.PB004.PT1782.213.

principalmente às que militavam contra a ordem imposta. Quanto a isso, também assevera Swensson Jr (2002, p. 56):

[...] O regime militar criou um aparato de segurança interna ofensiva, capaz de impor sua vontade, de coagir a população e de destruir a oposição. Foi criada ainda uma rede de informações políticas para detectar os 'inimigos', aqueles setores da oposição que supostamente estariam infiltrados pela ação comunista 'indireta'. Os debates, as discussões e os questionamentos passaram a ser vistos como subversão. Dessa maneira, o Estado não tolerava a oposição.

No que concerne aos professores entrevistados, quando perguntado sobre a relação que os mesmos faziam entre a militância exercida e o exercício do magistério, apreende-se que os mesmos refletiram sobre a conjuntura da época que não favorecia para que utilizassem do magistério de forma direta para realizar a militância. Na afirmação do professor "A", o mesmo relata que realizava um trabalho com seus alunos, no sentido de realizar a crítica do período que estavam passando, no entanto, era feito de forma cautelosa:

[...] não fazia, dentro da minha cátedra uma tribuna de divulgação das ideias. Eu fazia assim, que os alunos cultivassem o hábito de examinar os fatos, de fazer a crítica e a autocrítica, de fazer o exame detalhado das ideias que prevalecem numa época e, as causas e consequências daquelas ideias; de análise da realidade que estávamos vivendo, das causas que levaram aquele estado das coisas. Mas nunca fazendo propaganda das minhas [ideias] [...].

Outro professor também corrobora no sentido de mostrar a dificuldade de, naquela época, expor suas ideias e convicções, principalmente no exercício do magistério:

Você contava nos dedos professores universitários [...] pertencentes ao Partido Comunista do Brasil, ou PCB [...] era alguns [...]. Mas eles militavam clandestinamente no Partido Comunista, mas dentro da classe de aula não havia a mínima possibilidade. E mesmo que, para ser professor, havia uma filtragem que a Delegacia de Ordem Política e Social fazia [...] (PROFESSOR "C").

Assim, o professor “C” relatou sua compreensão quanto a realidade e a dificuldade vivida por muitos professores, como também, outros profissionais que atuavam ou tentavam atuar na época ditatorial, pois havia a precaução quanto a possível vigilância por parte do Estado. Segundo seu testemunho, fazer militância, principalmente pós AI-5, ficara perigoso: “[para militar] você corria risco de vida”.

Mesmo no período correspondente à distensão, verificou-se que ainda existiam *Pedidos de Buscas* envolvendo aqueles profissionais e evidenciando-se que o Estado continuava a fazer considerações quanto à sua postura junto aos alunos. Denota-se o teor dessa afirmação no texto contido no *Pedido de Busca*<sup>124</sup>, datado de 28 de dezembro de 1979, segue o relato:

#### DADOS CONHECIDOS

- a. [Nome do professor], filho de [...], nascido em [...], professor do Colégio [...], residente a rua [...], CURITIBA/PR.
- b. O nominado leciona no período da manhã no Curso [...], as matérias Organização Social e Política Brasileira e História. [...].
- c. [Nome do professor] usa em suas aulas do linguajar pornográfico e espende opiniões sempre contrárias ao sistema político brasileiro e a situação governamental. O clima imperante nessas aulas é o de deboche e completa indisciplina por parte dos alunos.

#### DADOS SOLICITADOS

1. O que constar sobre o nominado.
2. Outros dados julgados úteis.

A oposição ao governo militar no período já denominado – distensão – continuava sendo indesejável, como era de se esperar. Mesmo a repressão dando sinais de enfraquecimento, os organismos de controle social ainda continuavam acusando e reprimindo mobilizações e manifestações contrárias ao regime. Quanto às formas de repressão no período de distensão, o professor “C” comenta sobre fato vivenciado pelo mesmo, quando sofrera a hostilização pelos agentes da polícia política enquanto ministrava uma palestra aos professores no Estado de Santa Catarina, que tinha como objetivo a conscientização dessa categoria. Interessante se faz o fato de que isso acontecera no ano de 1981, ou seja, em plena “abertura” política, o que nos faz refletir que foi um período de forte enfrentamento em que os agentes do Estado repressor continuavam lutando pela manutenção do *status quo*:

<sup>124</sup> Pedido de Busca nº 210/116/ACT/79. DEAP- BR PRAPPR.PB004.PT1788a.215.

[...] no dia 27 de junho de 1981, [...], eu estava dando uma palestra em Chapecó, ainda quando eu trabalhava em Tubarão; uma palestra promovida pela Associação dos Licenciados de Santa Catarina (ALISC), [...] uma palestra justamente de conscientização, de militância, [...], já era de confronto direto contra a ditadura, já tinha perdido o medo; a ditadura já tinha recuado. [...], a tortura já era mais controlada pelos organismos internacionais. Assim, eu estava dando uma palestra, e havia umas 500 pessoas presentes [...]. E, de repente, lá atrás, [...] chega alguém e diz assim: 'porque você não vai dizer isso em Cuba, seu comunista f. da p.!' Mas isso ribombando, [...] foi aquele eco, assim! E, aquele fulano não estava sozinho, era aquele pessoal que ia assim: armados, treinados para fazer isso [...]. [A repressão] Já não conseguiam mais prender, não conseguiam mais torturar, então eles faziam de fato, esse jogo [...] (PROFESSOR "C").

Sobre esta questão, o autor Fico apresenta a seguinte contribuição:

Durante a 'abertura', sem ter mais os velhos inimigos contra quem lutar, a linha dura sentia-se ameaçada de extinção, acuada por ser identificada como grupo não democrático e com medo de punições que poderiam advir do retorno ao Estado de Direito (algo que nunca se verificaria, em grande medida graças ao esforço do setor durante a negociação da anistia política). Foi essa combinação de decadência e medo que levou a comunidade de segurança a patrocinar alguns dos atos mais bárbaros do regime militar<sup>125</sup>. Nessa fase, lutar contra a combalido PCB soava ridículo (FICO, 2001, p. 213-214).

<sup>125</sup> "Em agosto de 1976, bombas explodiram nos prédios da ABI e da OAB. Em abril de 1981, outras explodiram durante um *show* de música popular. No período, dezenas de atentados desse tipo foram cometidos pelos órgãos de segurança" (FICO, 2001, p. 214). O caso conhecido como Riocentro, em que uma bomba explodiu no carro de militares, matando o sargento Guilherme Pereira do Rosário, que estava estacionado perto de evento público em alusão ao 1º de maio, em 1981, está sendo investigado. Novas informações estão sendo levadas a público, como por exemplo, a publicada no *site* <http://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpe-militar/noticia/2014/03/documentos-dizem-que-figueiredo-soube-antes-do-atentado-do-riocentro.html>, que relata que o então presidente, João Figueiredo, tinha conhecimento sobre a articulação do atentado. Acesso em 01 de abril de 2014. Já em 15 de maio de 2014, a Comissão Nacional da Verdade publicou que "[...] a Justiça Federal do Rio de Janeiro, que aceitou a denúncia do Ministério Público Federal e abriu processo contra seis pessoas envolvidas no atentado do Riocentro pelos crimes de tentativa de homicídio, formação de quadrilha, transporte de explosivos, favorecimento pessoal e fraude processual", ainda na publicação feita, colocaram que a juíza da Sexta Vara Criminal, Ana Paula Vieira de Carvalho, justificou e concluiu sobre a inexistência de prescrição deste crime pelos motivos de: "(i) os crimes cometidos por agentes do Estado, como forma de perseguição política, no período da ditadura militar brasileira, configuram crimes contra a humanidade; (ii) segundo o costume internacional, os crimes contra a humanidade são imprescritíveis" (Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/485-nota-oficial-da-cnv-sobre-a-decisao-da-justica-federal-no-caso-riocentro>. Acesso em: 16 de maio de 2014.

Como já fora apresentado, o controle realizado pelos militares estava presente em várias ações que os brasileiros desenvolviam. O “braço” autoritário do regime frequentemente se mostrava presente, de forma direta ou indireta, fosse por meio da presença física dos seus agentes, fosse à lembrança das consequências punitivas impingidas pelo governo às ações contrárias.

Como pode ser observado, a interferência do sistema ditatorial não se dava apenas em âmbito particular e individual, mas em várias esferas da sociedade. Portanto, no processo escolar não era diferente. Os dados contidos nos documentos intitulados *Pedido de Busca* demonstram que os órgãos de repressão “invadiam” o campo educacional, e muitas vezes, davam juízos de valor quanto à atuação dos professores. Mesmo assim, havia professores que ousavam trabalhar diferentemente, mesmo que de forma prudente. Outro entrevistado assim aludiu sobre a interferência estatal no âmbito educacional: “A ditadura interferiu totalmente no processo escolar. [...]. A ditadura militar foi introduzindo o ensino completamente artificial. [...]. (PROFESSOR “B”).

Assim, percebe-se que dentre os professores pesquisados todos foram impedidos de lecionar, por exoneração e/ou pela não aquisição da *Certidão* expedida pela DOPS, que era requisito para o exercício profissional. Contudo, pode-se mencionar o exercício de alguma reflexão mais crítica relacionada ao conteúdo trabalhado em sala de aula, conforme asseverou o professor “A”, “[...] veladamente se arriscava alguma coisa”.

Todavia, o que pode ser observado foi que a trajetória política de militância desses professores se deu em grupos/partidos de esquerda, tais como: PCB, POLOP, MR8, AP; mas como já fora dito, sem atribuírem ligação direta com o magistério, devido aos problemas já mencionados.

O professor “A”, dentro de sua trajetória militante, desenvolveu ações dentro do MDB, partido dito de oposição ao governo. Diante dos relatos desse entrevistado, objetivavam, mesmo que de forma cautelosa, articular dentro desse Partido, alguns dos ideais do PCB, mas como já fora demonstrado nesta pesquisa, as consequências dessa ação foi a sua prisão, devido à acusação de reorganização do partido clandestino e isso teve peso no seu afastamento, por anos, do magistério.

A militância realizada pelo professor “B” rendeu-lhe várias prisões, seis no total. Quando começou a lecionar, (mesmo já tendo sido preso pela repressão), preferiu que os alunos o chamassem pelo apelido do primeiro nome, pois sabia que se o chamassem pelo “nome de guerra” conhecido pela polícia política, iria fazer ligação do nome à pessoa militante. No entanto, relatando sobre sua militância, rememorou que os ideais defendidos que mais o levaram a prisão foram: “a liberdade de expressão. Por incrível que pareça, a anistia, a democracia, a liberdade de expressão. Mas também, por um país mais justo, mais igualitário, mais solidário. Nós éramos contra a miséria, como somos hoje”.

Militar no movimento estudantil por causas que se direcionavam principalmente a luta pela liberdade, fez com que o professor “C” se engajasse em 1966 “num grupo de alguns jovens universitários remanescentes da JUC”. Segundo o mesmo, ao juntar-se a esse grupo e ao começarem um processo de alfabetização de adultos, fez com que se mantivesse sua luta política. O mesmo relata que esta foi sua entrada no processo de militância, daí em diante, engajou-se no movimento estudantil e na sequência na AP. Sofreu com a privação do direito a lecionar, como já fora dito anteriormente, porém, seus ideais foram mantidos e de forma cautelosa trabalhados com seus alunos, como bem explicou anteriormente, porque não se utilizava somente da sala de aula para isso, mas de espaços fora dela.

A dificuldade encontrada para exercer a militância em classe, também, foi verbalizada pela professora “D”. Mas, a mesma afirmou que via diferença na militância vivida na AP e na luta desenvolvida pelos professores:

AP defendia uma revolução, onde os trabalhadores tivessem voz e poder. Que dizer, o poder aos trabalhadores significava uma mudança dentro da estrutura da sociedade. Pregávamos o socialismo e o marxismo, então as bandeiras eram baseadas no marxismo. Agora na luta dos professores não, ela era uma luta legal, [...], reivindicações da corporação dos professores (PROFESSORA “D”).

Dessa forma, compreende-se, na experiência vivida pelos pesquisados que lutar por ideais que iam à contramão dos defendidos pelos militares se fazia algo perigoso e de difícil realização naquela época, pois se os agentes de controle do Estado ditatorial



lançassem dúvida sobre alguma ação, isso bastava para ser iniciada uma investigação, o que poderia resultar em detenção e processo. Quanto a isso Carlos Fico corrobora no sentido de esclarecer que:

A reiteração era a principal técnica de inculpação da comunidade de informações. Consistia em lançar uma primeira dúvida, baseada em indício aparentemente insignificante, que, posteriormente (mesmo anos depois), poderia ser usada como dado desabonador da vida pretérita de alguém. Uma visita, por exemplo, que um cidadão fizesse a outro – este último ‘tido como comunista’ – era uma informação ciosamente arquivada e que, futuramente, podia ser usada como ‘agravante’ de uma presumível afronta aos ditames da segurança nacional. [...] (2001, p. 101).

Essa lógica de vigilância constante também foi analisada por Aquino (2002, p. 19-20), que assim colocou sobre as práticas investigativas dos agentes das DOPS “[...] beneficiam-se das sombras que os envolvem, permitindo que se infiltrem capilarmente nos mais recônditos cantos das relações sociais, espalhando o temor e a desconfiança”. A situação a qual os autores acima colocam, sobre a atitude investigativa e secreta da polícia política, foi vivenciada pelo Professor “A”, que relatou que as reuniões que fazia com amigos em sua residência eram acompanhadas e vigiadas pelos agentes da polícia política e SNI e que somente depois que fora preso ficara sabendo de tais observações feitas pelos agentes da repressão<sup>126</sup>:

[...] O serviço do SNI era um serviço muito bem feito. Eles sabiam de tudo. Estavam por dentro de tudo. [...]. Por exemplo, eles tinham fotografia e filmagem de uma casa que eu tinha em Apucarana, onde vez ou outra eu juntava o pessoal da esquerda, para a gente conversar sobre o assunto; não eram reuniões periódicas, não. Depois, fiquei sabendo que eles [SNI], numa casa que ficava ali perto, no segundo

---

<sup>126</sup> Segundo Roncaglio (1998) apud Schmitt (2011, p. 89), a organização e ação das DOPS eram realizadas da seguinte forma: “[...] a) investigação: ocorria por meio de coleta de dados e vigilância preventiva daquele considerado suspeito e os dados coletados poderiam ou não fazer parte de um prontuário da instituição ou indivíduo investigado; os documentos coletados eram: radiogramas, fotografias, recortes de jornais, entre outros; b) censura: caracteriza-se no procedimento adotado após a investigação ou paralela a ela, quando averiguada a existência de alguma atividade que representasse subversão, era então feito controle político-cultural ou de qualquer forma de expressão que significasse ameaça à ordem estabelecida; c) repressão: digamos que essa seria a última instância de atuação da polícia política e que ocorria após constatado que havia atividade subversiva, sendo que as ações poderiam ser a princípio através de perseguição política até a ações de castigos físicos, caracterizados como tortura”.

andar, eles filmavam todas [as reuniões]. Eles filmavam, sabiam quem entrou e quem saiu; quem estava e quem não estava (PROFESSOR “A”).

A referida citação a qual Fico faz alusão, quanto às investigações às pessoas ditas suspeitas, também nos remete a analisarmos a demanda de cuidado e discricção por parte daqueles que ousavam enfrentar o sistema ditatorial. O professor “C” se referiu ao extremo perigo que corriam os opositores, mormente no que tangia ao risco de morte:

[...] mesmo preso a gente continuava pertencendo a essa organização [AP]. Eu vim a abandonar as organizações de esquerda, a Ação Popular, depois [que] a Ação Popular migrou, se fundiu com o Partido Comunista do Brasil. [...]. E aí, a partir de 72 eu cai fora, eu percebi se eu continuasse iam me eliminar [...] (PROFESSOR “C”).

A apreensão dos militantes pela iminência do perigo de morte e tortura era recorrente, pois o Estado ditatorial lançava mão dos aparatos repressivos e não mensurava a força imposta para manter a ordem que desejava que a população se sujeitasse. Segundo Fico (2001, p.23): “[...] os moderados, como alguns castelistas, admitiam a tortura como um mal necessário, como confessou o ex-presidente Ernesto Geisel, nesse ponto acreditavam indispensável uma ‘certa dose, pelo menos, de tortura psicológica”.

Portanto, as ações dos militares interferiam na vida dos brasileiros de diversas formas, como já fora mostrado anteriormente. Perdas de vidas, de sonhos, de liberdades, de direitos, tudo em nome da Segurança Nacional. Famílias dilaceradas pelas perdas fossem elas da vida, da convivência, enfim, isso fica explícito em um dos poemas que “Alex Polari de Alverga. 27 anos. 80 de pena e 9 de prisão” (JORNAL FLAGRANTE, 1978, p. 8), publicou:

#### **Sobre partidas**

(...) Aprendi desde cedo  
a não sofrer com partidas.  
Daí substituir o medo  
de perder tantas pessoas queridas  
pelo rosto impassível que exigem de mim.

Daí porque todos os sentimentos  
 que tínhamos uns pelos outros  
 era tácito  
 daí porque todo o carinho  
 que fazíamos uns nos outros  
 era rápido  
 Aprendi desde cedo a não sofrer com partidas.

Acostumei a dar por falta deles  
 nos encontros não realizados  
 costumei em noites chuvosas  
 confirmar prisão ou morte  
 nos pontos de segurança  
 com o coração batendo desesperado  
 e a arma engatilhada sobre o casaco (JORNAL FLAGRANTE, 1978, p. 8  
 - grifo do autor).

O poema expressa o temor da morte, dos companheiros que se iam, a luta que persistia. As partidas, muitas vezes forçadas pelo exílio, opção, na maioria das vezes, feita para preservar a vida, também era frequente na realidade dos brasileiros. O cotidiano conturbado da vida clandestina, o risco recorrente nos “pontos”, quando eram contatados os companheiros, além da dificuldade em aparentar uma outra vida em algum “aparelho”, era a realidade vivenciada por vários militantes. Entre os pesquisados, todos responderam que não se exilaram, mas conheciam companheiros que tinham vivido esta experiência.

Aos que ficaram no Brasil, coube resistir e lutar, mesmo que, na maioria das vezes, de forma clandestina, pela redemocratização do país. Aos exilados, muitos continuaram a luta em outro espaço territorial, mas com o mesmo objetivo. Logo, quando indagado aos pesquisados se participaram de grupos pró-anistia, no Estado do Paraná, o professor “B” relatou que foi fundador do movimento pró-anistia paranaense, e outros dois, o professor “C” e a professora “D” participaram desse movimento.

Interessante que o relato do professor “B” demonstra que esse movimento, no Paraná, começou as articulações desde meados da década de 1970:

[...] em 1975, a Doutora Terezinha Zerbin<sup>127</sup>, do Movimento Nacional de Anistia me visitou em Apucarana. Eu estava lá para organizar a anistia

<sup>127</sup> Consta na Pasta Temática: Anistia para Presos Políticos: BR PRAPPR.PB004.PT35.6, o *Pedido de Busca nº363/PM-2/1975* que solicita informações sobre o Movimento Feminino pela Anistia no Estado do Paraná e faz alusão a uma jornalista de Londrina que editava o *Jornal Brasil Mulher*.

no norte do Paraná, mas isso foi em agosto, em outubro fui preso [decorrente da Operação Marumbi]; não pude fazer nada, passei dois anos preso. Quando saí [da prisão], já em 77, em 78 tive a oportunidade de articular a luta pela anistia aqui em Curitiba. Organizei o Movimento Curitibano pela Anistia, fui coordenador desse movimento, coordenador geral; e, quando nós fundamos, em seguida, o Comitê Brasileiro pela Anistia, fui eleito seu primeiro presidente, isso em 78 e 79. Fui na verdade em 78, 79, 80 (PROFESSOR “B”).

A Lei da Anistia (1979), mesmo contendo os contrapontos já apontados anteriormente (principalmente a anistia aos torturadores), foi uma conquista importante e fruto de muitas ações por vezes coletivas, por vezes isoladas, entretanto que conseguiu atingir organismos internacionais para que somassem forças nessa batalha pela retomada dos direitos cerceados. Segue depoimento da professora “D”, que coloca como era feito, enquanto militante da AP, as denúncias para órgãos internacionais, driblando a vigilância dos aparelhos repressivos. O depoimento reflete a coragem e as estratégias utilizadas para conseguir comunicar-se com órgãos exteriores ao Brasil, sem que a repressão recepitasse tais contatos:

[...] o trabalho político [da AP] [...] acabou se resumindo nas reuniões que tínhamos entre nós militantes, e em [...] alguns trabalhos internos. Lembro bem de um deles. O de preparar relatórios sobre as prisões, torturas, a situação do país [...], para serem enviados para contatos fora do país. Esses relatórios eram datilografados em papel de seda; os encartávamos em revistas usando duas iguais, colocávamos o relatório sobre uma foto de uma das revistas, recortávamos a mesma foto da outra e a colávamos sobre o relatório deixando-o escondido entre as fotos. Isto precisava ser muito bem feito, sem deixar aparecendo nenhum volume ou papel enrugado.



**Figura 2 – Comício relâmpago na Rua das Flores – Campanha da Anistia – 1979. Foto disponibilizada por Narciso Pires – Grupo Tortura Nunca Mais/PR**

As denúncias, fossem elas feitas dentro (ver foto acima) ou fora do Brasil, como era de se esperar, não eram bem aceitas pelos militares, assim:

As denúncias vindas do exterior, acusando o regime militar de práticas atentatórias aos direitos humanos, geravam grande irritação no meio castrense, seguramente por duas razões: eram verdadeiras e vinham 'do estrangeiro', a supervalorizada instância mítica de comparação dos militares nacionais, que, assim, sentiam-se inferiorizados. Descontavam, então, nos brasileiros exilados ou banidos, acusados de viverem em 'exílios dourados'. Quando se anunciava a possível volta de um

brasileiro exilado, era grande o alvoroço na comunidade de informações (FICO, 2001, p. 167).

Quando Fico (2001), expõe sobre a opinião que os militares tentavam inculcar na sociedade, sobre os “exílios dourados” vividos pelos brasileiros que estavam no exterior devido suas convicções políticas e ideológicas contrárias ao governo, apreende-se que os militares tentavam trabalhar a opinião pública objetivando levar a compreensão dos mesmos sobre tal situação<sup>128</sup>. Garcia e Posenato em sua obra *Verás que um filho teu não foge à luta*, relatam episódios da vida de Bona Garcia, que como ex-militante e banido político, apresentou situações pelas quais passou, juntamente com sua família, e que faz cair no descrédito a interpretação dos militares quanto as facilidades que todos os exilados teriam. Naquela obra, relatam os autores que após o golpe militar no Chile, onde estava exilado, Bona Garcia passou a viver situações seriamente difíceis com a esposa que posteriormente retornara para o Brasil com o filho, por meio da ajuda de um padre. Bona Garcia ficara sozinho, pois queria pedir asilo político a outro país, porque retornar ao Brasil seria arriscado. Devido às sérias ameaças que o governo chileno fazia aos civis que ousassem esconder algum estrangeiro naquele país, fez com que o mesmo abandonasse casa e pertences e fosse se refugiar na embaixada argentina (GARCIA, POSENATO, 1989). O autor descreve em sua obra passagens que denotam privações e sofrimentos, o que contrasta com o exposto pelos militares.

As palavras como justiça, liberdade, democracia, esperança na retomada do Estado de Direito, recorrentemente observadas nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, demonstram o objetivo político e social nas ações realizadas pelos militantes da época. Assim, recorreu-se ao poema intitulado *Prometeu desencantado – Canção ao homem que vai nascer*, que fora escrito por Osiris Boscardini, que sofrera a repressão política, mas não perdera a convicção de seus ideais que comungam daqueles descritos no início deste parágrafo:

Um dia, porém,  
as humilhações de todos os séculos,

---

<sup>128</sup> Ressalta-se que em pastas de arquivos da DOPS/PR foram encontradas inúmeros recortes de artigos jornalísticos que faziam alusão ao retorno de exilados: BR PRAPPR.PB004.PT1708.205 (169 páginas digitalizadas); BR PRAPPR.PB004.PT1709a.205 (212 páginas digitalizadas); BR PRAPPR.PB004.PT1709b.205 (187 páginas digitalizadas).

que pesam inexoravelmente  
sobre teus ombros cansados  
haverão de florescer esplendidamente,  
nos avatares da grande redenção.

Qual novo Prometeu que ao orbe desce,  
trazendo o lume dos páramos divinos,  
tu, nobre maldito,  
num grito hercúleo,  
romperás os grilhões que te acorrentam  
à dura lida de um viver de escravo.

Então,  
na madrugada rubra  
do novo homem que vai nascer,  
hosanas se ouvirão, exultações de glória,  
entoando a canção da tua vitória! (Osiris Boscardin)

O poema denota o objetivo de vitória contra, não somente o regime ditatorial, mas contra as injustiças advindas de séculos, que foram reforçando um quadro de desrespeito aos quais os professores explanaram no início deste subitem, que lutavam para que prevalecesse a justiça social, a igualdade, a liberdade entre outros princípios fundamentais para a vida em sociedade.

### **3.4.1 As memórias de professores e a defesa dos ideais**

Rememorar o período vivenciado pela população brasileira no pós-64, traz muitas reflexões quanto aquele momento, principalmente, no que tange as ações violentas e repressoras as quais o Estado lançava mão contra seus opositores. Dessa forma, Priori (2007), coloca que:

Uma sociedade que está construindo a sua democracia às duras penas, como a nossa, não tem o direito de esconder o seu passado. Ele precisa constantemente ser revisitado, estudado, esquadrinhado, para que os nossos erros sejam purgados, para que a nossa memória seja preservada, e para que, à luz da nossa história, possamos construir um futuro melhor. E não se trata apenas de buscar a abertura dos arquivos da ditadura militar, fundamental, enfim, para entender a nossa história. Existem muitos arquivos, públicos e privados, que precisam ser abertos.

Seguindo a colocação de Priori quanto à necessidade constante de *revisitar o passado* contribuindo para que a *memória* seja mantida, considera-se que tanto a análise dos documentos feitos pelas DOPS, quanto os testemunhos dos professores que vivenciaram aquele momento se fazem importantes para se conseguir o intento que o autor coloca: *entender a nossa história*.

Assim, quando foi perguntado aos entrevistados sobre a retomada desta temática no Brasil, tanto por quem vivenciou aquele momento, como pela Comissão Nacional da Verdade<sup>129</sup> que começou a ser instalada desde 2012, um professor assim afirmou:

[...] temos que ter a coragem de dizer não! A anistia não pode proclamar: está resolvido! Tem que exumar esses esconderijos, esses cadáveres, ainda vivos se existem, os mortos também. Porque eles possuem familiares, os filhos netos e bisnetos; eles tem que saber que o pai, o avô, o bisavô foi torturador. Foi torturador! Porque nós, quer dizer, as nossas famílias eram perseguidas, como comunistas. [...] (PROFESSOR “C”).

Já outro professor coloca sobre a importância da Comissão da Verdade e infere o comentário sobre a necessidade dos fatos acontecidos na época serem apurados para que a justiça seja feita:

[...] A Comissão da Verdade está fazendo um trabalho magnífico, no sentido de levantamento de tudo o que aconteceu e ficou sepultado, ficou escondido; [...], que as autoridades procuraram esconder. [...]. Nós não queremos vingança. Nós queremos que a verdade venha à tona; mesmo que esses homens não vão para a cadeia, mas para que o país, para que os brasileiros conheçam quem eram esses bandidões, quem eram esses torturadores, [...] que fizeram o Brasil mergulhar numa época de choro, numa época de tristezas, e que levaram a tristeza a muitas famílias (PROFESSOR “A”).

---

<sup>129</sup> “A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988” (fonte: <http://www.cnv.gov.br/index.php/institucional-acesso-informacao/a-cnv>. Acesso em: 28 de janeiro de 2014). Ressalta-se que no referido *site* encontra-se a informação de que por meio da Medida Provisória 632, de 24 de dezembro de 2013, houve a prorrogação de prazo até 16 de dezembro de 2014 para que a Comissão da Verdade conclua os trabalhos que estão sendo realizados em diversas cidades brasileiras e entregue o relatório dos mesmos.



Como se pode perceber na fala desses professores, a rememoração desse período não se faz pautada no desejo de vingança, mas de esperança de que a verdade sobressaia e que sejam mostrados à sociedade brasileira os responsáveis por anos de dor e sofrimento que muitas famílias passaram (e ainda passam). Isso porque, conforme coloca Ferreira (1996), vários torturadores também se utilizavam da clandestinidade, não como a vivida pelos militantes de esquerda, mas como forma de preservar sua identidade nas sessões de tortura. Ferreira (1996), explica que:

Os agentes dos órgãos de repressão também recorrem à clandestinidade para suas práticas, mantendo essas experiências apartadas de sua vida legal. Desse modo, essas duas classes de protagonistas [torturadores e militantes de esquerda] daquele momento da história brasileira formam o elenco de um só drama; porém, estão localizadas em campos diferentes de uma mesma realidade sócio-política, tendo conseqüentemente, interesses e valores próprios que se opõem. [...] (p. 61-62).

A clandestinidade vivida pelos agentes da repressão foi uma prática recorrentemente utilizada pelos torturadores e foi lembrada assim pelo professor “C”:

[...] os torturadores, eles chegavam em casa e iam jantar com a esposa, com os filhos. E as esposas e os filhos não sabiam que eles tinham passado despessoalizando o Frei Tito e centenas de milhares de pessoas, [...], a sociedade não sabia. Eles tinham toda a proteção do Estado; faziam isso impunemente, faziam como os carrascos nazistas fizeram nos campos de concentração [...].

A despessoalização, a qual o professor “C” se refere, diz respeito ao filme *Batismo de Sangue*, de Helvécio Ratton, que mostra as conseqüências das sevícias sofridas pelo religioso Frei Tito que pôs fim a própria vida. Isso demonstra o grau de severidade que os órgãos de repressão lidavam com os seus opositores. No dizer do Delegado Fleury ao Frei Tito: “nós vamos te quebrar por dentro”, denota a brutalidade física, mental e espiritual que era aplicada, em nome de um ideário de Segurança Nacional<sup>130</sup>.

<sup>130</sup> Informações disponíveis em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/44233-tratar-testemunhar-a-tortura-de-frei-tito-segundo-seu-psiQUIATRA>. Acesso em 01 de fevereiro de 2014.

Portanto, considera-se que trabalhar com as memórias do período ditatorial na atualidade é, como já fora dito anteriormente pelo professor “C”, uma forma de continuar militando para que aquele estado repressor não se instale novamente no Brasil. Mesmo porque, conforme assevera a professora “D”, “Existem no Brasil, por incrível que pareça, saudosistas da época militar; alegam que havia mais ordem, que não tinha arruaça [...]”<sup>131</sup>.

A explanação da professora “D” nos leva a entender uma questão importante e novamente recorreremos a reflexão sobre a memória coletiva tornar-se um “instrumento e um objeto de poder” (LE GOFF, 1990, p. 477), pois rememorar é não deixar apagar na história fatos que foram vivenciados por muitos protagonistas, mas foram velados devido a característica cerceadora do regime. Quanto a isso, o professor “B” também faz a seguinte ressalva: “[...] há um grande esforço de retomar essa memória, principalmente com as Comissões da Verdade instaladas. Mas convenhamos que [...] essa prática em nosso país é muito pobre, nós somos um país sem memória [...]”.

Assim, falar em memórias, em particular no que se refere a esse período de intensa repressão e desrespeito aos direitos humanos, nos remete a questões sobre justiça social e reparações. Enfim, como o Estado que interferiu e violou os direitos de muitos brasileiros e brasileiras pode fazer para se dirimir com essa parcela da população que sofreu essas consequências? Isso seria possível? Entramos então, na discussão sobre as indenizações que o Estado começou a pagar a partir da década de 1990<sup>132</sup>. Pode-se afirmar que esse foi um processo de luta que muitos dos perseguidos e ex-presos políticos, como também seus familiares, travaram contra o Estado. Segundo Roncaglio et al., “[...] O valor financeiro da indenização pode ser considerado

---

<sup>131</sup> Na sessão realizada na Câmara dos Deputados, em Brasília, em 1º de abril de 2014, ficou explícito o que a professora “D” colocou. Segundo o publicado no *site*: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,presenca-de-bolsonaro-faz-camara-atrasar-sessao-sobre-50-anos-do-golpe,1147736,0.htm>, “[...] Quando enfim teve início o evento, Bolsonaro [deputado federal pelo Partido Progressista do Rio de Janeiro] abriu a faixa na galeria do plenário com os dizeres: ‘Parabéns militares – 31 de março de 1964. Graças a vocês o Brasil não é Cuba’. A plateia participante respondeu à iniciativa com gritos de ‘assassino’. [...]” (CARDOSO, BRESCIANI, 2014).

<sup>132</sup> Segundo Napolitano (2011, p. 217) “Os três princípios que têm regido os processos de superação das violências das ditaduras e seus ‘crimes contra a humanidade’ são, nessa ordem: *verdade*, *justiça* e *reparação*. No caso brasileiro a ordem ficou invertida: Desde 1995, há uma ampla ‘política de reparação’ à base de indenizações materiais às vítimas, sem que o Estado democrático tenha conduzido um processo coerente e coeso de apuração da ‘verdade’ e o consequente julgamento da cadeia de responsabilidades na violação dos direitos humanos durante o regime militar. [...]”.

simbólico se comparado aos prejuízos morais e psicológicos, mas significam, [...], um passo em direção ao resgate da cidadania e da reinvenção da democracia” (1998, p. 50). Essa colocação é reafirmada pelo professor “B” quando aborda os prejuízos que os ex-presos e perseguidos políticos sofreram:

[...] A lei [de indenizações] é uma lei corporativa que beneficia a ruptura dos vínculos amorais, isso não é bom. Assim, pessoas que foram barbaramente torturadas, como ficaram anos e anos na prisão, recebem infinitamente menos do que o indivíduo que tinha um alto emprego e teve a ruptura do seu vínculo laboral quebrada pela ditadura. [...]. De qualquer maneira o processo de reparação, é um dos tripés da justiça de transição. [...]. Hoje o que nós defendemos é que faça-se a reparação pelos que foram prejudicados pelo regime militar e que o Estado brasileiro se ressarça com ações regressivas [*sic!*] contra os violadores que provocaram essa imensa despesa para o Estado Brasileiro. No entanto, não é o que acontece.

Defende esse professor a premissa de que os responsáveis pelos atos de violência praticados fossem também responsabilizados com a pena de ressarcir financeiramente o Estado devido às despesas que o mesmo teve, devido a tais indenizações. Desse modo, denuncia o professor “B” que esses mesmos agentes que violaram barbaramente os direitos humanos no período ditatorial, além de não serem responsabilizados, continuam recebendo pensões que refere-se aos anos dedicados às sevícias e à repressão:

Veja, se de um lado repara-se perseguidos pela ditadura militar, por outro, os torturadores, os assassinos, os que violaram os direitos humanos no Brasil, e que eram agentes públicos, continuam recebendo polpudas pensões e aposentadorias do seu período criminoso no Estado [...]. E, principalmente, aqueles comandantes, as grandes empresas, etc e tal, que financiaram o golpe, e que promoveram esse abuso de poder no país. Sou de opinião que as pessoas, que os indivíduos fossem responsabilizados pelos seus atos. Acho um absurdo que a sociedade brasileira como um todo pague pelos crimes desses indivíduos. O Estado brasileiro tinha que se ressarcir dos gastos que tem com a reparação aos perseguidos, aos que tiveram seus direitos violados [...] (PROFESSOR “B”).

O professor “C” demonstrou a mesma compreensão que o professor “B” sobre a questão da indenização. Contudo, relatou que foi marcante a postura dos membros da

Comissão da Anistia quando formalizaram o pedido de desculpas pelos excessos de desrespeitos contra os presos e perseguidos políticos:

[...] e também, mais do que isso, foi ter ouvido do presidente da Comissão da Anistia a proclamação, quer dizer, o pedido de desculpas em nome da nação pelas maldades que a ditadura me fez. Para mim foi muito mais, me resgatou muito mais como pessoa ouvir pública e solenemente da Comissão da Anistia desculpas em nome da nação pelas maldades e barbaridades que a ditadura me fez naquele tempo: me privar da possibilidade de trabalhar como professor. Eu vivia como um pária, eu não tinha roupa, eu não tinha moradia, eu não tinha pai rico, eu não tinha onde cair morto, e, me negavam o meu direito, de eu buscar o meu sustento com o meu trabalho! (PROFESSOR “C”).

Já o professor “A” refere em seu depoimento sobre as consequências que sofreu após a sua prisão que repercutiu no cerceamento do seu direito de exercer as profissões em que possuía graduação, o que favoreceu para que o mesmo passasse por dificuldades financeiras o que repercutiu, negativamente, no provimento do seu sustento e subsistência. Assim, o mesmo considera que:

A indenização foi uma coisa justa. Não é por que eu tenha recebido a indenização; porque no meu caso, houve a supressão de todas as minhas conquistas profissionais. [...] Se não houvesse o processo de indenização eu ia morrer de fome! Porque durante muito tempo eu fiquei sem poder trabalhar, sem poder fazer nada mesmo! [...] Eu não podia exercer a minha atividade de professor do Estado e não podia exercer a minha atividade como dentista. Então, me deixaram numa situação de extrema penúria, eu estava condenado a perecer ou levar uma vida miserável. A indenização, então, foi uma reparação parcial de todos aqueles anos que fiquei sem atividade, e com os anos refiz, mas trabalhando [...] (PROFESSOR “A”).

Observa-se que os professores entrevistados tiveram seus direitos de exercer o magistério cassados pelos militares, o que interferiu profundamente nas suas vidas cotidianas. Privados de atuarem na atividade profissional, a qual havia escolhido para garantir seu sustento, tais militantes sofreram com privações decorrentes dessa postura cerceadora do Estado. Verbalizou o professor “B”, que após impedimento, por parte da DOPS, que não forneceu a certidão para que pudesse continuar lecionando, foi ter novo emprego somente em 1983, sendo que nessa trajetória havia tentado abrir uma

empresa, porém por interferência do próprio Estado ditatorial não tivera sucesso com a mesma.

Assim, quando perguntado se os professores continuaram desenvolvendo suas atividades profissionais, tanto após a prisão, tanto com o fim da ditadura, o professor “A” e o professor “C” disseram voltaram a lecionar, no entanto sendo que o primeiro somente voltou a trabalhar no magistério após luta judicial no período em que a ditadura já estava em processo de distensão e o segundo, somente pode fazê-lo após mudança de endereço para outro Estado da federação e outros dois: professor “B” e professora “D” não voltaram a lecionar.

Dentre os professores entrevistados todos desenvolveram militância política no Estado do Paraná, contudo a professora “D” deslocou-se, também, até o Estado do Rio de Janeiro como militante da AP. Quando indagado sobre as particularidades que viam na militância e repressão no Paraná, assim responderam:

[...] o Estado do Paraná era um estado periférico, lógico que o Paraná, hoje, é um estado pujante, forte, é um dos grandes estados da nação brasileira. Mas, na época da ditadura militar era um estado considerado provinciano, periférico, mesmo assim, com a presença muito forte da repressão. Nós tivemos os quartéis do exército em Curitiba, principalmente a polícia do exército; em Apucarana um quartel do exército, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa. [...]. Estima-se que 4 mil pessoas tenham sido presas no Paraná, e mais de mil pessoas tenham sido torturadas, no Brasil, nós temos cerca de 50 mil presos, esse é o saldo. Particularidades, aqui nos tivemos grandes batalhas, para lembrar o ensino público na universidade brasileira, quem segurou foram os estudantes paranaenses da Universidade Federal do Paraná, provavelmente se não tivesse havido aquela ação, aquela reação dos estudantes da Federal em 1968, com a tentativa de introduzir o ensino pago [...] nós não teríamos mais no nosso Estado o ensino público e gratuito [...], e provavelmente, no país inteiro não teríamos. Esse foi um mérito dos estudantes paranaenses, precisa-se reconhecer isso daí [...] (PROFESSOR “B”).

[...] o Paraná era ainda um estado novo, não tinha aquela estrutura repressiva que tinha no Rio de Janeiro, em Pernambuco, em Minas Gerais. Era um estado mais jovem e, conseqüentemente, também a militância não tinha aquele grau de organização que tinha nos partidos de Rio e São Paulo [...] (PROFESSOR “C”).

No Paraná, como em outros estados brasileiros, a repressão política existia com o mesmo rigor e aplicabilidade de ações do sistema em voga<sup>133</sup>. Salienta-se que o Estado do Paraná e suas regiões não permaneceram “[...] alheios às transformações econômicas e sociais do Brasil e do mundo” (SCHMITT, FIUZA, 2008, p. 1). Quanto à questão demográfica desse Estado, salienta-se que:

Há de se considerar que, no início da década de 60, o território paranaense já estava ocupado, seja por movimentos populacionais organizados [...], seja pelo deslocamento da fronteira agrícola do sul do Brasil em direção ao Oeste e Sudoeste. [...]” (IPARDES, 1989, p. 56).

Em âmbito nacional, a década de 1960 demonstrou a organização política dos movimentos sociais que tiveram maior ênfase em suas ações e manifestações nesse período. Por outro lado, além das ações do grupo de militantes de Nova Aurora, são passíveis de observação outros núcleos de resistência – inclusive armada – no Oeste e Sudoeste do Paraná, como bem caracterizou a realização da Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade. Nessa reunião, entre os dias 20 e 21 de março de 2014, foram ouvidas vítimas da região que jamais haviam sido trazidas a público. Observando-se, por exemplo, a Operação Três Passos e as células do Grupo dos Onze na região.

A luta de muitos militantes, pós-golpe de 1964, visava à transformação da sociedade, justiça social e retomada do Estado de Direito. Dessa forma, foi questionado aos entrevistados sobre a militância que os mesmos fizeram e como relacionavam a mesma na retomada do Estado de Direito no Brasil. Assim colocaram:

[...] foi a militância que retomou o Estado de Direito. O Estado de Direito ele não cai de pára-quadras, ele não cai do céu, ele é o resultado de anos, anos e anos de articulação (Professor “B”).

[...] a nossa geração foi sacrificada, mas se nós não tivéssemos ido para a fronteira, a ditadura não teria ruído no tempo que ruiu; teria tido uma longevidade com certeza muito maior [...]. Nós tínhamos uma coisa clara, era: ‘abaixo à ditadura’. E nos queríamos liberdade, e se lutava por isso! E a ditadura foi sendo de fato contestada, e foi sendo confrontada, e a sociedade foi aderindo, os intelectuais, setores de

<sup>133</sup> Isso pode ser verificado em diversos depoimentos e obras publicadas, como por exemplo: HELLER (1988) e VIEIRA (1991).

igreja, Associação Brasileira de Imprensa. [...]. Eu acho que a nossa, a minha geração, deu uma contribuição heróica, para a história do Brasil, por ter ido às últimas consequências. Ninguém foi para um festival de chope, não era uma festa, não era um desfile, era luta! Era luta! Luta em que havia baixas, e que muitos saiam carregados para o cemitério e outros iam para os porões da tortura e os outros iam para a cadeia, iam viver, iam empalidecer na cadeia. Então, eu acho que essa geração que de fato se engajou nesse processo, ali durante esses tempos mais cruéis de ditadura, a partir de 68, quando de fato endureceu, é no tempo do AI-5, de dezembro de 68 até a distensão, no final do governo Geisel, foram tempos duros, mas a ditadura ela não teria caído no tempo que caiu; nós apressamos a queda da ditadura, o fruto não amadureceu no seu tempo, nós apressamos a queda do fruto que não amadureceu, apodreceu [...] (PROFESSOR “C”).

As falas dos professores denotam a realidade a qual o país passou e sobre a ditadura, que segundo o professor “C”, “ruiu antes do tempo”, visto que, por parte do Estado repressor, principalmente pelos seus órgãos de controle, muitas ações foram desenvolvidas na tentativa de manutenção daquele sistema. Entretanto, a coragem e a luta de diversas pessoas que por décadas permaneceram anônimas e muitas outras ainda permanecem, foi o condicionante para que a liberdade e a democracia fossem reestabelecidas e o Estado de Direito requerido voltasse a ser garantido no Brasil, mesmo com todas as suas limitações. Desse modo, considerar que o Estado de Direito é efetivo no país denota outro estudo aprofundado sobre a temática, pois é questionável.

O ônus social, pessoal e econômico na vida de muitos brasileiros que insistentemente ousavam lutar por uma convicção que ultrapassava somente a esfera individual e chegava à esfera coletiva, o qual reverbera o professor “C”, interferiu e marcou a vida de muitas famílias, porém o resultado, conseguido arduamente, foi o reestabelecimento dos direitos que haviam sido usurpados dos brasileiros.

Dessa forma, quando perguntado aos entrevistados se em sua prática conseguiram alcançar os resultados esperados com a ação desenvolvida naquele momento, o professor “B” coloca que “estamos num processo de conquistas”, e faz uma reflexão importante sobre a situação que não se exauriu com o fim do regime militar, ao contrário, chama-nos a atenção para um compromisso com certas situações que já eram levantadas pelos militantes no período ditatorial, ao qual o país viveu e que ainda demandam comprometimento com a causa:

[...] nós não conseguimos todos os nossos objetivos. Por exemplo, ainda que para se consolidar uma democracia, nos precisamos acabar com a pobreza, quando você tem treze milhões de pessoas passando fome, dezenas e dezenas de milhões vivendo situações de habitação absolutamente precária, que liberdade efetivamente têm essas pessoas de escolha? A escolha pressupõe condições mínimas de vida digna. Quando o país não consegue oferecer a elas condições de vida digna, tira delas a possibilidade da livre escolha; se elas não têm a liberdade da livre escolha [entende-se que] nós não vivemos numa democracia plena. Nós temos um arremedo de democracia, temos, na verdade, uma democracia pela metade [...] (PROFESSOR “B”).

Quanto às conquistas devido à militância exercida, a professora “D” aponta para uma situação que expressa, a exemplo do que fora dito pelo professor “B”, um compromisso pessoal e contínuo com a justiça social.

A revolução que pretendíamos na juventude não aconteceu. Mas, do ponto de vista pessoal significou um enriquecimento do conhecimento da nossa realidade, e, reforçou a minha concepção da necessidade de combate às injustiças sociais, econômicas e políticas pelo meio de que dispunha em minha vida legal (PROFESSORA “D”).

Já o professor “C” expressa sua frustração em relação à intensa luta travada pelo mesmo e demais militantes no período pós-64, e que hoje não possui uma continuidade efetiva.

Assim, compreende-se que o processo de militância desenvolvido pelos entrevistados, somados a de muitos outros militantes e organismos nacionais e internacionais que somavam forças ao propósito de restabelecer o Estado de Direito, foi de suma importância para que o estado ditatorial desse os sinais de desgaste e, pouco a pouco, fossem sendo reestabelecidos os direitos empalmados. A luta persiste, agora, para que se efetivem todos os direitos e garantias que foram corajosamente requeridos pelos opositores do regime ditatorial da época. Não podendo se esquecer da necessária participação e compromisso social de todos os profissionais nessa luta para que, assim, tenhamos de fato uma sociedade justa, livre e democrática.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar as memórias de professores que militaram no período ditatorial pós-64, no Paraná, auxiliou a apreender que, como nos demais estados brasileiros na época, opor-se ao sistema vigente era uma prática perigosa e dificultada pelo Estado repressor.

Dos quatro professores entrevistados verificou-se que todos tiveram militância política em diversos movimentos e partidos que, como era de se esperar, estavam na contramão do que o Estado ditatorial almejava para a sociedade daquele período. Isso fez com que os mesmos tivessem muitas perdas, decorrente das sevícias e perseguições sofridas.

A militância mais intensa, como fora observado no decorrer das entrevistas e no desenrolar desta pesquisa, relacionou-se com a participação daqueles professores nos movimentos e partidos de esquerda, AP, POLOP, MR-8, PCB. Porém, o que foi evidenciado nos depoimentos é que os mesmos ousavam, mas de forma prudente em alguns momentos desenvolver discussões mais críticas em sala de aula com seus alunos. A professora “D” relembrou sobre aulas ministradas pela mesma, realizadas anteriormente ao AI-5, em que trabalhava com temáticas mais críticas: “Você não ia discutir política [em sala de aula], mas, por exemplo, lembro que em Maringá eu discutia textos, que não eram marxistas, mas eram textos bastante avançados da educação, [...], sobre o próprio crescimento e liberdade”.

A exemplo dessa professora, os demais professores entrevistados também relataram algumas ações mais “avançadas”, ou seja, debates junto aos seus alunos com teor crítico. Entretanto, estas eram feitas de forma cautelosa. Portanto, percebe-se que a liberdade não era total, nem mesmo a vigilância estatal era realizada com tanta intensidade que não permitisse aos professores alguma estratégia de enfrentamento em sala de aula, mesmo sendo estas mais sutis do que a militância realizada nas organizações de esquerda.

Sobre tal questão, asseverou o professor “A”:

Cheguei a ter observadores militares dentro da minha classe, e dava aula com a maior naturalidade. Porque a minha intenção não era fazer da sala de aula uma tribuna de propaganda do comunismo, de modo nenhum! Seria loucura, seria suicídio! Então, sem fazer concessões a eles, sem aplaudi-los, eu dava minha aula dentro daquilo que eu achava que estava correto; sem deformação dos fatos, sem deformação da verdade ou das opiniões.

Ficou claro que a militância desenvolvida nas organizações de esquerda se dava de uma forma mais intensa e, também, com maior periculosidade devido à mesma estar na mira do Estado repressor, pois considerava esses grupos um perigo às suas aspirações.

O controle estatal às ações supostamente subversivas e perigosas ao regime era realizado, mormente, em nível coletivo, principalmente com a vigilância em associações e sindicatos, como ficou explícito em relatórios e documentos que mostravam os agentes da repressão acompanhando os eventos. Todavia, a qualquer suspeita ou denúncia, o “olho do Estado” se direcionava para quem pudesse ameaçar seus objetivos.

As exonerações, as prisões, as torturas, os cerceamentos de direitos e liberdades eram algumas das armas utilizadas pelos militares que imbuídos de um poder legalizado por Atos e legislações fortaleciam suas ações repressoras.

Como se pode entender diante do primeiro e segundo capítulo deste trabalho, os militares buscavam conhecer seus “inimigos” por meio de inúmeras investigações realizadas pelos órgãos que trabalhavam a favor do Estado. Estudos como o IPM Nº 709 fundamentavam as ações, davam “consistência” para a argumentação da suposta necessidade dos militares conterem os “perigosos comunistas”. A própria publicação, em quatro volumes desse Inquérito, pode ser compreendida como uma estratégia governamental para que, a população pudesse, a partir da interpretação dos militares, “compreender” quem era e quais as ações dos “subversivos e comunistas”.

Assim, exacerbava-se o entendimento de perigo e necessidade de rejeição aos considerados *inimigos*, sendo que, como fora exposto pelo entrevistado professor “C”, na época, falar que era comunista soava como algo terrível: “[...] e quando diziam ‘comunistas’, naquele contexto, era pior do que dizer [...] aqui neste reduzido espaço fechado vai entrar um portador de uma doença contagiosa e ele está ali!”.

A organização dos professores paranaenses naquele momento, como pode se perceber na fala de alguns entrevistados, como nos documentos produzidos pela DOPS, era fragilizada pela própria repressão que, por sua vez, produziu vários relatórios descrevendo as ações e deliberações de reuniões e assembleias, cuja participação da polícia política pode ser considerada como uma estratégia de coação à categoria profissional dos docentes.

Segundo o relatado pelos entrevistados, a articulação junto aos movimentos sociais e partidos de esquerda se deu de forma sigilosa e sem articulação direta com o magistério. Haja vista que, após a prisão e sofrerem inquirição devido às práticas consideradas “subversivas”, todos os entrevistados sofreram a perseguição dos órgãos governamentais que os cercearam de exercer tal atividade profissional.

A exoneração, a prisão, a tortura e a constante “marca” que os militantes carregavam por lutarem por ideais que na época eram considerados “perigosos” para a sociedade, favorecia para que os mesmos sofressem com “uma prisão pior”, como fora verbalizado pelo professor “C”, a da falta de direitos.

A quem recorrer diante dos desmandos dos militares? O que fazer para que essas truculências fossem cessadas? Como assevera Borges (2007, p. 41), “O brasileiro se transformou em cidadão de terceira classe, cujos pleitos não podiam ser dirigidos ao Judiciário, reduzido que foi pelos atos de exceção”. Assim, apreende-se que o arbítrio dos militares frente à vida da população imbuía os mesmos de um poder, como já fora mencionado, desmedido. Restava a luta contra esse estado ditatorial. Luta esta que fora empunhada por diversos militantes, como também, pelos professores entrevistados.

A clandestinidade, as articulações, as discussões, eram estratégias utilizadas, pelos entrevistados que, em algumas ocasiões, desfaziam-se de bens particulares para levantarem fundos em prol de uma causa: a liberdade, justiça e democracia, ou mesmo pelo socialismo. Como fora verbalizado pela professora “D”, para auxiliar àquelas causas, até mesmo seu anel de noivado, entre outros bens, serviu para angariar recursos para que a organização pudesse manter a luta.

A polícia política, braço do estado repressor, em seu *modus operandi*, além das publicações e publicizações que buscavam legitimar suas ações, contava com o

aparato repressor e coercitivo dos diversos órgãos governamentais. A tortura para fomentar a lógica do medo, a propaganda midiática para promover a legitimação do país “potência” que necessitava do governo dos militares, as exonerações e perseguições para mostrar o quão forte era o braço do Estado para “defender” o país de pessoas que os mesmos consideravam “nocivas” eram frequentemente utilizadas e aplicadas contra seus opositores. Pode-se considerar que na época estabeleceu-se uma política pública de repressão.

Nesse contexto, estavam os professores atuando e ao mesmo tempo sendo vigiados em suas atividades coletivas/associativas e, em alguns casos “suspeitos”, em suas salas de aula, pois ficou explícito no IPM Nº 709 que os militares consideravam o magistério um campo que merecia cuidados, pois “subversivos” poderiam apropriar-se dele para infiltrar suas ideias.

Segundo o professor “C”, o estado ditatorial utilizava-se de várias estratégias que dificultavam a atuação dos professores, principalmente, no que tange a uma prática militante:

[...] eles [órgãos governamentais] iam mapeando a ideologia das pessoas pelas palavras que elas diziam. Iam mapeando as palavras. Depois viam os especialistas em hermenêutica, do jargão político: ‘ah, esse cara pertence a AP; esse cara pertence ao Partido Comunista Brasileiro; esse cara pertence ao Partido Comunista do Brasil; esse cara pertence a tal organização’. Para eles irem mapeando assim, para depois ir e chegar às raízes das organizações em termo de repressão. Então quer dizer, como professor era simplesmente impossível [a prática da militância em sala de aula].

Quanto a questão de conhecer a *ideologia das pessoas*, principalmente identificando os opositores do sistema em voga, como fora citado pelo professor “C”, nos remete a compreender que a criação de estereótipos para os suspeitos de crimes políticos ia ao encontro com os ditames da Doutrina de Segurança Nacional que colocava sobre a iminência do *inimigo interno* e a necessidade de vigilância sobre os supostos opositores do sistema. Araújo et. Al. (2001), corroboram explicando que a DOPS não buscava apenas o *suposto criminoso*, mas definia estereótipos para que o Estado pudesse se “antecipar” em sua defesa:

[...] Prioritariamente, não se busca o criminoso a partir do crime, mas o crime através do (suposto) criminoso. Constroem-se estereótipos sobre os cidadãos que são tendencialmente criminosos: são suspeitos, de antemão, por portarem certas características: tipo de fala, de ideias, de trajas, de trabalho, de relações de amizade, de leituras (p. 25).

Nas análises dos documentos da DOPS/PR, observou-se que havia vigilância por parte do Estado a várias associações e suspeitos. No que se refere aos professores, também era aplicada com a mesma severidade, principalmente no que se referia às ações dentro da Associação dos Professores do Paraná. Inúmeros recortes de jornais, relatórios de fatos e reuniões deixavam os órgãos da repressão atentos às pessoas que se destacavam.

Observou-se por meio de carta escrita à mão, pelo professor “B”, destinada ao Delegado Titular da DOPS de Curitiba/PR, datada de 28 de dezembro de 1970<sup>134</sup>, que assim foi subscrito: “A liberdade é um bem inalienável e todo povo que dela é privado tende à estagnação intelectual e em termos relativos ao retrocesso cultural”.

Essa advertência, que fala sobre a *liberdade como um bem inalienável do ser humano* se direcionava na contramão da compreensão da liberdade fundamentada pelos militares no IPM Nº 709, porque para eles esse conceito não poderia ser utilizado por pessoas que desejavam “construir a opressão”, pois liberdade seria:

[...] um direito que deve ser desfrutado pelos que desejam ser livres. Aquêles que, entretanto, pretendem usar esta liberdade para construir a opressão devem ter seus intentos limitados até o ponto em que suas atividades se tornem inofensivas (1966a, p. 175).

Assim, vê-se que a liberdade para os detentores do poder deveria ser utilizada para garantir a ordem social e os valores impostos, fora disso, deveria ser controlada. Esse controle pode ser exemplificado pela negativa ao pedido de Certidão Negativa de Antecedentes Políticos que a DOPS emitia e que possibilitava ou não o professor a lecionar, experiência esta passada por todos os entrevistados que tiveram negada esta autorização.

Dentro dessa lógica, estavam os professores atuando em suas salas de aula, algumas vezes vigiadas por agentes da polícia política, outras pelos próprios

---

<sup>134</sup> PI 368.294 (p.8995 e 9001).

funcionários que possuíam a incumbência de prestar informações aos repressores. É lógico que se compreende que essa vigilância não era total e absoluta, mas a inculcação do temor de estar sendo vigiado era sentido por várias pessoas e profissionais, demonstrando a face perversa de um sistema repressor. Assim, atuar como professor e militar dentro do magistério, como ficou explícito para os entrevistados, não se fazia uma prática fácil de ser realizada.

A militância, contudo, foi realizada, entre outros, em meios e movimentos estudantis e profissionais, em movimentos de esquerda que possuíam o engajamento de vários profissionais e sujeitos imbuídos de ideais como justiça, liberdade, entre outros princípios. Essa luta almejava a conquista e retomada da democracia e justiça social e, como bem rememorou o professor “C”, *a ditadura ruiu antes do tempo*, devido a todo um movimento social, político, cultural que forçaram para que isso acontecesse. Por fim, a participação política e militante desses sujeitos foi condicionante importante para que o estado ditatorial desse os sinais de enfraquecimento e que resultou no reestabelecimento da democracia no país.

## FONTES E REFERÊNCIAS

### FONTES PRIMÁRIAS

CASTELO BRANCO, H. de A. et al. Assunção da Presidência da República. In: **A Revolução de 31 de Março**: 2º. aniversário. Colaboração do Exército. Rio de Janeiro:

Biblioteca do Exército – Editora, 1966.

Dossiê **Associação dos Professores do Paraná**, pasta 94b, topografia 12, datada de 1968 a 1982.

Dossiê **DOPS – Greves 1979**, pasta 1072b, topografia 130, datada de 1966 a 1979.

Dossiê **Conselho de Representantes dos Professores do Paraná**, pasta 341, topografia 40, datada de 1974 a 1977.

Dossiê **Ação Popular**, pasta 11a, topografia 1, datada de 1965 a 1966.

Dossiê **Secretaria da Educação e Cultura**, pasta 1735, topografia 207, datada de 1969 a 1971.

Dossiê **SNI – 1971**, pasta 1782, topografia 213, datada de 1971.

Dossiê **Serviço Nacional de Informação – SNI**, pasta 1788a, topografia 215, datado de 1979 a 1981.

Dossiê **Retorno de Exilados e Banidos**, pasta 1709a, topografia 205, datado de 1978 a 1979.

Dossiê **Retorno de Exilados e Banidos**, pasta 1709b, topografia 205, datado de 1979.

Dossiê **Retorno de Exilados e Banidos**, pasta 1708, topografia 205, datado de 1979 a 1980.

Entrevista com Professor “A” realizada dia 21 de outubro de 2013, Curitiba/PR.

Entrevista com Professor “B” realizada no dia 22 de outubro de 2013, Curitiba/PR.

Entrevista com Professor “C” realizada dia 21 de outubro de 2013, Curitiba/PR.

Entrevista com Professora “D” realizada dia 21 de outubro de 2013, Curitiba/PR.

GEISEL, E. **Discursos**. Vol. II. 1975. Assessoria de Imprensa da Presidência da República, 1976.

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR 709. **O comunismo no Brasil**. 1º volume, Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1966a.

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR 709. **O comunismo no Brasil**. 2º volume, Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1966b.

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR 709. **O comunismo no Brasil**. 3º volume, Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1967a.

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR 709. **O comunismo no Brasil**. 4º volume, Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1967b.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. H. T. de; WEIS, L. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: NOVAIS, F. A. (coord.); SCHWARCZ, L. M. (org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 820 p. (Coleção, v. 4)

ALBERTI, V. **O que documenta a fonte oral?** Possibilidades para além da construção do passado. CPDOC – FGV. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6767/869.pdf?sequence=1>. Acesso em: julho de 2013.

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALVES, M. H. M. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, RJ, 1984.

AQUINO, M.A. de. DEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária. In: **A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 17-43.

AQUINO, M. A. de. MATTOS, M. A. V. L. de. SWENSSON JR, W. C. ARAÚJO, L. A. de. NETO, O. B da R (co-organizadores). **No coração das trevas: os DEOPS/SP visto por dentro**. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2001.

ARAÚJO, L. A. de., MATTOS, M. A. V. L. de., NETO, O. B. da R. K., SWENSSON JR, W. C. O acervo DEOPS/SP. In: **No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro**. – São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2001. p. 23-35.

ARNS, P. E. **Brasil nunca mais: um relato para a história**. 5ª ed. Petrópolis, São Paulo, Vozes, 1985.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Os arquivos das polícias políticas: reflexos de nossa história contemporânea. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1994.



ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP. **O Controle Ideológico na USP**. 1964-1978. São Paulo: Adusp, 2004.

ASSUNÇÃO, R. P. de A. **DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

BAUER, Caroline Silveira. **Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BOBBIO, N. MATTEUCCI, N. PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Tradução Carmen C. Varriale [et al.]. 7ª ed. Vol. 1. Brasília, DF; Editora Universidade de Brasília, 1995a.

\_\_\_\_\_. **Dicionário de Política**. Tradução Carmen C. Varriale [et al.]. 7ª ed. Vol. 2. Brasília, DF; Editora Universidade de Brasília, 1995b.

BOHOSLAVSKY, E. La incurable desidia y la ciega imprevisión argentinas: notas sobre el Estado, 1880 – 1930. In: **Estado y política en la Argentina actual**. 1ª ed. Buenos Aires: Prometeo Libros: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2005. p. 107-129.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças dos velhos**. 3ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BORGES, N. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (O Brasil Republicano, v.4).

BRAGGIO, A. K. **O movimento estudantil paranaense e a vigilância política no pré-golpe civil-militar de 1964**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2013.

BRAGGIO, A. K. FIUZA, A. F. A documentação da DOPS/PR e o movimento estudantil paranaense. In: **Anais do XII Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação**. Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2012. p. 1-18.

\_\_\_\_\_. Movimento estudantil, Reforma Educacional e Vigilância do Estado: estudantes paranaenses fichados pelo DOPS, 1961-1964. In: **Revista de História Regional**. Vol. 18, Nº1, Ponta Grossa/Pr, 2013. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/4807/3521>. Acesso em: fevereiro de 2014. p. 103-124.

BRUNELO, L. **Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da Operação Marumbi na terra das araucárias**. Maringá: Eduem, 2009a.

\_\_\_\_\_. Universos opostos: o embate político entre os militantes do PCB e a DOPS/PR durante o regime militar. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n.34, 2009b. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia04/texto04.pdf>. Acesso em março de 2014.

CALCIOLARI, S. **Ex-presos Políticos e a Memória Social da Tortura no Paraná (1964-1978)**. Curitiba: Assembléia Legislativa do Paraná, 2006.

CALDAS, Ana Carolina. **Centro Popular de Cultura no Paraná (1959-1964):** encontros e desencontros entre arte, educação e política. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

CAMPOS, M. A. F. de. **A resistência à ditadura civil-militar no oeste-paranaense:** o caso da Var-Palmares em Nova Aurora em 1970. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Candido Rondon, 2014.

CARDOSO, H. H. P. Narradores de Javé: histórias, imagens, percepções. In: **Fênix Revista de História e Estudos Culturais**. Vol. 5, Ano V, nº2. Abril/Maio/Junho de 2008. p. 01-11

CARVALHO, C. O simpósio “A educação que nos convém: o lpes e a ação político-ideológica da burguesia na década de 1960”. In: **Eccos Revista Científica**, vol. 9, núm.2. jul-dez 2007. pp. 369-285, Universidade Nove de Julho, Brasil.

CARVALHO, M.E.G. O livro de leitura de Pé no Chão: 1963 (uma cartilha democrática). In: **Anais do IV Seminário Nacional (História, Sociedade e Educação no Brasil)**, Campinas, São Paulo, 1997. p. 684-688. (Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario4/trabalhos.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario4/trabalhos.htm)). Acesso em: 23 de junho de 2014).

CLEMENTE, J. E. F. **Ciência e política durante a ditadura militar (1964-1979):** o caso da comunidade brasileira de físicos. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

CODATO, A. N. OLIVEIRA, M. R. de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. In: **Revista Brasileira de História**. vol. 24, nº 47, jul. 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000100011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000100011&script=sci_arttext). Acesso em 12 de julho de 2013.

COLLING, A. M. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

COSTA, O. P. da. Compreensão da Revolução Brasileira. In: **A revolução de 31 de março: 2º aniversário**. Editora: Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1966. p. 61-83.

CUNHA, L. A., GÓES, M. **O golpe na Educação**. 7. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

DALPIAZ, A. L. **A construção da identidade cultural do professor durante o regime militar no Brasil 1964 a 1985**. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande - MS, 2008.

FÁVERO, M. de L. de A. A universidade no Brasil: das origens a reforma universitária de 1968. In: **Educar**, nº 28, Curitiba, Editora UFPR, 2006 (p. 17-36). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28>. Acesso em: 02 de agosto de 2014.

FERREIRA JR, A., BITTAR, M. **Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985)**. São Paulo: Terras do Sonhar: Edições Pulsar, 2006.

FERREIRA, E. F. X. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, M. de M. História, tempo presente e história oral. In: **Topoi**, Rio de Janeiro, dezembro de 2002, p. 314-332. Disponível em: <http://www.ifcs.ufri.br/~ppghis/pdf/topoi5a13.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2014.

FICO, C. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. Versões e controvérsias sobre 1969 e a ditadura militar. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p. 29-60, 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882004000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003). Acesso em 12 de novembro de 2013.

\_\_\_\_\_. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, L. **Ministério do Silêncio**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FIUZA, A. F. **Entre cantos e chibatas: a pobreza em rima rica nas canções de João Bosco e Aldir Blanc**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Entre um Samba e um Fado: a censura e a repressão aos músicos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1960 e 1970**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006.

FIUZA, A. F., BOHOSLAVSKY, E. O exílio dos músicos no Cone Sul: o *Tango Rojo* de Piru Gabetta. In: **Diálogos**. V. 16, supl. Espec. Maringá, 2012 (p. 15-36). Disponível em: [http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path%5B%5D=687&path%5B%5D=pdf\\_530](http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path%5B%5D=687&path%5B%5D=pdf_530). Acesso em: julho de 2014.

FREITAS, S.M. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. 2 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. Disponível em: [http://books.google.com.br/books?id=h2BdKh7y170C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?id=h2BdKh7y170C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em 29 de abril de 2014.

GARCIA, J. C. B., POSENATO, J. **Verás que um filho teu não foge à luta**. 3ª edição, Ed. Posenato Arte & Cultura, Porto Alegre – RS, 1989.

GERMANO, J. W. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. 2. ed. – São Paulo: Cortez, 1994.

GOHN, M. G. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. Edições Loyola, São Paulo, 1995.

GUSSON, C. M. **Movimento estudantil e repressão judicial: o regime militar e a criminalização dos estudantes brasileiros (1964-1979)**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

HELLER, M. I. **Resistência democrática: a repressão no Paraná**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988.

\_\_\_\_\_. A “Operação Marumbi” ou o Império da Tortura. In: **Paraná & Cia**. Editora Palavra Viva, Ano 5, nº44, Curitiba, Fevereiro de 2004. p.30-32.

HEBLING, M. C. **A resistência dos professores à ditadura militar no Brasil: entre documentos oficiais e memórias reveladas, a história de uma luta**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP, 2013.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. - 5ª ed. - São Paulo, Cortez, 2001

IPARDES – Fundação Edison Vieira. **O Paraná reinventado: política e governo**. Curitiba, 1989.

KHOURY, Y. A. Narrativas orais na investigação da história social. In: **Projeto História – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. São Paulo, 2001. (p. 79-103). Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10731/7963>. Acesso em agosto de 2014.

LE GOFF, J. “Memória”. In: **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios), p. 423-483.

LOURENÇO, E. O ensino de História encontra seu passado: memórias da atuação docente durante a ditadura civil-militar. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, nº 60, p. 97-120 – 2010.

LOZANO, J.E.A. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: **Usos e abusos da História Oral**. - 6 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

MANSAN, J. V. **Os expurgos na UFRGS**: Afastamentos sumários de professores no contexto da ditadura civil-militar (1964-1969). Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MARTINS, C. B. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. In: **Educação e Sociedade**. Vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02.pdf>. Acesso em 28 de março de 2014

MATHIAS, S. K. **Distensão no Brasil**: o projeto militar (1973-1979). Campinas, Papirus, 1995. (Coleção Estado e Política).

MEIHY, J.C.S.B. **Manual de história oral**. Edições Loyola: São Paulo, 2000.

MELO, D. B. de. Ditadura “civil-militar”? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. In: **Espaço Plural**. Ano XIII, Nº 27, 2º Semestre 2012. P. 39-53.

MERLINO, T. **Direito à memória e à verdade**: Luta, substantivo feminino. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

MORAIS JUNIOR, J. N. Estado Constitucional de Direito: breves considerações sobre o Estado de Direito. In: *Revista de Direito Público*, Londrina, V.2, N.3, p.119-136, Set./Dez. 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/viewFile/11546/10249>. Acesso em: 15 de abril de 2014.

MOTTA, R. P. S. João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar**: 40 anos depois (1964-2004). Bauru – SP: Edusc, 2004. p. 179-201.

\_\_\_\_\_. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2006a.

\_\_\_\_\_. O Ofício das Sombras. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte. Fascículo 1. Jan. 2006 p. 55-70. 2006b. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/O\\_oficio\\_das\\_sombras.PDF](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/O_oficio_das_sombras.PDF). Acesso em: julho 2013.

NASCIMENTO, T. R. História da Educação e Memória de Professores. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.43, p. 268-284, 2011.

NAPOLITANO, M. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica. In: **Contemporanea Historia y problemas del siglo XXI**. Volumen 2, Año 2, 2011. p. 209-218. Disponível em: <http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2012/07/Napolitano.pdf>. Acesso em: 29 de março de 2014.

\_\_\_\_\_. 1964: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 4. ed. – São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

PADRÓS, E. S. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30-45, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/708/599>. Acesso em dezembro de 2013.

PERES, C. A. **O público e o privado no ensino superior brasileiro**: do regime militar (1964-1984) ao Governo FHC (1995-2002). Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, 2009.

PINHEIRO, P.S. **Estratégias da ilusão**: A Revolução Mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PRIORI, A. DOPS: repressão, violência e controle social. In: **Revista da ADUEM**, Maringá, v.1, n.1, p.21-23, jul./dez. 1998. Disponível em: [http://issuu.com/saorafaelcura/docs/revista da aduem no1 ano1 1998](http://issuu.com/saorafaelcura/docs/revista_da_aduem_no1_ano1_1998). Acesso em 02 de abril de 2014.

\_\_\_\_\_. Segurança interna, espionagem oficial e democracia. In: **Revista Espaço Acadêmico** – Ano I, nº4 – setembro – 2001. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/004/04angelo.htm>. Acesso em 01 de maio de 2014. Acesso em 01 de maio de 2014.

\_\_\_\_\_. Os cadáveres (e os fantasmas) insepultos da ditadura militar. In: **Revista Espaço Acadêmico** – Ano VII, nº76 – setembro – 2007. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/076/76priori.htm>. Acesso em 01 de maio de 2014.

\_\_\_\_\_. **O levante dos posseiros**: a revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo. EDUEM, Maringá, 2011.

\_\_\_\_\_, POMARI, L.R. DOPS, trabalhadores rurais, comunistas e anticomunistas. In: **Revista Espaço Acadêmico**. Nº 128. Janeiro de 2012a. Disponível em:

<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/15623/8516>.

Acesso em junho de 2013.

\_\_\_\_\_, POMARI, L.R. O DOPS e a repressão política contra militantes comunistas no Estado do Paraná (1940-1950). In: **Antíteses**. V.5, n.10, p. 783-805, jul./dez./2012b. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/10653/12136>. Acesso em:

junho de 2013.

REIS, D. A. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru – SP: Edusc, 2004. p. 29-52.

REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. O terrorismo cultural. In: **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, Ano I, n.1, p. 239-298, 1965.

REZENDE, M. J de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984** [livro eletrônico], Londrina: Eduel, 2013.

REZNIK, L. **Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

RODRIGUES, R.P. **O colapso da URSS: um estudo das causas**. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

RODRÍGUES, M.V. Peronismo: movimento popular democrático, ou populismo autoritário? Disponível em:

[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_pdf/Margarita\\_Victoria\\_Rodriguez\\_artigo.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Margarita_Victoria_Rodriguez_artigo.pdf). Acesso em 23 de junho de 2014.

RONCAGLIO, C., SZVARÇA, D. R., BOJANOSKI, S. de F. Os arquivos da DOPS do Paraná. **Quadrilátero: Revista do Arquivo Público do Distrito Federal**. Brasília, v.1, n.1, março/agosto, 1998, p. 41-52.

ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, M. F.; AMADO, J. **Usos e abusos da história oral**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 93-101.

SAMUEL, R. Teatros de Memória. In: **Projeto História – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. São Paulo, 1997. (p. 41-81). Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/11234/8241> . Acesso em agosto de 2014.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. – Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SCHMITT, S.L., FIUZA, A. F. A resistência estudantil à ditadura brasileira no Oeste do Paraná. **Anais 1º Simpósio Nacional de Educação, XX Semana da Pedagogia**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2008.

SCHMITT, S. L. **Encontros e desencontros do Movimento Estudantil Secundarista Paranaense (1964-1985)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2011.

SCOCUGLIA, A. C. **Histórias inéditas da educação popular: do sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB; [São Paulo]: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2000.

\_\_\_\_\_. A educação popular nos inquéritos policiais militares pós-1964. **EccoS - Revista Científica**, São Paulo, v.9, n.1, p. 17-38, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www4.uninove.br/ojs/index.php/eccos/article/viewFile/485/467>. Acesso em: maio de 2011.

SHIROMA, E. O., MORAES, M. C. M. de. EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, M. G. da. **Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)**. Tese doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007a.

SILVA, S. L. **Construindo o direito de acesso aos arquivos da repressão: o caso do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007b.

SILVA, Í. L e GUEDES, O. de S. A história oral das revoltas do centro de socioeducação de Londrina II: uma interpretação teórico-filosófica. In: **Serviço Social em Revista**. Londrina, v. 14, N. 1, p. 48-73, jul./dez. 2011a. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10568/11909>. Acesso em: outubro de 2013.

SILVA, M. G. O DOPS-PE e a rede de informações: olhos e ouvidos a serviço da repressão no período de 1964-1985. IN: **Diálogos**. v. 15, n.2, p. 267-292, mai-ago/2011b.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOMBRA, L. H. Departamento Federal de Segurança Pública: ruptura ou permanência? In: **DOPS: a lógica da desconfiança**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado, 1996. p. 37-41.



SWENSSON JUNIOR, W.C. Estrangeiros, Política Institucional e Movimentos Sociais: As famílias 10 e 20 da Série Dossiês do Acervo DEOPS/SP. In: **A constância do olhar vigilante**: a preocupação com o crime político. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 45-62.

THOMSON, A., FRISCH, M. E HAMILTON, P. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. **Usos e abusos da história oral**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2005.

TORRES, C. M. R. **Em cena**: o teatro no Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE). Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Candido Rondon, 2008.

VALÉRIO, T. F. **A reforma do 2º Grau pela Lei 5.692/71 no Paraná**: representações do processo. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

VIEIRA, I. M. **Memórias torturadas (e alegres) de um preso político**. Curitiba, SEEC, 1991.

VIEIRA, E. **A república brasileira**: 1964-1984. São Paulo: Ed. Moderna, 1985.

VOLDMAN, D. Definições e usos, in: FERREIRA, Marieta Ferreira; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 33-41.

WEFFORT, F. J. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978 (Estudos brasileiros, v. 25).

XAVIER, M. Antecedentes Institucionais da Polícia Política. In: **DOPS**: a lógica da desconfiança. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado, 1996. p. 32-36.

ZAPARTE, Andréia. **A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba – Paraná (1964-1969)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.

## DOCUMENTÁRIOS

TAVARES, F. **O dia que durou 21 anos**, Pequi Filmes, 2012 (77 minutos).

SILVA, G. **Contos da Resistência**. Episódio 1: Movimento Estudantil e Igreja (26 minutos), vídeo, 2004.

## JORNAL

JORNAL O FLAGRANTE. Rio de Janeiro. Março/abril, nº 0, 1978.

O ESTADO DO PARANÁ. Subversivos agiam no Oeste do Paraná. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 27 mai. 1970.

### REFERÊNCIAS CONSULTADAS

A trajetória política de João Goulart/Ranieri Mazzilli. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/ranieri\\_mazzilli](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/ranieri_mazzilli). Acesso em: 23 de junho de 2014.

Atentado Riocentro. (Informações do Jornal Nacional – Rede Globo de Televisão) <http://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpe-militar/noticia/2014/03/documentos-dizem-que-figueiredo-soube-antes-do-atentado-do-riocentro.html>. Acesso em 01 de abril de 2014.

BNM. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#/>.

CARDOSO, D., BRESCIANI, E. Presença de Bolsonaro faz Câmara atrasar sessão sobre 50 anos do golpe. In: **Jornal O Estadão**. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,presenca-de-bolsonaro-faz-camara-atrasar-sessao-sobre-50-anos-do-golpe,1147736,0.htm>. Acesso em: 04 de abril de 2014.

Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/institucional-acesso-informacao/a-cnv>. Acesso em 28 de janeiro de 2014.

DEAP, Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=25>. Acesso em 29 de janeiro de 2014). Acesso em 29 de janeiro de 2014).

FÁVERO, C. I. Depoimento à Comissão da Verdade, em Foz do Iguaçu em 17 de junho de 2013. Disponível em <http://www.youtube.com/user/comissaodaverdade>.

Filme Batismo de Sangue. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/44233-tratar-testemunhar-a-tortura-de-frei-tito-segundo-seu-psiquiatra>. Acesso em 01 de fevereiro de 2014.

GRELLET, F. Justiça aceita denúncia contra cinco militares pela morte de Rubens Paiva. In: **O Estado de S. Paulo**. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,justica-aceita-denuncia-contra-cinco-militares-pela-morte-de-rubens-paiva,1171884>. Acesso em 28 de maio de 2014.

FICO, C. Comissão da Verdade (videopalestra). Publicada em 09 de abril de 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g8-T3UhSK38>. Acesso em 29 de janeiro de 2014.

IPARDES. Disponível em: [http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg\\_conteudo=1&cod\\_conteudo=32](http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=32). Acesso em 23 de junho de 2014.

MAISONNAVE, F. Nunca vi o João Goulart preparar um golpe comunista, diz ex-ministro de Jango. In: **Jornal Folha de São Paulo**. São Paulo, 30 de março de 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1433078-nunca-vi-o-joao-goulart-planejar-um-golpe-comunista-diz-ex-ministro-do-trabalho-de-jango.shtml>. Acesso em 10 de abril de 2014.

Nota oficial da CNV sobre a decisão da Justiça Federal no caso Riocentro. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/485-nota-oficial-da-cnv-sobre-a-decisao-da-justica-federal-no-caso-riocentro>. Acesso em 16 de maio de 2014.

PALMAR, A. Relação dos militares brasileiros que frequentaram a Escola das Américas (em inglês School of the Americas) (período de 1954-1996). Publicado em: 28 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/nome-dos-torturadores-e-dos-militares-que-aprenderam-a-torturar-na-escola-das-americas/escola-das-americas-estudantes-e-instrutores-do-brasil-periodo-de-1954-1996/>. Acesso em: julho de 2014.

## **ANEXO**

## Anexo 01

### ROTEIRO PARA ENTREVISTA

1. Onde e quando o senhor (a) nasceu?
2. Onde estudou o ensino médio?
3. O/a Senhor (a) militou em grêmios ou outras entidades estudantis?
  - a) Sim ( ). Quais? Em que ano? Não ( )
4. Militou em sindicatos, Centro Acadêmico, DCE, UNE ou partidos políticos enquanto estudante?
  - a) Sim ( ). Quais: Não ( )
5. O/a Senhor (a) desenvolvia articulação com movimentos sociais enquanto estudante?
  - a) Sim ( ). Quais: Não ( )
6. Havia parentes seus que já militavam?
7. O/a Senhor (a) fez magistério? Curso Superior? Qual? Em que ano?
8. Se formou e atuou como professor?
  - a) Sim ( ) b) Não ( )

**Se a resposta for “sim”:**

- 8.1 Em qual cidade? 8.2 Em quais escolas? 8.3 Para quais séries? 8.4 Por quanto tempo?
9. Como foi sua trajetória de organização política e militância e a ligação destas com o magistério?
10. Era filiado em Sindicato de Professores?
  - 10.1 Se a resposta for sim, como era a organização política e social daquele sindicato?
11. Quais causas o Senhor (a) defendia?
12. Quais consequências e/ou repressão sofreu devido a militância que exerceu no período da ditadura militar? Foi preso em razão da militância? Exonerado ou despedido?
13. Que relação vê entre sua militância e o exercício do Magistério?
14. Em sua opinião, como a ditadura interferiu no processo escolar?

15. Como o Estado manifestava suas ações repressivas junto à comunidade escolar naquele momento?
16. O Senhor (a) via alguma liberdade de ação para os professores naquele momento?
17. Para desenvolver a prática profissional de professor (a), teve que apresentar atestado de antecedentes políticos da DOPS para trabalhar?
- a) Sim ( ) Não ( )
18. Militou em grupos de esquerda?
- a) Sim ( ). Quais: Não ( )
19. Viveu a experiência do exílio ou conhece algum de seus ex-companheiros que tenham se exilado?
20. Atuou nos grupos pró-anistia no Paraná?
- a) Sim ( ) Não ( )
- Como vê a retomada do tema da ditadura no Brasil, seja pelo levante de sujeitos históricos que vivenciaram aquele momento e que estão denunciando torturadores ou a Comissão da Verdade?
21. Recebeu indenização por perseguição política sofrida?
- a) Sim ( ) Não ( )
- Se a resposta for “Sim”:
- 19.1 Qual a sua opinião sobre este processo indenizatório que o Estado procedeu?
22. Quais particularidades o Senhor (a) percebia na militância e na repressão no Paraná?
23. O Senhor(a) continuou atuando como professor(a)?
24. Como vê o tema da memória do período ditatorial na atualidade?
25. Como o Senhor (a) entende a sua participação, por meio da militância, na luta pela retomada do estado de direito?
26. Em sua prática de militância, conseguiu alcançar os resultados esperados com sua ação?